



2024

RELATÓRIO

DE GESTÃO



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Relatório de Gestão

Referente ao Exercício de 2024

Presidente

Econ. Paulo Dantas da Costa

Vice-Presidente

Econ. Flávia Vinhaes Santos

**Maio/2025
Brasília-DF**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CBE - Congresso Brasileiro de Economia
CLC - Comissão de Licitação do Cofecon
COFECON - Conselho Federal de Economia
CORECON - Conselho Regional de Economia
CTC - Comissão de Tomada de Contas
ECV - Economistas em condição de voto
GT - Grupo de Trabalho
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
PBE - Prêmio Brasil de Economia
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia
TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADROS:

Quadro 1: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	7
Quadro 2: Informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas - continuação	8
Quadro 3: Chapas eleitas e quantidade de votos	23
Quadro 4: Auxílios e doações aos Conselhos Regionais de Economia e Entidades	42
Quadro 5: Despesas com as principais atividades finalísticas	43
Quadro 6: Gestão de riscos e controles	46
Quadro 7: Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas 2024	47
Quadro 8: Evolução das receitas e despesas do Cofecon - 2020 a 2024	49
Quadro 9: Detalhamento das despesas de pessoal, diárias e passagens	50
Quadro 10: Gestão de Custos	52
Quadro 11: Variação receitas e despesas do Cofecon	54

GRÁFICO:

Gráfico 1: Economistas em Condição de Voto	45
--	----

FIGURAS:

Figura 1: Organograma do Cofecon	7
Figura 2: Capas das Revistas Economistas	13
Figura 3: Peças da campanha do Dia do Economista	13
Figura 4: Lives do Cofecon	15
Figura 5: 2º Seminário Mulher Economista & Diversidade	16
Figura 6: Mapa Estratégico	20
Figura 7: 28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - Since	21
Figura 8: Resultado Eleições 2024	22
Figura 9: Revista Justiça Social	24
Figura 10: Descomplicando a Economia - Parte 2	25

ANEXOS:

ANEXO I: NOTAS OFICIAIS DO COFECON	63
ANEXO II: PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO COFECON, ECON. PAULO DANTAS DA COSTA, EM EVENTOS 2024	69
ANEXO III: PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES EM EVENTOS 2024	70
ANEXO IV: MATÉRIAS E ENTREVISTAS, PRESIDENTE PAULO DANTAS DA COSTA	73
ANEXO V: MATÉRIAS E ENTREVISTAS DE COLABORADORES	74

Sumário

Mensagem do dirigente máximo.....	4
1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO.....	5
1.1. Identificação da unidade prestadora de contas.....	5
1.2. Finalidade e competências.....	5
1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	6
1.4. Breve histórico da entidade.....	6
1.5. Estrutura organizacional.....	6
1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade.....	11
1.6.1. O Cofecon e a Mídia.....	11
1.6.2. Redes Sociais.....	11
1.6.3. Revista Economistas.....	12
1.6.4. Campanha Dia do Economista.....	13
1.6.5. Eventos virtuais.....	14
1.6.6. Ouvidoria.....	16
1.6.7. Carteira Virtual.....	17
1.7. Fatos externos relevantes.....	17
1.8. Modelo de negócios.....	17
2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	19
2.1. Estrutura de governança da entidade.....	19
2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade.....	20
2.3. Principais objetivos estratégicos.....	20
2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas.....	21
2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional.....	42
2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas.....	42
2.7. Despesas com indenizações a conselheiros.....	44
2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos.....	44
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	45
3.1 Principais riscos.....	45
3.2. Indicadores de desempenho.....	45
3.3. Gestão de Riscos e Controles.....	46
3.4. Oportunidades e Perspectivas.....	47
3.5. Controles Internos.....	47
4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	48
4.1. Resultados da área-fim.....	48
4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica.....	48
4.3. Gestão Orçamentária e Financeira.....	49
4.4. Gestão de Pessoas.....	50
4.5. Gestão de Licitações e Contratos.....	50
4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	51
4.7. Gestão da Tecnologia da Informação.....	51
4.8. Gestão dos Custos.....	51
4.9. Sustentabilidade Ambiental.....	52
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	53
5.1. Declaração dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração.....	53
5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes.....	53
5.3. Balanço Orçamentário.....	54
5.4. Balanço Patrimonial.....	55
5.5. Balanço Financeiro.....	56
5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2023/2024.....	56
5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2024.....	57
5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2023.....	58
5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2024.....	59
5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2023.....	60
5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	61
5.12. Declaração do Contador.....	62

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

O presente relatório apresenta os trabalhos da gestão 2024 do Conselho Federal de Economia - Cofecon, com o propósito de assegurar transparência das ações desenvolvidas e o compromisso contínuo com os objetivos estratégicos do Sistema Cofecon/Corecons. Por gestão 2024 entende-se o trabalho integrado da presidência, dos conselheiros federais, das equipes técnicas e administrativas e dos diversos colaboradores que atuaram nas Comissões, Grupos de Trabalho e demais frentes da Autarquia.

Entre as realizações deste ano, destacamos o XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, evento que constitui o principal espaço de debates internos do Sistema Cofecon/Corecons e reuniu cerca de 200 economistas nos dias 16 a 18 de outubro, em Balneário Camboriú - SC. Destacamos também a realização de um ciclo de seminários na Câmara dos Deputados e do segundo Seminário da Mulher Economista e Diversidade, além do posicionamento institucional sobre vários temas econômicos por meio de notas oficiais desta autarquia. O Cofecon reforçou seu papel de agente articulador e técnico, promovendo o diálogo entre a economia e os grandes temas do nosso tempo, como a transição ecológica, a inclusão produtiva, a sustentabilidade fiscal e a inovação tecnológica.

Também registramos avanços importantes na interlocução com órgãos dos poderes Executivo e Legislativo. Neste sentido, o Projeto de Lei 3.178/2024, apresentado no dia 14 de agosto pelos deputados Reginaldo Lopes e Mauro Benevides, reveste-se de mais elevada importância, pois traz a debate no Congresso Nacional a necessidade de estabelecer de forma clara os campos de atuação do profissional economista. Tal medida, se aprovada, trará maior segurança jurídica a uma profissão fundamental em diversas áreas da gestão pública e privada.

Agradecemos a todos pelo trabalho e dedicação ao longo do ano de 2024. Certamente o esforço coletivo em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo foi fundamental para a concretização dos projetos propostos e para a apresentação de resultados positivos.

Econ. Paulo Dantas da Costa
Presidente

Flávia Vinhaes Santos
Vice-presidente

CAPÍTULO 1

1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO

1.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Federal de Economia

Denominação Abreviada: Cofecon

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

CNPJ: 33.758.253/0001-25

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (61) 3208-1800

Endereço Eletrônico: cofecon@cofecon.org.br

Página na Internet: www.cofecon.org.br

Endereço Postal: Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, Salas 1201 a 1211 e 501 a 506, Brasília-DF, CEP: 70.318-900

Missão: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

Visão: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

1.2. Finalidade e competências

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (Corecon), criados pelo art. 6º da Lei nº 1.411/1951 (com a redação dada pela Lei nº 6.021/1974), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/1978).

Compete ao Conselho Federal de Economia (art. 7º da Lei 1411/1951):

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) organizar o seu regimento interno;
- e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.;
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;
- h) fixar a jurisdição e o número de membros de cada Conselho Regional, considerando os respectivos recursos e a expressão numérica dos Economistas legalmente registrados em cada Região; (Redação dada pela Lei nº 6.537/1978)
- i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras a e g para sua realização por todos os Conselhos;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

- **Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951:** Dispõe sobre a Profissão de Economista.
- **Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências.
- **Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974:** Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando-as a percentuais do maior salário-mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.
- **Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975:** Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.
- **Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978:** Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.
- **Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980:** Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.
- **Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011:** Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

1.4. Breve histórico da entidade

O Conselho Federal de Economia é uma autarquia de fiscalização profissional. Foi criado pela Lei nº 1.411/1951, que regulamenta a profissão de Economista. Até o ano de 2001 teve seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, tendo posteriormente sua sede transferida para Brasília.

Ao longo de mais de sete décadas o Cofecon tem desempenhado suas principais atribuições legais, como contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País e servir como órgão consultivo do governo em matéria profissional. Tem também representação em todo o País, por meio dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), para atuar na fiscalização profissional, garantindo à sociedade que esta importante atividade será exercida apenas por pessoas devidamente habilitadas para tal.

Seu Plenário é composto por um grupo de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, com representantes das cinco regiões do País.

1.5. Estrutura organizacional

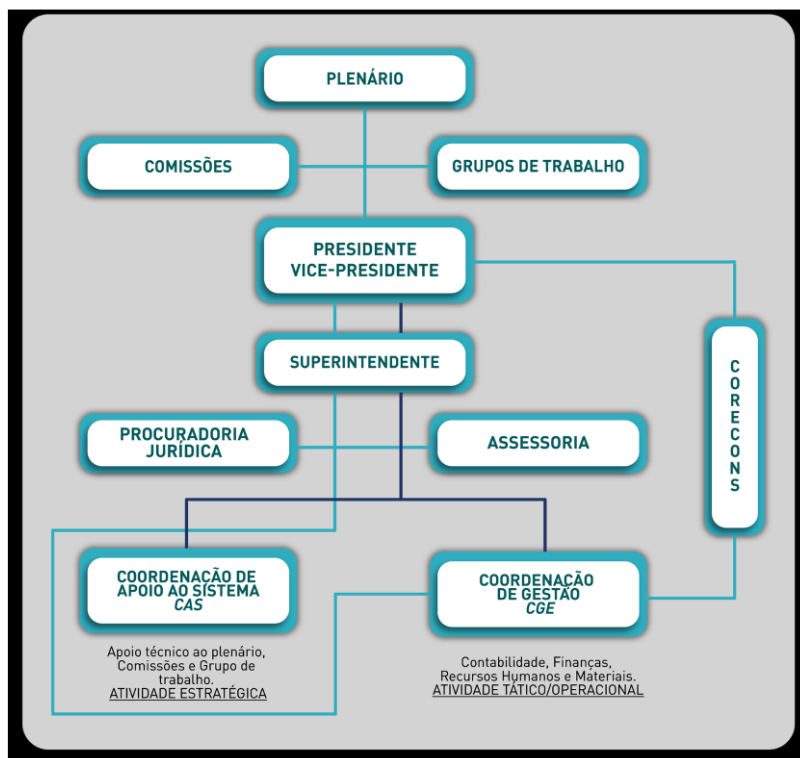
O Conselho Federal de Economia é constituído:

I. de um Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros Efetivos e mesmo número de Suplentes, eleitos na forma estabelecida pela legislação pertinente, renovando-se 1/3 (um terço) anualmente.

II. da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços técnicos e administrativos criados pelo Conselho em razão de suas finalidades legais.

III. das Comissões, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.

Figura 1: Organograma do Cofecon



A estrutura organizacional do Cofecon contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades, e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Superintendência, Procuradoria Jurídica, Assessorias e Comunicação.

Quadro 1: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Período de Atuação
Plenário	<p>Conselheiros Federais Efetivos</p> <p>Carlos Alberto Safatle Carlos Roberto de Castro Claudemir Galvani Clovis Benoni Meurer Flávia Vinhaes Santos Heric Santos Hossoé João Manoel Gonçalves Barbosa Kerssia Preda Kamenach Lauro Chaves Neto Maria de Fátima Miranda Maria do Socorro Erculano de Lima Maurílio Procópio Gomes Mônica Beraldo Fabrício da Silva Paulo Hermance Paiva Paulo Dantas da Costa Paulo Roberto Polli Lobo Tania Cristina Teixeira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva</p>	1º/1/2024 a 31/12/2024

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Período de Atuação
	Conselheiros Federais Suplentes Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera Antonio Corrêa de Lacerda Antônio de Pádua Ubirajara e Silva Carlos Henrique Tibiriçá Miranda Cid Cordeiro da Silva Denise Kassama Franco do Amaral Eduardo Reis Araújo Evaldo da Silva Gilson de Lima Garófalo Gustavo Casseb Pessoti Josélia Souza de Brito Júlio Flávio Gameiro Miragaya Noel Leite da Silva Omar Corrêa Mourão Filho Paulo Roberto de Jesus Rogério Vianna Tolfo Vicente Ferrer Augusto Gonçalves	

Quadro 2: Informações obre as áreas ou subunidades estratégicas - continuação

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Comissões	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1 a 31/12/2024
Grupos de Trabalho	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1 a 31/12/2024
Presidente	Paulo Dantas da Costa	Presidente	1º/1 a 31/12/2024
Vice-Presidente	Flávia Vinhaes Santos	Vice-Presidente	1º/1 a 31/12/2024
Superintendência	Aline Tales Ferreira	Superintendente	1º/1 a 31/12/2024
Coordenação	Ana Claudia Ramos Pinto	Coordenador	1º/1 a 31/12/2024
Procuradoria Jurídica	Fábio Ronan Miranda Aves	Procurador-Geral	1º/1 a 31/12/2024
	Paulo Roberto Samuel Alves Júnior	Assessor II	1º/1 a 31/7/2023
		Assessor I	1º/8 a 31/12/2023
	Amanda Camargo Lemos	Estagiário	1º/1 a 16/2/2024
	Valécia dos Santos Camandaroba	Estagiário	26/2 a 31/12/2024
Assessoria da Presidência	Jane Lopes Silva	Assessor I	1º/1 a 31/3/2024
	Jane Lopes Silva	Assessor da Presidência e do Plenário	1º/4 a 31/12/2024
	Edna Barroso Machado	Assessor IV	1º/4 a 31/12/2024
	Luiza Rodrigues Borges	Assessor IV	1º/1 a 15/03/2024
Setor de Comunicação	Renata Reis Almeida	Coordenador de Comunicação	1º/1 a 31/12/2024
	Manoel José Castanho	Jornalista	1º/1 a 31/3/2024
	Manoel José Castanho	Assessor I	1º/4 a 31/12/2024
	Raquel Passos da Silva Araújo	Assessor II	1º/1 a 31/12/2024
	Eduardo Costa da Silva	Estagiário Economia	1º/1 a 31/12/2024
	Maria Eduarda Cardoso de Araujo	Estagiário Publicidade e Propaganda	17/6 a 31/12/2024
Setor de Licitação	Lilian de Souza Barbosa	Supervisora Processos Licitatórios	1º/1 a 31/12/2024
	Danielle Costa Barbosa Giroto	Atuação em Processos Licitatórios	1º/1 a 31/12/2024

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Setor de Apoio Administrativo	Daniel Nunes de Oliveira	Supervisor Administrativo	1º/1 a 31/12/2024
Setor Técnico	Maria Aparecida Carneiro	Economista	1º/1 a 31/12/2024
Setor de Contabilidade	Antônio Tolentino	Contador/Supervisor Financeiro	1º/1 a 30/04/2024
Tecnologia da Informação	Caio da Rocha Santos	Assessor III	1º/1 a 31/12/2024
	João Henrique Vieira Costa	Suporte em Tecnologia da Informação	1º/1 a 31/12/2024
	Keliane Souza de Jesus	Assessor II	1º/1 a 5/3/2024
	Rielisson Barbosa de Moura	Assessor III	1º/1 a 31/12/2024
	Danilo Araújo Mota	Estagiário de TI	1º/1 a 31/12/2024
	Davi Barbosa	Estagiário de TI	1º/7 a 31/12/2024
	Felipe Costa da Silva	Estagiário de TI	1º/1 a 31/5/2024
Serviços Administrativos	Edna Barroso Machado	Supervisor de Secretaria e Serviços Gerais	1º/1 a 31/3/2024

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Competências

Atribuições do Plenário:

- I. estimular a disseminação da ciência econômica nos diversos segmentos da sociedade brasileira, buscando promover estudos que resultem nas práticas mais adequadas ao País;
- II. determinar a orientação, supervisão e disciplina da fiscalização do exercício profissional, com vistas a manter a uniformidade de atuação dos Conselhos Regionais;
- III. conhecer e dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- IV. alterar o Regimento Interno;
- V. examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, modificando-os, caso necessário, para manter-se a respectiva unidade de orientação e ação;
- VI. julgar, em última instância, os recursos interpostos contra os atos dos Conselhos Regionais;
- VII. decidir sobre a criação, fusão e organização dos Conselhos Regionais, fixando-lhes a jurisdição e o número de seus membros, considerando a expressão quantitativa dos economistas e a dotação relativa dos recursos;
- VIII. decidir sobre o programa de trabalho;
- IX. oferecer subsídios à formulação e implementação da política econômica governamental e, em assuntos que interessem a economia nacional, à ação do Congresso Nacional, além de aprovar e emitir quaisquer pronunciamentos em nome da instituição em temas econômicos, sociais ou políticos, podendo delegar esta atribuição, mediante Resolução, ao Presidente, a Comissões próprias ou a Conselheiros;
- X. eleger, dentre os Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente;
- XI. deliberar sobre proposta orçamentária, suas alterações e abertura de créditos adicionais segundo proposição da Presidência, considerando o programa anual de trabalho;
- XII. homologar orçamentos, reformulações, alterações e abertura de créditos adicionais, provenientes dos Conselhos Regionais;
- XIII. aprovar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e suas alterações, bem como a tabela salarial dos empregados do quadro de pessoal do Cofecon e os respectivos índices de atualização;
- XIV. autorizar a criação de cargos, funções, níveis de remuneração, e, bem assim, aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, nos termos do Plano de Cargos e Salários (PCS) e em estrita observância ao que preceitua a legislação aplicável em vigor;

- XV. aprovar a criação de comissões ou grupos de trabalho;
- XVI. julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do exercício anterior, observado o disposto neste Regimento em relação à Comissão de Tomada de Contas, ficando impedidos de votar esta matéria o Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros que os tenham eventualmente substituído nos atos de gestão do exercício considerado;
- XVII. deliberar sobre as prestações de contas dos Conselhos Regionais, após o exame da Comissão de Tomada de Contas;
- XVIII. deliberar previamente sobre mutações patrimoniais, doações, legados, subvenções, convênios e toda forma de auxílio financeiro aos Regionais e a terceiros;
- XIX. autorizar operações referentes à compra, venda, dação em pagamento, aluguel e permuta de imóveis pelos Conselhos Regionais, observando as disposições legais;
- XX. deliberar sobre atos que contrariem a ética profissional, definidos em legislação própria, quando se tratar de competência do Conselho Federal;
- XXI - zelar pela observância dos dispositivos do Código de Ética Profissional do Economista;
- XXII. decidir sobre os meios hábeis que objetivem a valorização profissional do Economista, particularmente quanto à melhoria de sua capacidade técnica e à utilização de seu saber específico nos diferentes setores da economia nacional;
- XXIII. estimular a elaboração de trabalhos na área de economia aplicada, especialmente sobre problemas do desenvolvimento econômico-social, podendo, para esse fim, estabelecer prêmios anuais.

Atribuições dos Conselheiros:

- I. participar das Sessões do Conselho e do Tribunal Superior de Ética;
- II. relatar os processos e desempenhar encargos para os quais forem designados;
- III. integrar comissões ou grupos de trabalho, quando designados;
- IV. representar o Conselho, quando designados;
- V. conhecer previamente a pauta da Sessão e a minuta da ata da Sessão a ser aprovada.

Atribuições do Presidente:

- I. cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções, Deliberações e demais atos normativos do Conselho;
- II. administrar e representar legalmente o Conselho;
- III. dar posse aos Conselheiros e convocar os Suplentes;
- IV. distribuir aos Conselheiros, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidos à deliberação do Plenário;
- V. propor ao Plenário atos deliberativos;
- VI. convocar e presidir as sessões do Conselho e as do Tribunal Superior de Ética;
- VII. propor ao Plenário a constituição de comissões ou grupos de trabalho;
- VIII. exercer os atos relativos à política e administração de pessoal, observando o disposto no art. 10, incisos XIII e XIV deste Regimento;
- IX. autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais votadas pelo Plenário e, juntamente com o responsável designado para a Tesouraria, ou seu substituto legal, movimentar contas bancárias, assinar cheques e passar recibos;
- X. submeter ao Plenário, na primeira sessão de seu mandato, o programa de trabalho;
- XI. encaminhar à deliberação do Plenário a proposta orçamentária e suas alterações, bem como o relatório anual de Prestação de Contas;
- XII. delegar competências regimentais incluídas nas alíneas II, VIII, IX e XIV a Conselheiros e funcionários, respeitados os princípios legais da delegação de competência e do controle interno;
- XIII. decidir “ad referendum” do Plenário, nos casos em que se faça inadiável e imprescindível a tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário e seja impossível a convocação tempestiva desse colegiado, ao qual deverá ser a decisão submetida na sessão imediatamente posterior para homologação. Neste caso, poderá o Plenário revogar ou

alterar, posteriormente, tais deliberações, preservando-se os legítimos efeitos gerados até esse momento;

XIV. acautelar os interesses dos Conselhos Federal e Regionais e os da categoria profissional, adotando as providências necessárias.

Atribuições das Comissões Permanentes e Temáticas:

O Cofecon possui 21 comissões e grupos de trabalho, cujas atribuições, componentes e atividades estão relacionadas no capítulo 2 deste relatório.

Superintendência:

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; acompanhar o orçamento e os projetos do Cofecon; assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecons; cumprir e fazer cumprir o Regimento do Cofecon; coordenar as atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle no âmbito de sua competência; organizar e executar as Sessões Plenárias Ordinárias e Ampliadas ao Cofecon, bem como apoiar a realização de outros eventos constantes do Calendário do Sistema Cofecon/Corecons.

Procuradoria Jurídica:

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) - setor diretamente ligado à presidência da Autarquia - é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas do órgão, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico interno, em especial ao Plenário, comissões, grupos de trabalho e a própria presidência.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Registro, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade

1.6.1. O Cofecon e a Mídia

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Foram divulgadas notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta, entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas para aprimorar o relacionamento com a mídia. De igual forma, foram monitoradas 84 inserções do Sistema Cofecon/Corecons na mídia em 2024, uma média de sete por mês.

1.6.2. Redes Sociais

As redes sociais se mostraram, mais uma vez, como importante ferramenta de divulgação de ações, participações e eventos realizados pelo Sistema Cofecon/Corecons. O setor de Comunicação trabalhou com uma identidade visual moderna nos perfis da autarquia nas mídias e criou estratégias para potencializar o alcance das publicações, difundindo as informações divulgadas para o maior número de pessoas possível.

A página do Cofecon no Facebook encerrou o ano com 20.784 mil seguidores, onde as publicações da página tiveram um alcance de 105 mil pessoas, 3,7 mil interações com o conteúdo e 2,4 mil cliques no link. Já o Instagram fechou o ano com 17.532 mil seguidores, um alcance de 231 mil pessoas, 13,9 mil interações com conteúdo e 3,2 mil cliques no link. O X da autarquia registrou 1962 seguidores no total.

Já o canal do Cofecon no YouTube teve grande destaque em 2024, com 34,5 mil visualizações, 3,2 mil horas de exibição e 607 novos inscritos.

O perfil no LinkedIn também foi responsável pela comunicação do Cofecon com economistas e a sociedade em geral. Esta rede social contou com 5,054 seguidores no total e 145,136 impressões.

Tanto a divulgação quanto a realização da edição de 2024 do Desafio Quero Ser Economista estiveram alicerçadas nas redes sociais, considerando o público-alvo, formado por estudantes de ensino médio. O perfil Quero Ser Economista teve um alcance no Facebook de 12 mil pessoas e um total de 11682 seguidores. Já no Instagram, o alcance ficou em 32,4 mil pessoas, com 6297 seguidores.

Diante dos números apresentados, o Cofecon demonstrou ter fortalecido sua presença nas redes sociais no ano de 2024, estreitando a comunicação com economistas, estudantes de Economia e a sociedade em geral.

1.6.3. Revista Economistas

A Revista Economistas continuou a ser publicada de maneira interativa com links para conteúdos externos, vídeos, campanhas, podcasts, entre outros materiais. As edições deste ano foram:

Edição de março (nº 51): Como tem acontecido nos últimos anos, a edição do mês de março é dedicada às mulheres e tem como tema de capa “Mulher Economista e Diversidade” - uma referência à Comissão responsável por tratar deste tema no âmbito do Cofecon. Os artigos desta edição foram escritos por mulheres e têm dois tipos básicos de abordagens: a forma como a economia olha para as mulheres (expressa nas questões de gênero) e a forma como elas olham para a economia (com artigos sobre questões econômicas em que são especialistas).

Edição de junho (nº 52): A edição foi desenvolvida no contexto do projeto Memórias e Futuro da Economia Brasileira, criado pelo Cofecon em 2024 a fim de promover o debate econômico e discutir as formas de construirmos o país que almejamos. No dia 8 de junho faleceu a economista Maria da Conceição Tavares, homenageada pelo Cofecon em 2010 com o prêmio Personalidade Econômica do Ano. Professora em diversas instituições, com mais tempo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual de Campinas, ela foi uma figura influente na formação de muitos economistas de destaque no cenário nacional. Uma matéria especial aborda a sua trajetória e importância no pensamento econômico brasileiro, além de conter depoimentos de economistas que a conheceram, seja convivendo de perto ou por meio de sua vasta obra e influência. A capa da revista presta-lhe um reconhecimento, com os dizeres: “À mestra, com carinho”.

Edição de setembro (nº 53): O tema da edição foi A Economia do Futuro: sustentabilidade e inteligência artificial tornam-se questões fundamentais num cenário de grandes transformações globais. Entre os destaques, uma entrevista exclusiva com a economista Clara Mattei sobre austeridade e artigos dos economistas Gesner Oliveira, Wallace Pereira, Carmem Feijo, Lauro Chaves Neto e Fernando de Aquino.

Edição de dezembro (nº 54): Com o tema desenvolvimento regional, a publicação contém artigos com foco na redução das desigualdades para criar um futuro mais inclusivo e sustentável para o Brasil. Em entrevista exclusiva, a economista Tania Bacelar apontou que não se pode discutir desenvolvimento regional com o mesmo pensamento do século anterior. Ela também defendeu que o Brasil ainda precisa de políticas regionais, mas que não basta apenas olhar para as desigualdades, e sim para as potencialidades. Pela terceira vez, a edição de dezembro da revista Economistas apresenta um caderno especial em comemoração ao Dia Nacional da Economia Solidária, celebrado em 15 de dezembro. Esse caderno tem se consolidado como um espaço de reflexão e debate sobre os

avanços, desafios e perspectivas dessa forma de organização econômica que coloca a cooperação, a autogestão e a solidariedade no centro de suas práticas.

Figura 2: Capas das Revistas Economistas



1.6.4. Campanha Dia do Economista

Ao longo do mês de agosto, celebramos juntos a trajetória da economia brasileira e o papel essencial dos economistas na construção de um futuro mais próspero e sustentável. Na campanha do Dia do Economista deste ano, abordamos momentos históricos, como:

O fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que salvaguarda nossa soberania;

A trajetória do Bolsa Família, referência internacional em redução da pobreza;

Os desafios e avanços da industrialização, desindustrialização e a oportunidade de uma nova era de neointustrialização;

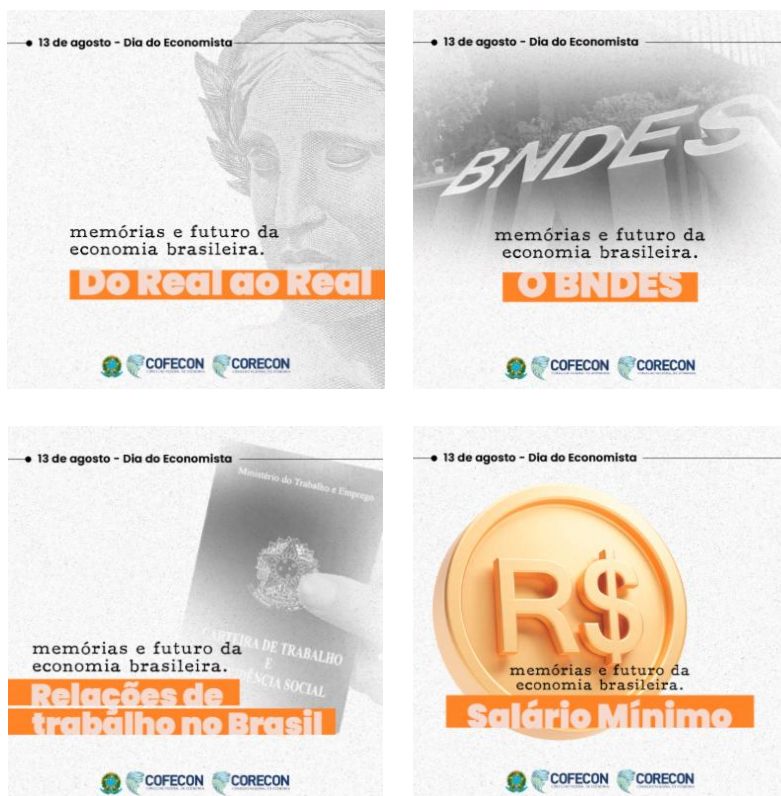
A estabilização econômica trazida pelo Plano Real e os marcos da Petrobras no setor energético;

E muito mais, desde as raízes da inflação até a construção de Brasília, símbolo de inovação e desenvolvimento.

Essa campanha nos lembra que o trabalho do economista não é apenas sobre números, mas sobre vidas transformadas e histórias moldadas. Com olhar crítico e estratégico, seguimos construindo o futuro da economia brasileira. Economista: construindo a história e moldando o futuro da nossa nação.

Figura 3: Peças da campanha do Dia do Economista





O Cofecon também apoiou iniciativas dos Conselhos Regionais, tanto na produção de material virtual como na participação dos dirigentes federais em eventos regionais.

1.6.5. Eventos virtuais

As comissões temáticas do Cofecon desempenharam um papel fundamental ao longo de 2024 na promoção do debate qualificado sobre temas econômicos relevantes e atuais. Por meio da realização de oficinas, rodas de conversa, encontros virtuais e seminários nacionais, os colegiados ampliaram a interlocução com a sociedade e fortaleceram o protagonismo do Conselho na formulação de propostas para os desafios do desenvolvimento brasileiro. Os eventos contaram com a participação de especialistas, professores, parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil, abordando assuntos como desigualdade social, reforma tributária, economia solidária, meio ambiente, inteligência artificial e o mercado de trabalho da perícia econômica, além de ampliarem a visibilidade das pautas de gênero, raça e diversidade no campo da economia.

- 14/3/2024: Concentração de renda no Brasil: novas evidências reveladas pelos dados do IRPF, com o economista Sergio Gobetti;
- 14/3/2024: Reflexos das desigualdades de gênero, raça e social no mercado de trabalho, com Lucilene Morandi, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia da UFF; Shirley Basílio, conselheira regional do Corecon-SP; Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, conselheira federal; Isabel Ribeiro, presidente do Corecon-BA; Luciana Aciolly, presidente do Corecon-DF;
- 07/5/2024: Economia, sociedade e meio ambiente: uma perspectiva solidária, com Lucas Ferreira Lima (Unicamp);
- 14/6/2024: Reforma tributária, com o economista e deputado federal Reginaldo Lopes;
- 18/6/2024: Pensar os bancos comunitários como alternativa ao fomento local, com William Retamiro;
- 31/7/2024: EAD Bancos Comunitários e Moedas Sociais (aula final), com vários economistas;
- 13/8/2024: Novo Desenvolvimentismo: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política, com Luiz Carlos Bresser Pereira;

- 21/8/2024: Roda de conversa - Mulheres Economistas, Pesquisadoras, Inovações e Financiamento, com as conselheiras federais Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, coordenadora da Comissão Mulher Economista e Diversidade do Cofecon; Tania Cristina Teixeira, coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Regional; Ana Cláudia Arruda, vice-presidente do Conselho Regional de Economia de Pernambuco; e Maria do Socorro Erculano de Lima, coordenadora da Comissão de Governança: Planejamento Estratégico, Modernização, Transparência e LGPD;
- 12 e 13/9/2024: 2º Seminário da Mulher Economista e Diversidade, com economistas de diferentes regiões do País;
- 10/10/2024: EAD Economia da Oralidade (aula final), com Jorge Cury;
- 29/10/2024: Mercado de Trabalho da Perícia nas Regiões Brasileiras - Norte e Sul, com Higor de Sousa Franco e Tiago Jazynski;
- 30 de outubro: Mercado de Trabalho da Perícia nas Regiões Brasileiras - Nordeste e Sudeste, com Dorgilan Rodrigues da Cruz e Annelise Rodrigues Fonseca;
- 31 de outubro: Mercado de Trabalho da Perícia nas Regiões Brasileiras - Centro-Oeste, com Vilma Guimarães.
- 14/11/2024: EAD Importância da IA para os Economistas, com Welinton dos Santos (aula final)
- 12/12/2025: Desafios e as oportunidades da economia solidária no Brasil e no mundo, com Ana Costa, superintendente do BNDES na área de Desenvolvimento Social e Gestão Pública, de Ladislau Dowbor, professor titular da PUC-SP e especialista em economia social e desenvolvimento regional, e de João Joaquim de Melo Neto Segundo educador popular, líder comunitário e criador do Banco Palmas e da Moeda Palmas, onde atua como gerente de projetos.

Em parceria com o Corecon-DF e a Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis), o Cofecon realizou um ciclo de seminários que teve lugar na Câmara dos Deputados, com os seguintes temas e datas:

- 13/06/2024: “Orçamento Público e Legislativo: orçamento como instrumento das políticas governamentais e o papel compartilhado pelo Legislativo e Executivo”, com participação de Élide Graziane Pinto, José Luiz Pagnussat e Vinicius Leopoldino do Amaral como palestrantes e Alexandre de Brito Nobre e José Fernando Cosentino Tavares como debatedores.
- 15/08/2024: “Reforma tributária progressiva e redução das desigualdades no Brasil”, com participação de Clara mattei, Marcelo Sobreiro Maciel e Isac Falcão como palestrantes, Evilásio da Silva Salvador e Ângelo de Angelis como debatedores e Paulo Dantas da Costa como mediador.
- 28/11/2024: “Governança Econômica Global”, com participação de Stephany Griffith-Jones, Marcio Pochmann, Antonio Corrêa de Lacerda e Paulo Nogueira Batista Junior como palestrantes e José Evande Araújo e Luciana Acioly da Silva como debatedores.

Figura 4: Lives do Cofecon



As notas oficiais produzidas em 2024, e disponíveis no site do Cofecon, foram as seguintes:

1. Governança Econômica Global: Destacamos a necessidade de maior cooperação entre países e de políticas globais que priorizem as pessoas, sempre atentos aos reflexos dessas decisões no Brasil.
2. Pacote Fiscal de 28 de novembro: Avaliamos as medidas para redução do déficit primário, destacando avanços necessários e apontando os desafios sociais que demandam atenção.
3. XXVIII Simpósio Nacional dos Corecons - Carta de Santa Catarina: Realizado em Balneário Camboriú-SC, o evento abordou o desempenho econômico do Brasil em 2024, destacando avanços como a queda do desemprego e o crescimento do PIB, além de desafios como desigualdades regionais, infraestrutura e tributação progressiva.
4. Reforma Tributária Progressiva: Defendemos um sistema tributário mais justo, com foco na tributação de renda e patrimônio, visando à redução das desigualdades sociais.
5. Em Defesa da Petrobras: Reiteramos a importância estratégica da empresa para o desenvolvimento sustentável do Brasil, apoiando decisões voltadas para investimentos e transição energética.

A Comissão Mulher Economista e Diversidade realizou no dia 14 de março o debate “Reflexos das desigualdades de gênero, raça e social no mercado de trabalho”. O evento contou com a participação das economistas Lucilene Morandi e Shirley Basílio.

No dia 21 de agosto ocorreu a roda de conversa “Mulheres economistas, pesquisadoras, inovações e financiamentos”, que foi uma prévia do seminário de mesmo tema no mês seguinte. Participaram do evento as conselheiras federais Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Tania Cristina Teixeira, Maria do Socorro Erculano de Lima e Ana Cláudia Arruda, além da presidente do Corecon-MG, Valquíria Aparecida Assis.

O II Seminário Mulher Economista e Diversidade aconteceu em Belo Horizonte, nos dias 12 e 13 de setembro. A palestra de abertura foi da economista Helena Lastres, abordando o futuro do desenvolvimento no Brasil e as novas tecnologias. O segundo dia de evento teve quatro mesas de debates, com os temas “As mulheres, a tecnologia e o futuro do trabalho”; “As mulheres economistas na análise da economia mundial”; “Lugar de mulher é na ciência, tecnologia e inovação”; e “Tecnologias inovadoras que empoderam mulheres empreendedoras”.

Figura 5: 2º Seminário Mulher Economista & Diversidade



1.6.6. Ouvidoria

A Ouvidoria do Cofecon é realizada por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), disponível para acesso no sítio eletrônico da Autarquia, Portal da Transparência (<https://cofecon.org.br/transparencia/>).

Em 2024, o setor de Apoio Administrativo/ Atendimento aos Regionais do Cofecon atendeu 581 solicitações ou dúvidas de Corecons e do público em geral. O funcionário realizou 3.516 pesquisas por CPF/CNPJ por meio do sistema do SERPRO, vinculado à Receita Federal do Brasil, no sentido de

averiguar os endereços atualizados de Economistas registrados com o fim de subsidiar os Corecons no desempenho de suas atividades de fiscalização.

1.6.7. Carteira Virtual

Lançamento das Carteiras Digitais e Manual de Coleta Biométrica

2024 foi um ano de inovação para o Sistema Cofecon/Corecons, com o lançamento das Carteiras Digitais do Economista, um marco na modernização e acessibilidade para os profissionais registrados.

Novidades na emissão da carteira:

Agora, economistas podem solicitar a carteira profissional de forma 100% online, com coleta de dados biométricos diretamente pelo aplicativo, sem a necessidade de comparecimento presencial ao Corecon da sua região. A carteira digital (e-CIP) é acessada junto com a versão física, trazendo mais agilidade, praticidade e segurança contra fraudes.

E-book: Manual de Coleta Biométrica:

Para tornar o processo ainda mais acessível, lançamos um e-book exclusivo, que serve como guia completo para a emissão da Carteira Digital. No manual, o economista encontra:

- O passo a passo detalhado para realizar a coleta biométrica (assinatura, foto de rosto e impressão digital).
- Orientações práticas sobre como utilizar o aplicativo Carteira Digital - Cofecon.
- Informações sobre as vantagens da nova carteira e a importância da identidade digital no mercado de trabalho.

O e-book e o novo formato de emissão reforçam o compromisso do Cofecon com a inovação e a inclusão digital, simplificando o dia a dia dos profissionais e garantindo maior segurança e autenticidade.

1.7. Fatos externos relevantes

No dia 14 de agosto de 2024 o deputado Reginaldo Lopes protocolou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.178/2024, que trata das atividades desempenhadas pelo profissional economista. O projeto, assinado por ele e pelo deputado Mauro Benevides, busca atualizar a Lei nº 1.411/1951, que deu vida jurídica à profissão, mas que pouco foi atualizada desde então.

1.8. Modelo de negócios

O Conselho Federal de Economia recebeu, no art. 7º da Lei nº 1.411/1951, dez atribuições (alíneas “a” a “j”). Dentre elas, sete são de caráter interno e dizem respeito à própria organização e à dos Conselhos Regionais de Economia (alíneas b, c, d, e, f, h e i). Levando em conta que a arrecadação do Cofecon provém dos Conselhos Regionais de Economia, a autarquia promove encontros de funcionários, um espaço de capacitação e troca de experiências para que cada Corecon possa realizar melhor as suas atividades, prestando um melhor serviço ao economista que se encontra na ponta.

As demais atribuições, que têm caráter externo, são as seguintes:

- - Alínea a: contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- - Alínea g: promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;
- - Alínea j: servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

A fim de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País, o Conselho Federal de Economia promove, em suas sessões plenárias, a discussão de temas da conjuntura econômica, emitindo notas oficiais sobre o tema debatido. As notas são divulgadas à imprensa e aos interessados.

Além disso, todos os anos é realizado o Prêmio Brasil de Economia, certame que reconhece as melhores produções técnicas dos economistas. O melhor trabalho em cada uma destas áreas recebe um prêmio em dinheiro. Os resultados de 2024 encontram-se na seção referente à Comissão de Educação.

O XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia reuniu cerca de 200 economistas, além de estudantes, empresários e autoridades locais. A palestra magna do evento foi proferida pelo economista Gesner Oliveira e nos dois dias seguintes as atividades foram divididas em grupos de trabalho que abordaram formação e mercado de trabalho do economista, funcionamento do Sistema Cofecon/Corecons e conjuntura econômica, social e política do Brasil. Com forte legado de inovação, a cerimônia de encerramento do evento consolidou os avanços conquistados pelos grupos de trabalho em prol da categoria dos Economistas. O ato contou, ainda, com um emocionante momento de premiações dos vencedores da Gincana Nacional de Economia e do Desafio Quero Ser Economista.

Entre os estudos e campanhas realizados em prol da racionalização econômica do País, destaca-se a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social, dirigida pelo Cofecon, com a parceria de cerca de 30 entidades dos mais variados segmentos.

O relacionamento com os estudantes é realizado em duas frentes. A primeira delas, voltada a apresentar conhecimentos da ciência econômica de forma a despertar o interesse em alunos do ensino médio, é feita por meio do Desafio Quero Ser Economista, evento que chegou em 2024 à sua nona edição. A segunda é a Gincana Nacional de Economia, na qual estudantes de Ciências Econômicas e cursos conexos disputam uma competição em duas etapas (regional e nacional) na qual medem conhecimentos e simulam situações práticas por meio de um jogo eletrônico. A etapa nacional é disputada na mesma cidade em que se realiza o principal evento promovido pelo Cofecon no ano, permitindo a aproximação entre a autarquia e os estudantes.

CAPÍTULO 2

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

2.1. Estrutura de governança da entidade

A estrutura de governança do Conselho Federal de Economia é composta pelas Comissões Permanentes de Licitação e de Tomada de Contas, instituídas pela Resolução nº 1832, de 30 de julho de 2010, Regimento Interno do Cofecon, bem como pela Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão:

Art. 58. O Plenário do Cofecon, na primeira Sessão anual, elegerá uma Comissão de Tomada de Contas de caráter permanente.

1º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos e Suplentes, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma reeleição, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 3 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo Cofecon e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do Cofecon e dos Conselhos Regionais, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema Cofecon/Corecons.

§ 2º O Plenário do Cofecon elegerá, entre os seus Conselheiros Efetivos, o presidente da CTC, com mandato de 1 (um) ano, inadmitida a reeleição, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões.

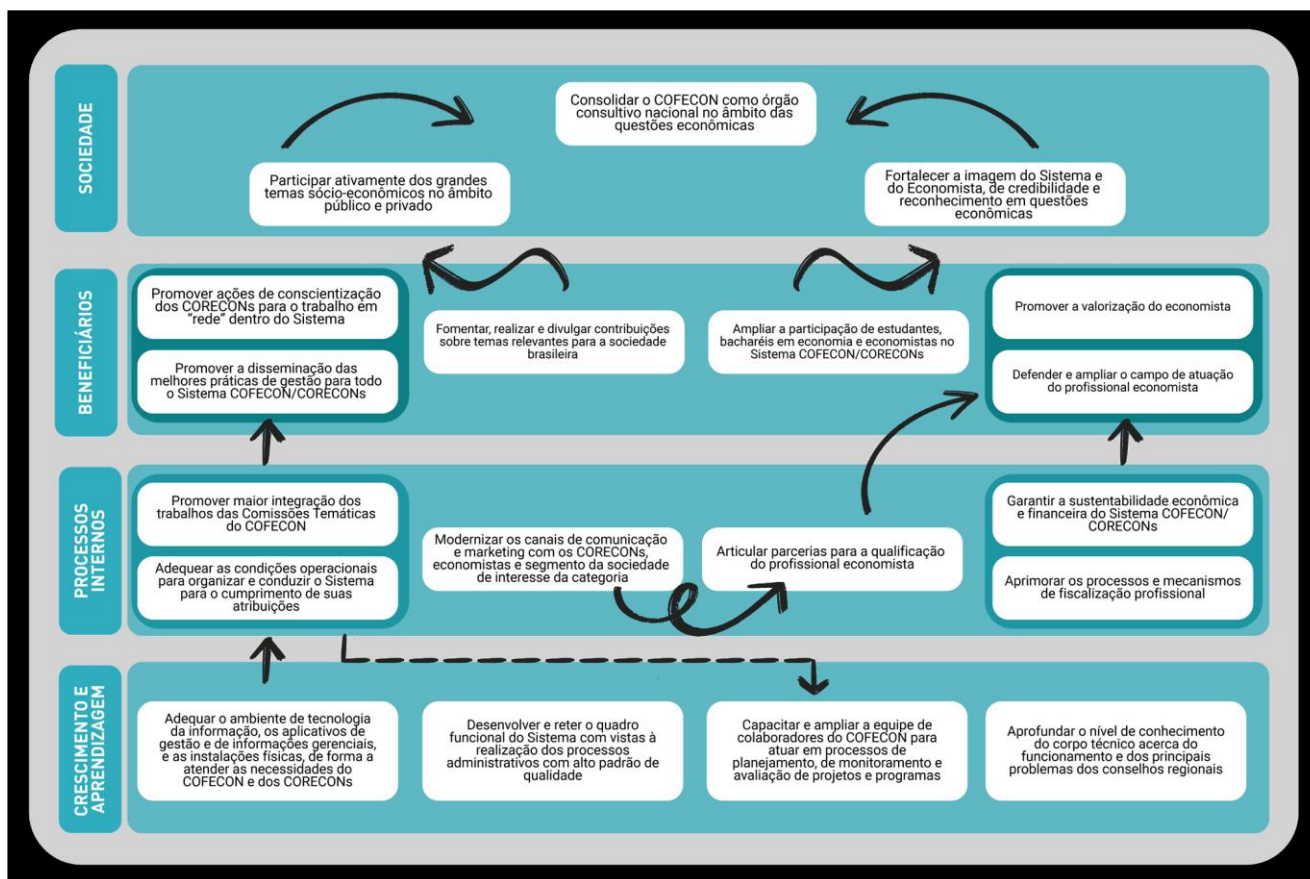
§ 3º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4º ... Revogado.

§ 5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema Cofecon/Corecons e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado.

§ 6º As Comissões Temáticas serão criadas a qualquer tempo, quando motivação pertinente justificar, delas podendo participar profissionais que não integram o Plenário.

Figura 6: Mapa Estratégico



2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade

O processo de planejamento estratégico do Cofecon para o exercício de 2023 representou o desdobramento de ações que passaram a ser executadas no Sistema Cofecon/Corecons com o objetivo de garantir o futuro de nossas entidades, sejam elas de caráter permanente ou extraordinário. As ações desenvolvidas nesta gestão foram divididas nos seguintes grupos: ações institucionais com o objetivo de fortalecer a imagem do Cofecon e de economistas junto à sociedade e ações administrativas.

2.3. Principais objetivos estratégicos

MISSÃO: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

Objetivos estratégicos

Perspectiva SOCIEDADE

- 1) Consolidar o Cofecon como órgão consultivo nacional no âmbito das questões econômicas;
- 2) Fortalecer, junto à sociedade, uma imagem do Sistema e do Economista de credibilidade e reconhecimento em questões econômicas;
- 3) Participar ativamente dos grandes temas socioeconômicos no âmbito público e privado.

Perspectiva BENEFICIÁRIOS

- 4) Promover ações de conscientização dos Corecons para o trabalho em "rede" dentro do Sistema;
- 5) Promover a disseminação das melhores práticas de gestão para todo o Sistema Cofecon/Corecons;

- 6) Fomentar, realizar e divulgar contribuições sobre temas relevantes para a sociedade brasileira;
- 7) Ampliar a participação de estudantes, bacharéis em Economia e economistas no Sistema Cofecon/Corecons;
- 8) Defender e ampliar o campo de atuação do profissional economista;
- 9) Promover a valorização do economista.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

- 10) Modernizar os canais de comunicação e marketing com os Corecons, economistas e segmentos da sociedade de interesse da categoria;
- 11) Promover maior integração dos trabalhos das Comissões Temáticas do Cofecon;
- 12) Articular parcerias para a qualificação do profissional economista;
- 13) Aprimorar os processos e mecanismos de fiscalização profissional;
- 14) Garantir a sustentabilidade econômica e financeira do Sistema Cofecon/Corecons;
- 15) Adequar as condições operacionais para organizar e conduzir o Sistema para o cumprimento de suas atribuições.

Perspectiva CRESCIMENTO E APRENDIZAGEM

- 16) Promover contínua modernização do ambiente de tecnologia da informação, dos aplicativos de gestão e de informações gerenciais, e das instalações físicas, de forma a atender as necessidades do Cofecon e dos Corecons;
- 17) Desenvolver e reter o quadro funcional do Sistema com vistas à realização dos processos administrativos com alto padrão de qualidade;
- 18) Aprofundar o nível de conhecimento do corpo técnico acerca do funcionamento e dos principais problemas dos Conselhos Regionais;
- 19) Promover a contínua capacitação da equipe de colaboradores do Cofecon para atuar em processos de planejamento, de monitoramento e avaliação de projetos e programas.

Os objetivos estratégicos do Cofecon são executados por meio de projetos coordenados pelas Comissões Permanentes e Temáticas e Grupos de Trabalho, cujas atribuições e atividades são apresentadas a seguir.

2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas

Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

O 28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE) aconteceu entre os dias 16 e 19 de outubro. Na solenidade de abertura. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, e o presidente do Corecon-SC, André Luiz Koerich, destacaram a necessidade de atualizar a legislação profissional e a contribuição que os economistas podem dar ao desenvolvimento brasileiro. Já Silvio Ribeiro, secretário da Fazenda da cidade-sede do evento, Balneário Camboriú, manifestou que seu pensamento estava alinhado com o do presidente do Cofecon e falou de seu período à frente da secretaria do município, acumulando já cinco anos.

Figura 7: 28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - Since



Nos dois dias seguintes de evento as atividades foram divididas em grupos de trabalho. O Grupo de Trabalho 1 promoveu debates sobre formação e mercado de trabalho dos economistas. As discussões abordaram as diretrizes do curso de Ciências Econômicas e os desafios e oportunidades nas diversas áreas de atuação da profissão, incluindo a docência, o mercado financeiro, o setor público, a perícia econômica e a economia ambiental. O encontro proporcionou um espaço para troca de experiências e reflexões sobre o papel do economista diante das transformações do cenário econômico e social.

A estrutura, o funcionamento e as normas que regem o Cofecon e os Conselhos Regionais são o foco das discussões do Grupo de Trabalho (GT) 2 do XXVIII SINCE. O Plenário desse grupo examinou e debateu questões de legislação, normativos regimentais, operacionais, administrativos e de gestão do Sistema Cofecon/Corecons, de modo a identificar e corrigir possíveis imperfeições e encontrar soluções para ampliar a eficiência e efetividade dos Conselhos. O coordenador da mesa foi o conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo (SC), tendo como relatores os conselheiros federais Júlio Miragaya (DF) e Carlos Roberto de Castro (SP).

O Grupo de Trabalho nº 3 do SINCE teve como tema o debate sobre a conjuntura econômica, social e política do Brasil - e, nesta edição, as discussões estiveram relacionadas ao desenvolvimento regional. O grupo contou com palestras de representantes das cinco regiões, sendo eles os economistas Haroldo da Silva e Wallace Marcelino (Sudeste), Kerssia Preda Kamenach (Centro-Oeste), Kleber Mourão (Norte), Lauro Chaves Neto (Nordeste) e Carlos Eduardo Pitz (Sul).

Com forte legado de inovação, a cerimônia de encerramento do evento consolidou os avanços conquistados pelos grupos de trabalho em prol da categoria dos Economistas. O ato contou, ainda, com um emocionante momento de premiações dos vencedores da Gincana Nacional de Economia e do Desafio Quero Ser Economista, além da escolha da sede do XXIX SINCE, que acontecerá em 2026.

Eleições no Sistema Cofecon/Corecons

Foram três dias de votação, tendo início às 8 horas do dia 29 de outubro. Um total de 6.462 economistas de todo o Brasil (quase 30% a mais do que no ano passado) exerceram seu direito de votar e escolheram os novos conselheiros regionais. A votação se deu exclusivamente pela internet, por meio do site votaeconomista.org.br, e a apuração foi realizada nesta quinta-feira (31). Todo o processo foi acompanhado por auditoria externa, realizada pela empresa Security Labs, garantindo a transparência da votação.

As chapas eleitas e as quantidades de votos foram: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=24003>

Figura 8: Resultado Eleições 2024



Quadro 3: Chapas eleitas e quantidade de votos

Pleito	Opção	Votos	Branco	Nulos	Total
Conselho Regional AC	EM FRENTE	48	3	2	53
Conselho Regional AL	CHAPA DINAMISMO E ÉTICA	117	1	2	120
Conselho Regional AM	CHAPA 1: CORECON EM AÇÃO	104	7	8	119
Conselho Regional BA	'RENOVA CORECON/BA 2025'	169	16	8	193
Conselho Regional CE	DEFESA E SEGURANÇA DAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ECONOMISTA: FISCALIZAÇÃO!!!!!!	89	12	4	105
Conselho Regional DF	CHAPA 1 - UNINDO ESFORÇOS	222	19	16	257
Conselho Regional ES	CHAPA ÚNICA: 'MÃOS À OBRA'	111	7	8	126
Conselho Regional GO	CORECON FORTE	110	10	11	131
Conselho Regional MA	UNIÃO E COMPROMISSO: POR UM CONSELHO SEMPRE MAIS FORTE.	79	4	4	87
Conselho Regional MG	COMPROMISSO COM MINAS	286	30	20	336
Conselho Regional MS	VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL ECONOMISTA	79	0	5	84
Conselho Regional MT	ECONOMISTA EM 1º LUGAR	112	4	7	123
Conselho Regional PA-AP	UNIÃO E PROGRESSO	73	9	13	95
Conselho Regional PB	ATUALIZAÇÃO DA LEI 1.411	67	0	3	70
Conselho Regional PE	ECONOMISTAS: DIVERSIDADE, OPORTUNIDADES E CONSOLIDAÇÃO EM PERNAMBUCO	114	8	7	129
Conselho Regional PI	"ECONOMISTA - PROFISSIONAL DE VALOR"	43	1	1	45
Conselho Regional PR	CHAPA 2 – 'NOVOS CAMINHOS: CONEXÕES E TRANSPARÊNCIA'	355	30	6	745
	CHAPA 1 - "CONSOLIDADO CONQUISTAS"	354			
Conselho Regional RJ	NOVOS DESAFIOS	519	60	78	657
Conselho Regional RN	INOVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO CORECON-RN	65	3	3	71
Conselho Regional RO	UNIÃO, PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	50	2	1	53
Conselho Regional RS	ORGULHO DE SER ECONOMISTA	307	14	22	343
Conselho Regional SC	UNIÃO E RESPONSABILIDADE	154	12	9	175
Conselho Regional SE	CHAPA 'ECONOMISTAS EM AÇÃO: UNIÃO E PARTICIPAÇÃO'	78	3	3	84
Conselho Regional SP	CHAPA 1 – ÉTICA, PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	1346	70	62	2203
	CHAPA 2 - ANTONIO DELFIM NETTO	725			
Conselho Regional TO	CHAPA NOVOS TEMPOS	52	3	3	58
TOTAL					6462

Pleito	Opção	Votos	Branco	Nulos	Total
Consulta Presidente DF	CHAPA 1 - UNINDO ESFORÇOS	222	20	15	257
Consulta Presidente MG	COMPROMISSO COM MINAS	286	31	19	336
Consulta Presidente RJ	NOVOS DESAFIOS	520	61	76	657
Consulta Presidente TO	NOVOS TEMPOS	53	3	2	58
TOTAL					1308

Os mandatos de conselheiro no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Economia são de três anos (sendo permitida uma reeleição) - mas não são coincidentes. Isso faz com que a cada ano um terço dos conselheiros tenha seu mandato encerrado, proporcionando uma renovação constante no quadro de conselheiros. Por esta razão, todos os anos há eleições no Sistema Cofecon/Corecons.

Em outubro são eleitos os conselheiros regionais, pelo voto direto dos economistas. Eles são organizados em chapas, contendo uma quantidade de conselheiros regionais efetivos (de acordo com o número de conselheiros cujo mandato está terminando) e o mesmo número de suplentes. Cada chapa contém também um delegado eleitor efetivo e suplente. Eles formarão o colégio eleitoral que escolherá os novos conselheiros federais, no evento denominado de Assembleia de Delegados Eleitores.

Escola de Educação a Distância (EAD)

As oficinas EAD de 2024 trouxeram o formato: aulas gravadas e ao vivo, com possibilidade de interação com o professor por meio da plataforma Zoom. As aulas ficaram mais dinâmicas e interessantes com as participações dos alunos, que apresentaram suas perguntas em tempo real.

Em 2024, a EAD ofereceu as oficinas:

1. Bancos Comunitários e Moedas Sociais: Uma imersão em microcrédito, moedas sociais e finanças solidárias, com exemplos de iniciativas como o Banco Palmas. A oficina trouxe reflexões sobre inclusão financeira e desenvolvimento local.
2. Inteligência Artificial para Economistas: Explorou como a IA impacta a economia e o mercado de trabalho, apresentando ferramentas práticas e estudos de caso para ampliar as habilidades tecnológicas dos economistas.
3. Economia da Oralidade: Inovação na comunicação! A oficina mostrou como a voz pode ser um ativo econômico, destacando técnicas de escuta, vocalização e performance verbal para gerar valor pessoal e profissional.

Fórum Nacional Pela Redução da Desigualdade Social

O Fórum realizou três reuniões ao longo do ano de 2024, nos dias 23/4, 23/7 e 22/10. Emitiu também um Manifesto aos Governantes e Parlamentares e Sociedade em Geral.

Texto na íntegra disponível em:

<https://reducaodesigualdadesocial.org.br/2023/05/04/manifesto-aos-governantes-parlamentares-e-sociedade-em-geral/>

Além disso, em junho de 2024, foi lançada a edição nº 5 da revista Justiça Social, que contou com artigos de Pedro Paulo Zahluth Bastos, Rosângela Sousa, Maria Lucia Fattorelli, entre outros.

Figura 9: Revista Justiça Social



Descomplicando a Economia

O Descomplicando a Economia é um sucesso entre o público que acompanha o Cofecon nas redes sociais. A proposta é tornar os conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral por meio de diálogos entre os membros de uma família.

Em 2024 o Descomplicando a Economia ganhou o volume 2 de sua versão impressa. A publicação também pode ser acessada virtualmente em <https://online.flippingbook.com/view/141507100/>.

Figura 10: Descomplicando a Economia - Parte 2



PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Cofecon participa dos congressos anuais realizados sob a responsabilidade da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), que são um espaço para debater o aprimoramento do ensino de Ciências Econômicas nos cursos de graduação no Brasil.

O XXXIX Congresso da ANGE ocorreu nos dias 30 de outubro a 1º de novembro, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). O tema principal da edição foi “A crise da Ciência Econômica e o pluralismo”. O conselheiro coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Heric Santos Hossoé, docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), foi o representante do Cofecon na mesa de abertura do evento. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, docente da PUC/SP, participou da mesa de debates que teve como tema “Os desafios da economia brasileira, diante do complexo cenário internacional”.

ATIVIDADES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Comissão de Tomada de Contas

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros efetivos: Heric Santos Hossoé (Presidente), João Manoel Gonçalves Barbosa e Tania Cristina Teixeira.

Suplentes: Maurílio Procópio Gomes, Teresinha Ferreira da Silva e Maria do Socorro Erculano de Lima.

A Comissão realizou avaliações de 49 propostas e reformulações orçamentárias; 93 balancetes trimestrais; 28 prestações de contas anuais; e 23 prestações de contas de auxílios financeiros.

Comissão de Política Econômica

Atribuições: Promover a consolidação do Cofecon como referência no debate econômico nacional; auxiliar o Departamento de Estatísticas e Estudos Econômicos; cobrar do Governo Federal a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Membros: Heric Santos Hossoé (Coordenador), Tania Cristina Teixeira (Vice-Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Flávia Vinhaes Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Noel Leite da Silva, Ricardo Aquino Coimbra, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Valquíria Aparecida Assis, Wallace Marcelino Pereira, Wellington Leonardo da Silva, Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Maria Aparecida Carneiro, Manoel José Castanho, Renata Reis Almeida.

Em 2024 foram promovidos os seguintes debates:

- 14/03: Concentração de renda no Brasil: novas evidências reveladas pelos dados do IRPF, com Sergio Gobetti.
- 13/08: Novo Desenvolvimentismo: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política, com Luiz Carlos Bresser-Pereira.

O Cofecon também apoiou a realização do Ciclo de Seminários de Economia, promovido em parceria com o Corecon-DF e a Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis), na Câmara dos Deputados, composto pelos seguintes debates:

- 13/06: Orçamento Público e Legislativo: orçamento como instrumento das políticas governamentais e o papel compartilhado pelo Legislativo e Executivo.
- 15/08: Reforma tributária progressiva e redução das desigualdades no Brasil.
- 28/11: Governança econômica global.

Em 2024 também foram produzidas as seguintes notas oficiais, cujo teor encontra-se no Anexo 1:

- 16/03: Em Defesa da Petrobras.
- 06/05: Apoio dos economistas às populações atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.
- 17/08: Reforma Tributária Progressiva e redução das desigualdades no Brasil.
- 19/10: XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - Carta de Santa Catarina
- 30/11: O pacote fiscal de 28 de novembro.
- 02/12: Governança econômica global.

Comissão de Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativos

Atribuições: Coordenar e articular as relações institucionais do Conselho Federal de Economia; promover o diálogo com entidades nacionais e internacionais; consolidar e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada; acompanhar a tramitação de projetos de lei que afetem o campo de atuação dos Economistas; promover entendimentos com outros Conselhos Profissionais no que se refere aos projetos de lei que visam à atualização da legislação das profissões, com foco no campo de atuação.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Flávia Vinhaes Santos (Vice-Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Mônica Beraldo Fabrício.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, Renata Reis Almeida.

O Cofecon tem buscado a atualização da Lei 1.411/1951, em especial no tocante às atividades do economista, e vem realizando tratativas com a Casa Civil e o Ministério do Trabalho para dar o melhor andamento ao assunto.

Além de participar ativamente do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), o Cofecon também manteve reuniões institucionais com a presidência

dos Conselhos Federais de Administração e de Contabilidade para tratar de assuntos de interesse de todos estes Conselhos.

Assim, diante da intensa ação do Cofecon perante os parlamentares do Congresso Nacional, foi proposto o Projeto de Lei nº 3.178/2024, o qual altera a Lei nº 1.411/1951, para dispor sobre a profissão de Economistas e dá outras providências.

O PL foi protocolado em 14/8/2024, pelos Deputados Reginaldo Lopes (PT/MG) e Mauro Benevides Filho (PDT/CE).

O PL chegou a ser pautado, todavia, em razão de divergências com o Conselho Federal de Contabilidade quanto às atribuições dos seus respectivos profissionais, foi retirado de pauta pelo Relator André Figueiredo (PDT/CE), para que o assunto fosse amadurecido entre os Conselhos envolvidos.

Atualmente, o PL encontra-se na situação de: Pronto para pauta na Comissão de Trabalho (CTRAB), aguardando deliberação da Câmara dos Deputados.

Comissão de Educação

Atribuições: Promover o fortalecimento do Prêmio Brasil de Economia e da Gincana Nacional de Economia; acompanhar a execução dos Prêmios Personalidade e Destaque Econômico do Ano; estimular projetos de Educação Financeira nas escolas de Ensino Médio; realizar e/ou apoiar cursos de capacitação profissional para economistas, presenciais ou a distância, nas áreas de perícia, finanças e outras; realizar e/ou apoiar cursos de capacitação profissional para economistas, presenciais ou a distância, nas áreas de perícia, finanças e outras; promover a discussão sobre o registro de novas profissões e propor a inserção de matérias optativas nos cursos de graduação, visando ampliar o mercado de trabalho do economista; estruturar a presença dos Corecons nos cursos de Economia; estudar e implementar programas e ações voltados aos estudantes de Economia para que compreendam o papel do Cofecon, bem como promover as atividades dos Corecons junto aos estudantes e vice-versa.

Membros: Claudemir Galvani (Coordenador), Tania Cristina Teixeira (Vice-Coordenadora), Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo André Cosentino, Francisco Horácio Pereira de Oliveira, Heric Santos Hossoé, Kerssia Preda Kamenach, Mônica Beraldo Fabrício, Lauro Chaves Neto, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Maria do Socorro Erculano de Lima, Maria de Fátima Miranda, Noel Leite da Silva, Welinton Santos. **Desafio Quero Ser Economista:** Claudemir Galvani, Tania Cristina Teixeira, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima. **Gincana Nacional de Economia:** Claudemir Galvani, Tania Cristina Teixeira, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Denise Kassama Franco do Amaral, Kerssia Preda Kamenach. **Prêmio Brasil de Economia:** Claudemir Galvani, Tania Cristina Teixeira, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto. **Oficinas de Educação à Distância:** Claudemir Galvani, Denise Kassama Franco do Amaral, Kerssia Preda Kamenach, Tania Cristina Teixeira.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Daniel Nunes de Oliveira, Jane Lopes da Silva, Raquel Passos da Silva Araújo, Renata Reis Almeida, Rielisson Barbosa de Moura.

A IX Gincana Nacional de Economia teve sua etapa regional com duas fases. A primeira correspondeu a responder perguntas de economia e foi realizada simultaneamente em todo o Brasil. A segunda consistiu na produção de vídeos sobre o tema: “Memórias e futuro da economia brasileira”. A etapa nacional foi realizada de forma presencial, em Balneário Camboriú, nos dias 17 e 18 de outubro, por ocasião do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, e consistiu num jogo que simulou diversas situações econômicas. Os ganhadores foram:

- 1º Lugar - R\$ 4.000,00: Theo Dalmaso Kussama e Pedro de Campos Barbosa Moreno, do Rio de Janeiro;
- 2º Lugar - R\$ 3.000,00: Maurício Martinho Lino Junior e Bruno Felipe Spies, de Goiás;
- 3º Lugar - R\$ 2.000,00: Matheus Ribeiro Nunes de Oliveira e Gabriella Regina de Souza, de Santa Catarina;

- 4º Lugar - R\$ 1.000,00: Francisco Azevedo de Moraes e João Paulo Soares Pinto, do Espírito Santo.

O XXIX Prêmio Brasil de Economia distribuiu R\$ 18 mil a trabalhos concorrendo em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação. Ao todo, foram 68 trabalhos inscritos. Os resultados foram:

- Livro de economia

Entre os momentos mais marcantes do ano, a premiação dos melhores livros de Economia merece destaque. O grande vencedor foi Ladislau Dowbor, com a obra “Resgatar a Função Social da Economia: Uma Questão de Dignidade Humana”, publicada pela Editora Elefante. Durante o evento, Dowbor ressaltou a importância de reconhecer e valorizar economistas que vão além da abordagem tradicional. “Temos uma nova geração de economistas trazendo uma visão de economia a serviço da sociedade”, afirmou ele.

Além do primeiro colocado, duas menções honrosas foram concedidas para o segundo lugar, econ. Alexandre Favaro Luchesi, com o livro “Integração Financeira e Regulação Bancária na Zona do Euro Entre 1999 e 2016”; e para o terceiro lugar, econ. Arnaldo José Shama dos Santos, autor de “Um Novo Empreender”.

Esses trabalhos refletem a diversidade e profundidade do pensamento econômico contemporâneo, contribuindo para enriquecer os debates e ampliar as perspectivas da profissão.

- Artigo técnico/científico

Essa categoria reconhece trabalhos publicados em revistas científicas ou anais de congressos que enriquecem a reflexão econômica com análises técnicas e inovadoras. O primeiro lugar foi conquistado pelos economistas Luiz Fernando de Paula e Tiago Rinaldi Meyer, com o artigo “Determinantes do Investimento no Brasil em 2007-2017 a partir de uma perspectiva pós-keynesiana: uma análise empírica”, publicado na Revista de Economia Contemporânea (IE/UFRJ). Para Luiz Fernando, o Prêmio é fundamental para valorizar ideias transformadoras. “É uma importante iniciativa para fomentar estudos inovadores, seja na economia brasileira, seja no campo teórico mais amplo”, afirmou.

Menções honrosas também foram concedidas a trabalhos de grande relevância:

Segundo lugar: Benito Adelmo Salomão Neto, com o artigo “Sustentabilidade Fiscal e as Regras Brasileiras: Avaliação do Passado e Proposições para o Futuro”.

Terceiro lugar: Thais Andreia Araujo de Souza e Ricardo Dathein, autores de “Determinantes da Produtividade Brasileira: Estudo da Indústria Manufactureira Baseado em Fatores da Oferta e Demanda”.

Esses artigos refletem a riqueza do pensamento econômico contemporâneo, abordando temas essenciais para o desenvolvimento teórico e prático da economia.

- Artigo temático

A categoria Artigo Temático contemplou, neste ano, trabalhos de até 15 páginas sobre o tema Memórias e Futuro da Economia Brasileira, instituído pelo Cofecon e desenvolvido em várias atividades realizadas neste ano, como o podcast Economistas e a campanha de valorização profissional.

O primeiro lugar, premiado com R\$ 3 mil, foi o economista Luciano Ferreira Gabriel. Ele é autor do trabalho “A Economia Brasileira no Período Recente: Uma Análise por Meio de Controle Sintético”, que analisou a reversão cíclica da economia brasileira após o ano de 2010 e a recessão de 2015 e 2016.

O segundo lugar foi conquistado pelo economista André Nassif, com o artigo “O Que Fazer para Superar a Estagnação e Retomar o Desenvolvimento Econômico”. A terceira colocada foi Adriane Aparecida Barbosa do Nascimento, mestre em economia, com o trabalho “Uma Análise do Impacto das Variáveis Macroeconômicas na Falências Totais das Empresas Brasileiras (1995-2023)”. Eles receberam menções honrosas.

- Monografia de graduação

O primeiro lugar, com prêmio de R\$ 3 mil, foi conquistado por Julia Garani Franco, graduanda da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o trabalho “Maternidade Solo, Gênero e as Interseccionalidades no Mercado de Trabalho Brasileiro”. Para Julia, o reconhecimento foi uma realização marcante: “Chegar ao final com a professora sugerindo a inscrição no prêmio já foi algo muito relevante. Ser agraciada com os prêmios regional e federal foi uma grata surpresa.”

O segundo colocado, com prêmio de R\$ 1 mil, foi Lucas Hirata Leme, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, autor da monografia “O Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico no Brasil e em Minas Gerais: Potencialidades e Desafios”.

Menções honrosas foram concedidas a trabalhos que também se destacaram:

- Terceiro lugar: Manoel Senhor Tibúrcio da Silva Neto (Universidade Federal de Sergipe), com a monografia “Relações Comerciais Internacionais e Meio Ambiente: Uma Avaliação do Efeito das Restrições das Políticas Ambientais e da Governança sobre o Fluxo de Investimentos Estrangeiros entre os Países-Membros do BRICS - OCDE”.
- Quarto lugar: Flávio Vinicius Silva Ferreira de Souza (Universidade Federal Fluminense), com o trabalho “Passado Presente Face a Indústria do Futuro: A Importância de Mudanças Estruturais para a Superação dos Desafios da Indústria 4.0 ao Desenvolvimento Brasileiro”.
- Quinto lugar: Eduardo Silveira de Almeida Fabres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), autor de “Presidencialismo de Coalizão ou de Cooptação? Uma Abordagem em Teoria dos Jogos”.

- O IX Desafio Quero Ser Economista teve um recorde de inscrições 6.588, sendo que os estados com mais inscritos foram Santa Catarina, Pernambuco e Espírito Santo. O resultado foi:

1º Lugar (R\$ 2.000,00): Yasmim de Deus Rodrigues

2º Lugar (R\$ 1.500,00): Cintia Werner Lemos

3º Lugar (R\$ 1.000,00): Maira Alessandra Fernandes dos Santos

O projeto de Educação a Distância oferece oficinas capacitação sobre assuntos específicos e certificados de participação aos participantes inscritos. Ao longo de 2024 foram desenvolvidos os seguintes assuntos:

1. Bancos Comunitários e Moedas Sociais: Uma imersão em microcrédito, moedas sociais e finanças solidárias, com exemplos de iniciativas como o Banco Palmas. A oficina trouxe reflexões sobre inclusão financeira e desenvolvimento local.
2. Inteligência Artificial para Economistas: Explorou como a IA impacta a economia e o mercado de trabalho, apresentando ferramentas práticas e estudos de caso para ampliar as habilidades tecnológicas dos economistas.
3. Economia da Oralidade: Inovação na comunicação! A oficina mostrou como a voz pode ser um ativo econômico, destacando técnicas de escuta, vocalização e performance verbal para gerar valor pessoal e profissional.

Comissão de Comunicação

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecon e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar o Jornal e Revista do Cofecon.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-Coodenador), Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson de Lima Garófolo, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Mônica Beraldo Fabrício e Róridan Penido Duarte.

Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis Almeida.

A Comissão de Comunicação, até mesmo por sua própria natureza, trabalha em parceria com as demais comissões, mas também possui seus produtos próprios.

A revista Economistas de março nos últimos anos tem sido dedicada às mulheres. A edição “Mulher Economista e Diversidade” abrange temas que vão desde investimentos até o financiamento do Sistema Único de Saúde, passando por economia feminista, participação das economistas nos órgãos públicos e outras questões de gênero.

Em junho a edição “À Mestra, com Carinho” homenageou a professora Maria da Conceição Tavares, falecida naquele mês. Uma entrevista especial com a ex-ministra Tereza Campello abordou a trajetória da economista, a evolução das políticas sociais ao longo do tempo e o caminho para retirar o Brasil do Mapa da Fome, publicado pela ONU. Os artigos publicados na edição trataram de temas como desindustrialização, estagnação e retomada do crescimento e economia política no regime militar.

Em setembro o tema de capa foi “A economia do futuro”, com os artigos tratando de dois temas principais: inteligência artificial e sustentabilidade ambiental. A primeira se destaca como uma força transformadora capaz de alterar a forma como trabalhamos, vivemos e interagimos com o mundo; a segunda tornou-se um imperativo global, exigindo que sejam repensados os modelos econômicos e os sistemas de produção.

“Desenvolvimento Regional no Século 21” foi o tema da edição de dezembro, e a entrevista especial contou com uma das vozes mais qualificadas do país para falar sobre o assunto: a economista Tania Bacelar. O debate sobre esta questão evoluiu muito ao longo das décadas e os artigos publicados refletem os debates ocorridos por ocasião do XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Santa Catarina.

O clipping e a newsletter se consolidaram entre o público do Cofecon. A cada manhã os usuários cadastrados recebem um envio com as principais notícias de economia do dia, bem como as participações do Cofecon e/ou Corecons em matérias publicadas por veículos de comunicação. Às sextas-feiras uma newsletter traz um resumo das principais participações do Cofecon na mídia, bem como das atividades desenvolvidas pela instituição.

O podcast Economistas, publicado com periodicidade semanal, já supera 140 episódios. Os assuntos variam desde as ações do Cofecon, passando por debates sobre assuntos econômicos específicos, tanto aqueles que estão na pauta de discussão econômica da semana quanto aqueles que envolvem um tema importante que o Cofecon queira apresentar à sociedade. Esse ano, alguns episódios tiveram a participação especial do Instituto de Economia da Unicamp.

O projeto Descomplicando a Economia, lançado em 2022, explica conceitos econômicos de forma simples e acessível ao público em geral, utilizando pequenas histórias em formato de tirinhas e cards explicativos com alguns dos principais conceitos. Neste ano, foi lançado o volume 2 (disponível de forma impressa e eletrônica), reunindo várias das histórias, permitindo atingir um público maior.

Comissão de Governança: Planejamento Estratégico, Transparência e LGPD

Atribuições: Fortalecer a execução do planejamento estratégico do Cofecon; avaliar os procedimentos de tratamento e proteção de dados existentes, propondo políticas e metas para o cumprimento da LGPD; formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais, bem como propor sua regulamentação; supervisionar a implementação de planos, projetos e ações; disponibilizar orientações sobre o tratamento e proteção de dados pessoais; facilitar o intercâmbio de informações sobre proteção de dados com outros órgãos; monitorar e promover a cultura de transparência no Sistema Cofecon/Corecons; analisar e sugerir soluções para a modernização tecnológica dos Corecons, com foco na melhoria da fiscalização profissional.

Membros: Maria do Socorro Erculano de Lima (Coordenadora), Paulo Dantas da Costa (Vice-Coordenador), Bruno Nogueira Lanzer, Claudemir Galvani, Claudeci Pereira Neto, Clovis Benoni Meurer, Eduardo Rodrigues da Silva, Flávia Vinhaes Santos, Heric Santos Hossoé, Júlio Flávio Gameiro

Miragaya, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Mônica Beraldo Fabrício, Pedro Afonso Gomes, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Rielisson Barbosa de Moura.

Uma das abordagens da Comissão é a disseminação da cultura de transparência no Sistema Cofecon/Corecons. Para isso, é realizada uma pesquisa trimestral nos sites de cada Corecon e do próprio Cofecon para verificar o que está sendo publicado e o que atende ou não às normas do Tribunal de Contas da União. Eventuais pendências são comunicadas formalmente aos Conselhos Regionais para providências.

A Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada em 2018, teve sua vigência total a partir de 2021. O atendimento à lei foi objeto de uma apresentação detalhada durante o XXVII SINCE, bem como de orientações do Cofecon aos Corecons em diversos momentos, seja por comunicados formais ou por reuniões virtuais. Recomendou-se a prática de treinamentos dos funcionários e dirigentes que são responsáveis por cuidar dos dados dos economistas registrados, dos colaboradores e de terceiros contratados pelo Sistema.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta criada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRT4) e cedida sem custos a outras instituições, foi implantado no Cofecon em 2023 e o passo seguinte foi iniciar seu uso nos Conselhos Regionais de Economia. Em abril, o Corecon-RS foi o pioneiro; seguiram-se a ele o Corecon-DF, o Corecon-PR, o Corecon-MT, o Corecon-TO, o Corecon-PE, o Corecon-PA/AP, o Corecon-MA, o Corecon-PI, o Corecon-AC, o Corecon-RO, o Corecon-SE, o Corecon-BA e o Corecon-SP. Vale destacar que o sistema permite o trâmite de processos administrativos em ambiente virtual, sem a necessidade de papel como suporte, trazendo economia de recursos financeiros, de espaço e de tempo para a realização das atividades.

Comissão de Normas e Legislação

Atribuições: Promover permanente revisão e atualização de normas, de procedimentos e da legislação.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Claudemir Galvani (Vice-coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Eduardo Rodrigues da Silva, Maria do Socorro Erculano de Lima, Paulo Hermance Paiva, Pedro Afonso Gomes e Róridan Penido Duarte.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Daniel Nunes de Oliveira, Fábio Ronan Miranda Alves e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior.

Os principais assuntos tramitados e deliberados dentro do âmbito da foram: alterações no leiaute das carteiras profissionais; ajustes no normativo de registro de profissionais; modificações na seção 5.1.0 da consolidação da Legislação da Profissão de Economista; a alteração do normativo que trata de auxílios financeiros prestados pelo Cofecon a prêmios e eventos institucionais do Sistema Cofecon/Corecons; e a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritas no Sistema Cofecon/Corecons.

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

Atribuições: Promover o acompanhamento da fiscalização no Sistema, visando aumentar o número de registros profissionais; realizar a análise de processos relacionados à atividade profissional e implementar medidas para capacitar e exigir uma fiscalização mais eficiente nos Conselhos Regionais de Economia; atuar nas instâncias superiores do Sistema Judiciário para reverter a tendência dos juizados das instâncias inferiores, os quais têm deixado de reconhecer o poder de fiscalização conferido aos Corecons pelas legislações vigentes, assim como os direitos dos profissionais registrados, especialmente quando se trata do exercício de suas profissões de forma exclusiva; reverter a postura dos executivos municipais, estaduais e federais que não reconhecem as profissões regulamentadas, em detrimento de profissões generalistas.

Membros: Paulo Hermance Paiva (Coordenador), Kerssia Preda Kamenach (Vice-Coordenadora), Maria de Fátima Miranda, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Mônica Beraldo Fabrício

Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira, Fábio Ronan Miranda Alves, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior e Maria Aparecida Carneiro.

A Comissão de Fiscalização realizou um trabalho para dar mais agilidade à tramitação dos processos, de modo que eles possam ser analisados pelo plenário do Cofecon e devolvidos aos Conselhos Regionais de Economia num prazo de até 30 dias. Ao longo de 2024 foram julgados 113 processos referentes aos temas tratados na Comissão.

O Programa de Fiscalização Integrada foi uma ação prioritária do Cofecon em 2024 e consistiu em uma cooperação técnica com o Corecon-DF para fortalecer esta atividade em outros Conselhos Regionais de Economia. A partir da parceria realizada buscou-se uma estratégia para garantir a excelência e a eficiência na fiscalização do exercício profissional, disseminando boas práticas em outros Conselhos Regionais de Economia e fortalecendo o setor. O suporte contínuo da equipe do Corecon-DF permitiu ampliar a abrangência das ações, gerando quase 70 processos de fiscalização em três estados: Goiás, Mato Grosso e Sergipe.

Comissão de Desenvolvimento Regional

Atribuições: Fomentar debates regionais, incluindo nos Encontros Regionais, SINCEs e CBEs. Implementar um programa para criar Comissões Regionais, compostas principalmente por Economistas, mas também por profissionais de áreas afins como Sociologia, Demografia, Geografia, História, além de formuladores de políticas locais e regionais. Estas Comissões serão responsáveis por desenvolver projetos de desenvolvimento que considerem as realidades territoriais específicas. A missão central das Comissões será promover debates sobre temas econômicos e outros relevantes para a integração dos estados dentro de cada região e entre diferentes regiões. Negociar em conjunto com os Conselhos Regionais de Economia a instalação de assessorias econômicas em todas as esferas públicas, empresariais e representativas dos trabalhadores. Assegurar a representação do Cofecon e dos Corecons nos Conselhos de Desenvolvimento Econômico municipais, estaduais e federais. Garantir a participação do Economista na elaboração e acompanhamento da execução dos Orçamentos Públicos em todas as esferas do poder público. Apoiar e fortalecer as iniciativas dos Conselhos Regionais de Economia para democratizar os orçamentos públicos, como os Fóruns Populares do Orçamento.

Membros: Tania Cristina Teixeira (Coordenadora), Heric Santos Hossoé (Vice-Coordenador), Acilino Alberto Madeira Neto, Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Ario Amaro de Andrade, Beatriz Barros, Claudemir Galvani, Frednan Bezerra dos Santos, Kerssia Preda Kamenach, Lauro Chaves Neto, Luso Albateno Alves Guimarães, Márcio Paixão Ribeiro, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Noel Leite da Silva, Ricardo Valério Costa Menezes, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Valquíria Aparecida Assis e Wallace Pereira.

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Maria Aparecida Carneiro e Manoel José Castanho.

Em 2024 a cidade de João Pessoa recebeu o XXXII Encontro de Entidades de Economistas da Região Nordeste (ENE). O evento, ocorrido nos dias 24 e 25 de maio, teve a participação de diversos especialistas e contou com a presença da conselheira coordenadora da comissão, Tania Cristina Teixeira.

Já no mês de agosto, entre os dias 7 e 9, o 28º Encontro de Economistas da Região Sul foi realizado de forma totalmente virtual. O tema central do evento foi o impacto econômico das enchentes no Rio Grande do Sul e os desafios da reconstrução. A palestra magna foi do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo.

O vice-coordenador da Comissão, Heric Santos Hossoé, falou na abertura do XIV Encontro de Economistas do Centro-Oeste (Eneoeste). Na ocasião, destacou que a Comissão de Desenvolvimento Regional busca fortalecer estes encontros com a finalidade de desenvolver ações que contribuam com o futuro do país.

Comissão de Reforma Tributária

Atribuições: Acompanhar o debate sobre a Reforma Tributária, buscando influenciar as discussões para a construção de um modelo que seja socialmente justo e economicamente eficiente.

Membros: - Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Flávia Santos Vinhaes (Vice-Coordenadora), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto e Odilon Guedes Pinto Júnior.

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva e Manoel José Castanho.

O Cofecon realizou dois importantes debates sobre reforma tributária em 2024. O primeiro deles ocorreu no dia 14 de junho e contou com a presença do deputado federal Reginaldo Lopes. Ele destacou a urgência de tornar o sistema tributário brasileiro mais transparente, moderno e justo e ressaltou que o excesso de normas e a complexidade não apenas inviabilizam a competitividade do País, mas contribuem para altos níveis de judicialização.

Já no dia 15 de agosto foi realizado o seminário “Reforma Tributária Progressiva e Redução das Desigualdades no Brasil”. O debate foi mediado pelo presidente do Cofecon e teve como palestrantes a economista italiana Clara Mattei, o economista Evilásio Salvador e o presidente do Sindifisco, Isac Falcão.

Comissão de Mercado de Trabalho do Economista e Valorização Profissional

Atribuições: Desenvolver programas e iniciativas para promover a inserção e valorização profissional dos economistas, incluindo ações de capacitação, orientação profissional e networking; promover eventos, palestras, oficinas e workshops relacionados ao mercado de trabalho, visando atualizar os economistas sobre as demandas do mercado e disponibilizar ferramentas para o aprimoramento profissional; propor políticas e medidas que contribuam para a valorização da profissão de economista, incluindo a defesa de melhores condições de trabalho, remuneração adequada e reconhecimento da importância do papel do economista na sociedade; representar os interesses dos economistas em fóruns, conselhos e outras instâncias de discussão sobre mercado de trabalho e políticas públicas relacionadas à profissão.

Membros: Kerssia Preda Kamenach (Coordenadora) e Clovis Benoni Meurer (Vice-Coordenador). Perícia Econômico-Financeira, Mediação, Arbitragem: Vilma Guimarães (Corecon-DF), Cândido Gabriel (Corecon-RN), Josélia de Souza Brito (Cofecon e Corecon-SE), Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior (Corecon-CE), Suzana Squeff Peixoto Silveira (Corecon-DF), Pedro Afonso Gomes (Corecon-SP) e Severino Ferreiro (Corecon-PE). Setor Público: José Luiz Pagnussat (Corecon-DF), Alexandre Bouças Marques (Corecon-GO), Gabriel Vaz de Oliveira (Corecon-MG), Odilon Guedes Pinto Junior (Corecon-SP) e Raphael Dantas Domingues da Silva (Corecon-GO). Empreendedorismo / Setor Consultoria: Denise Kassama Franco do Amaral (Corecon-AM), Felipe Paschoal de Moura (Corecon MG), José Alberto Miranda Cravo Roxo (Corecon-SP), João Carlos Gouveia (Corecon-GO) e Ronne Gomes de Almeida (Corecon-GO). Mercado de Capitais: André Lima de Moraes (Corecon-PE), César Augusto Moreira Bergo (Corecon-DF), José Imperatori (Corecon-DF), Ricardo Tadeu Martins (Corecon-SP) e Luiz Barsi Filho (Corecon-SP).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Maria Aparecida Carneiro, Manoel José Castanho, Renata Reis Almeida e Raquel Passos da Silva Araújo.

Nos dias 29 a 31 de outubro o Cofecon realizou o webinar “Mercado de Trabalho da Perícia nas Regiões Brasileiras: a importância dos Núcleos de Perícia nos Estados”. O evento teve como objetivos divulgar o mercado de perícia para economistas, demonstrar a importância dos Núcleos de Perícia nos Corecons e conhecer economistas que atuam nesta atividade dentro de cada uma das regiões brasileiras.

Comissão Mulher Economista e Diversidade

Atribuições: Desenvolver, em colaboração com os Corecons, iniciativas para promover uma representação equilibrada de economistas em cargos de liderança nas atividades profissionais e na gestão do Sistema Cofecon/Corecons; monitorar a execução dos Prêmios Mulher Economista e Mulher Transformadora; sensibilizar a comunidade econômica e acadêmica sobre a importância da diversidade na construção de uma prática econômica robusta; facilitar o acesso e a permanência de grupos historicamente marginalizados na profissão de economista, incluindo pessoas de diferentes raças, gêneros, orientações sexuais, origens, deficiências e outras diversidades; promover um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, reduzindo o preconceito e reconhecendo as desigualdades sistêmicas; estimular a equidade e a imparcialidade em processos e oportunidades, eliminando barreiras que impedem a plena participação de grupos minoritários; posicionar o Sistema Cofecon/Corecons como agente de transformação para a diversidade, equidade e inclusão na sociedade, por meio da disseminação de boas práticas econômicas, ensino de qualidade e pesquisa aplicada em temas econômicos relacionados à diversidade; promover valores que impulsionem o desenvolvimento de talentos diversos, otimizando a alocação de recursos, tecnologias, direitos e capital humano.

Membros: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Coordenadora), Tania Cristina Teixeira (Vice-Coodenadora), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Clician do Couto Oliveira, Denise Kassama Franco do Amaral, Desirée Custódio Mota, Flávia Vinhaes Santos, Isabel de Cassia Santos Ribeiro, Josélia de Souza Brito, Kellen Carvalho de Sousa Brito, Kerssia Preda Kamenach, Luciana Acioly da Silva, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria Cristina de Araújo, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício, Shirley Aparecida Marques Basílio e Valquíria Aparecida Assis.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Renata Reis Almeida e Raquel Passos da Silva Araújo.

Nos últimos anos tornou-se uma tradição no Cofecon dedicar a revista Economistas de março às mulheres. A edição teve como tema “Mulher Economista e Diversidade” e contou com uma entrevista especial, na qual a economista Juliane Furno, assessora do presidente do BNDES, fala sobre o momento atual da economia brasileira, as travas ao crescimento econômico, o programa Nova Indústria Brasil, a responsabilidade fiscal e as políticas de combate à desigualdade.

No dia 14 de março as economistas Shirley Basílio e Lucilene Morandi participaram do debate que teve como tema “Reflexos das desigualdades de gênero, raça e social no mercado de trabalho”. O evento foi parte das atividades comemorativas do Dia Internacional da Mulher.

No dia 21 de agosto aconteceu a roda de conversa “Mulheres Economistas, Pesquisadoras, Inovações e Financiamento”. O evento foi uma prévia do seminário sobre o mesmo tema realizado no mês seguinte, e tratou de questões como visibilidade e reconhecimento do trabalho, fomento à discussão sobre questões de gênero e economia, estímulo ao networking entre profissionais e estudantes e incentivo à produção e apresentação de pesquisas acadêmicas por mulheres na área econômica.

Nos dias 12 e 13 de setembro foi realizado em Belo Horizonte o 2º Seminário Mulher Economista e Diversidade. A noite de abertura contou com uma palestra da economista Helena Lastres realizada no auditório do Corecon-MG, enquanto a programação do dia seguinte teve lugar na Universidade Federal de Minas Gerais.

E durante o XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, em Balneário Camboriú, foi realizado o Fórum da Mulher Economista, um espaço de debates que vem ganhando cada vez mais destaque dentro do Sistema Cofecon/Corecons.

Comissão Ações Para a Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil

Atribuições: Analisar as principais causas da desigualdade social no Brasil com o objetivo de desenvolver políticas públicas que atenuem esse cenário no país. A comissão irá examinar os efeitos da concentração de renda e riqueza no território nacional.

Membros: João Manoel Barbosa (Coordenador), Flávia Vinhaes Santos (Vice Coordenadora), Claudemir Galvani, Denise Kassama Franco do Amaral, Fabíola Andréa Leite de Paula, Heric Santos Hossoé, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Maria do Socorro Erculano de Lima, Paulo Hermance Paiva, Rosa Maria Marques e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces no Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira, Jane Lopes da Silva, Manoel José Castanho, Renata Reis Almeida e Raquel Passos da Silva Araújo.

A comissão coordena o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, movimento que conta com a adesão de cerca de 30 entidades locais e nacionais, e é responsável pela Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. O Fórum realizou três reuniões ao longo do ano de 2024, realizadas nos dias 23/4, 23/7 e 22/10.

Comissão de Negociação Funcional

Atribuições: Sugerir ao Plenário do Cofecon a definição de políticas relacionadas a questões trabalhistas, benefícios e reajustes a serem adotados pela instituição; avaliar possíveis demandas e sugestões apresentadas pelos colaboradores do Cofecon sobre temas como questões trabalhistas, benefícios e reajustes; examinar a viabilidade financeira e jurídica das propostas em análise.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), João Manoel Gonçalves Barbosa (Vice-Cordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e Eduardo Rodrigues da Silva.

Interfaces no Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves.

A tabela de salários e gratificações do Cofecon foi reajustada com base na Deliberação nº 5.071, de 17 de junho de 2024.

Comissão Eleitoral

Atribuições: Coordenar o processo eleitoral dentro do Sistema Cofecon/Corecons, com o objetivo de prestar apoio ao Plenário do Cofecon nessa área específica.

Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Presidente), Heric Santos Hossoé e Claudemir Galvani.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves e Rielisson Barbosa de Moura.

A Comissão foi responsável por organizar o processo eleitoral do Sistema Cofecon/Corecons. Nos dias 29 a 31 de outubro os economistas de todo o Brasil puderam eleger seus representantes junto aos Conselhos Regionais de Economia. A votação se deu por meio do site <http://www.votaeconomista.org.br> e todo o processo foi acompanhado por uma auditoria externa, realizada pela empresa Eleja. Ao todo, foram 6.46 economistas votantes e as eleições ocorreram sem qualquer intercorrência.

A Assembleia de Delegados-Eleitores também foi realizada por meio de um sistema eletrônico. O assunto é particularmente complexo porque, embora haja apenas um delegado-eleitor de cada Conselho Regional participando, cada um deles tem uma quantidade diferente de votos.

Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária

Atribuições: Analisar a viabilidade da implementação de programas voltados para responsabilidade social e economia solidária no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, visando a promover impactos positivos na sociedade.

Membros: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Coordenadora), Tania Cristina Teixeira (Vice-coordenadora), Anderson Carlos Nogueira Oriente, Antonio Fernando Gomes Alves, Carlos Alberto Cordeiro da Silva, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Cidoval Moraes de Sousa, Denise Kassama Franco do Amaral, Manuela Salau Brasil, Marcela Vieira Gonçalves (Cáritas), Marcelo Gomes Justo

(Instituto Paul Singer), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Mônica Beraldo Fabrício e Renato Dagnino.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva e Renata Reis Almeida.

No mês de julho o Cofecon e o Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais realizaram o curso de extensão Bancos Comunitários e Moedas Sociais. As três primeiras aulas foram gravadas, enquanto a última foi realizada ao vivo. Os temas das aulas foram características dos bancos comunitários, implantação, consolidação e sustentabilidade das instituições, moedas e microcrédito, com a apresentação de casos práticos.

A Comissão também é responsável pela indicação de quatro nomes de mulheres para concorrerem ao prêmio Mulher Transformadora, que depois são submetidos a votação de acordo com o regulamento da premiação.

Em 2024 também foi realizada a terceira edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, criado para incentivar atividades de economia solidária realizadas na forma de projetos de extensão, preferencialmente em incubadoras universitárias. A atividade tem a parceria do Instituto Paul Singer. Os vencedores foram:

- Categoria Implantação de projetos (R\$ 3.000,00): Márcio Carneiro dos Reis, com o programa de extensão “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no território Vertentes em Minas Gerais” (Universidade Federal de São João del-Rei).
- Categoria Assessoramento de projetos (R\$ 6.000,00): Karen Munhoz de Oliveira, pelo trabalho com o grupo Pop Limp, em Belo Horizonte, com apoio da Universidade Federal de Alfenas e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Categoria artigo científico (R\$ 1.000,00): Taila Angélica Aparecida da Silva, com o artigo “Práticas de Economia Solidária na Cadeia Pública Feminina de Londrina: Uma possibilidade de (re)começo”.

Como marco do Dia Nacional da Economia Solidária, foi realizado no dia 12 de dezembro um debate virtual. O evento teve a participação de Ana Costa, superintendente do BNDES na área de Desenvolvimento Social e Gestão Pública; Ladislau Dowbor, professor titular da PUC-SP e especialista em economia social e desenvolvimento regional; e João Joaquim de Melo Neto Segundo educador popular, líder comunitário e criador do Banco Palmas e da Moeda Palmas, onde atua como gerente de projetos.

Comissão do XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

Atribuições: Organizar e promover o XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since) juntamente com o Corecon escolhido para sediá-lo.

Membros: Comissão Organizadora: Paulo Dantas da Costa (Cofecon), Flávia Vinhaes Santos (Cofecon), André Luiz Koerich (Corecon-SC), Eliane Maria Martins (Corecon-SC).

Integrantes Cofecon: Paulo Roberto Polli Lobo, Maria de Fátima Miranda, Mônica Beraldo Fabrício.

Integrantes Corecon-SC: Silvio José Martins Filho, Adriano De Amarante, Janine da Silva Alves.

Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Renata Reis Almeida, Manoel José Castanho.

Interfaces Corecon: Rodrigo Nivaldo Martins.

O XXV Congresso Brasileiro de Economia foi um sucesso em diferentes frentes: cerca de 200 economistas participaram dos três dias de debates; os três grupos de trabalho apresentaram importantes deliberações, levadas ao plenário dos economistas; eventos paralelos, como o Fórum da Mulher Economista e a Gincana Nacional de Economia, também contaram com ampla participação. A palestra magna foi ministrada pelo economista Gesner Oliveira.

Também foram destaques a entrega do Prêmio Brasil de Economia nas categorias Livro de Economia, Artigo Técnico, Artigo Temático e Monografia; e a premiação da Gincana Nacional de Economia e do Desafio Quero Ser Economista - que teve duas estudantes catarinenses no pódio.

Na plenária final, os três Grupos de Trabalho apresentaram suas conclusões. O GT 1 tratou da modernização da formação profissional e da inclusão da educação financeira no ensino médio. O GT 2 aprovou propostas sobre governança, igualdade de gênero e transparência nos Conselhos. Já o GT 3 discutiu temas como emergência climática, economia familiar e previdência, além de elaborar a Carta de Santa Catarina, aprovada pelos delegados como documento final do evento.

Grupo de Trabalho Estatísticas Econômicas

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), Heric Santos Hossoé (Vice-Coodenador), Clician do Couto Oliveira e José Antonio Lutterbach Soares.

Interface no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Maria Aparecida Carneiro, Manoel José Castanho e Rielisson Barbosa de Moura.

A página do Núcleo de Estudos de Economia e Estatística do Cofecon (NEs) está disponível em <http://nes.cofecon.org/>.

Grupo de Trabalho Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecons

Atribuições: Conduzir estudos e emitir parecer sobre a viabilidade de promover um concurso público nacional para o Sistema Cofecon/Corecons, ou considerar a delegação dessa responsabilidade aos Corecons.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Flávia Vinhaes Santos (Vice-Coodenadora).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Grupo de Trabalho Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal dos Conselhos Federal e Regionais de Economia

Atribuições: Acompanhar a implementação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal adotado pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Economia, conforme o Pregão Eletrônico nº 9/2019; supervisionar o andamento conforme o cronograma estabelecido, garantindo a execução eficiente dos planos e ações planejados; colaborar com os Conselhos Regionais de Economia para facilitar o processo de migração e implementação do novo sistema; esclarecer dúvidas e resolver quaisquer casos omissos relacionados às regras de negócio inerentes ao sistema.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-Coodenador), Maria do Socorro Erculano de Lima.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Rielisson Barbosa de Moura.

As migrações do sistema cadastral da empresa BR Conselhos foram finalizadas. Alguns Corecons têm apontado dificuldades, no que vêm sendo atendidos.

Grupo de Trabalho Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos

Atribuições: Identificar e prospectar potenciais parceiros e patrocinadores para eventos e iniciativas promovidos pelo Sistema Cofecon/Corecons; desenvolver planos de captação de recursos alinhados aos objetivos institucionais; propor políticas e diretrizes para formalização de parcerias estratégicas; assessorar a Presidência e a Diretoria do Cofecon na negociação de contratos de patrocínio; promover a articulação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais,

visando ao fortalecimento institucional; elaborar relatórios periódicos sobre as atividades realizadas e os resultados alcançados; propor ações inovadoras de captação de recursos, considerando as melhores práticas de mercado.

Coordenadores: Júlio Miragaya (Coordenador), Antônio dos Santos Magalhães, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Paulo Roberto Polli Lobo.

Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Jane Lopes da Silva.

Conselho Editorial da Revista Economistas

Atribuições: Revisar e aprovar a pauta, bem como avaliar o conteúdo da revista, decidindo sobre sua publicação.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), Paulo Dantas da Costa (Vice-Coodenador), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Eduardo Rodrigues da Silva, Eduardo Reis Araújo, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Gelton Pinto Coelho Filho, Gilson de Lima Garófalo, Heric Santos Hossoé, João Hallak Neto, José Luiz Pagnussat, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Juliane da Costa Furno, Lauro Chaves Neto, Luiz Carlos Delorme Prado, Mônica Beraldo Fabrício, Maria Cristina de Araújo, Paulo Sérgio Fracalanza, Pedro Garrido da Costa Lima, Roberto Bocaccio Piscitelli, Sidney Pascoutto da Rocha e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis Almeida.

O Conselho Editorial da revista Economistas é responsável por analisar os artigos recebidos, recomendando ou não a publicação. Em 2024 foram aprovados oito artigos para a edição de março; nove para a edição de junho; doze artigos na edição de setembro; onze na de dezembro; e sete para o caderno especial de economia solidária. Ao todo, foram 47 artigos aprovados pelo Conselho Editorial.

SESSÕES PLENÁRIAS

Em atendimento às suas atribuições de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, o Cofecon realizou nove Sessões Plenárias no exercício de 2024, sendo oito ordinárias e uma extraordinária.

Destacam-se as seguintes resoluções e deliberações:

730ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Sistema Cofecon/Corecons

Realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro, em formato híbrido

- Deliberação nº 5.059, de 2 de fevereiro de 2024 - Indefere o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de tecnólogo em gestão financeira da Universidade Cesumar (UNICESUMAR).
- Deliberação nº 5.060, de 5 de março de 2024- Modifica e homologa alterações no Regimento Interno do Corecon-AM.

731ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 15 e 16 de março, em formato híbrido

- Resolução nº 2.148, de 16 de fevereiro de 2024 - Institui 2024 como ano temático “Memórias e Futuro da Economia” no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.
- Resolução nº 2.149, de 20 de fevereiro de 2024 - Institui os modelos das carteiras de identidade profissional, da credencial de estudante e da carteira de peritos emitidas no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e dá outras providências.
- Resolução nº 2.150, de 20 de fevereiro de 2024 - Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2024.

- Resolução nº 2.151, de 8 de março de 2024 - Altera e inclui dispositivos no Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, e dá outras providências.
- Resolução nº 2.153, de 10 de abril de 2024 - Aprova o Regulamento do 9º Desafio Quero Ser Economista - 2024.
- Deliberação nº 5.061, de 18 de março de 2024 - Altera dispositivos da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que institui o normativo de pessoal para cargos e funções gratificadas de livre provimento do Conselho Federal de Economia, e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.062, de 18 de março de 2024 - Define os valores da bolsa-auxílio e estabelece benefícios adicionais para os estagiários do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.064, de 19 de março de 2024 - Homologa os processos contábeis apreciados na 731ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.065, de 19 de março de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 731ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.066, de 19 de março de 2024 - Prorroga, excepcionalmente, o prazo para a Prestação de Contas de 2023 do Conselho Regional de Economia da 2ª Região (Corecon-SP).
- Deliberação nº 5.067, de 28 de março de 2024 - Defere solicitação do Conselho Regional de Economia da 4ª Região-RS para, excepcionalmente, prorrogar a data de vencimento da cota única referente à anuidade do exercício de 2024 das pessoas jurídicas registradas no Corecon.

732ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 12 e 13 de abril, em formato virtual.

- Resolução nº 2.154, de 12 de abril de 2024 - Suspende a vigência do IX Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons, e dá outras providências.
- Resolução nº 2.155, de 17 de março de 2024 - Difere o início da vigência da Resolução nº 2.154, de 12 de abril de 2024, que suspende a vigência do IX Programa Nacional de Recuperação de Créditos (IX Recred) no Sistema Cofecon/Corecon.
- Resolução nº 2.156, de 18 de abril de 2024 - Dispõe sobre o Regulamento do XXX Prêmio Brasil de Economia.
- Resolução nº 2.157, de 30 de abril de 2024 - Aprova o Regulamento da XIII Gincana Nacional de Economia 2024.
- Resolução nº 2.158, de 14 de maio de 2024 - Suspende os prazos do 9º Desafio Quero Ser Economista 2024.
- Resolução nº 2.159, de 29 de maio de 2024 - Altera calendário da XIII Gincana Nacional de Economia 2024.
- Deliberação nº 5.068, de 12 de abril de 2024 - Homologa os processos contábeis apreciados na 732ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.069, de 19 de abril de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 732ª Sessão Plenária Ordinária Virtual do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.070, de 14 de maio de 2024 - Prorroga, excepcionalmente, o prazo para a entrega do Balancete do 1º Trimestre de 2024 do Conselho Regional de Economia da 4ª Região (Corecon-RS).

733ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada no dia 14 e 15 de junho, em formato híbrido

- Resolução nº 2.160, de 18 de junho de 2024 - Alterar as datas para realização do 9º Desafio Quero Ser Economista - 2024.
- Resolução nº 2.161, de 19 de junho de 2024 - Institui procedimentos e aprova o calendário referente ao processo eleitoral de 2024, e dá outras providências.

- Resolução nº 2.162, de 20 de junho de 2024 - Altera dispositivos do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, e dá outras providências.
- Resolução nº 2.163, de 20 de junho de 2024 - Fixa os valores dos auxílios financeiros prestados pelo Conselho Federal de Economia aos prêmios e eventos institucionais do Sistema Cofecon/Corecon e de terceiros.
- Resolução nº 2.164, de 20 de junho de 2024 - Suspende, por prazo indeterminado, a remissão de débitos no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon.
- Resolução nº 2.165, de 24 de junho de 2024 - Dispõe sobre o 3º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2024.
- Resolução nº 2.166, de 24 de junho de 2024 - Altera dispositivos de normativos que tratam de auxílios financeiros prestados pelo Conselho Federal de Economia aos prêmios e eventos institucionais do Sistema Cofecon/Corecon e de terceiros.
- Deliberação nº 5.071, de 17 de junho de 2024 - Dispõe sobre questões trabalhistas e reajuste das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos cargos e funções de livre provimento do Cofecon.
- Deliberação nº 5.072, de 20 de junho de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 733ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.074, de 21 de junho de 2024 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia do Mestrado Profissional em Economia - Área de Concentração: Macroeconomia Financeira - FGV/SP.
- Deliberação nº 5.075, de 21 de junho de 2024 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Mestrado profissional em Economia no Setor Público - IDP.
- Deliberação nº 5.076, de 21 de junho de 2024 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Mestrado Profissional em Economia - Área de Concentração: “teoria econômica” - UFPE.
- Deliberação nº 5.077, de 25 de junho de 2024 - Homologa os processos contábeis apreciados na 733ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.078, de 2 de julho de 2024 - Homologa o Processo SEI nº 141100.000198/2024-19, que se trata do Auxílio Financeiro para o II Seminário Mulher Economista 2024, apreciado na 733ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

734ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 16 e 17 de agosto, em formato híbrido

- Resolução nº 2.167, de 23 de agosto de 2024 - Reabre os prazos de inscrição para o XXX Prêmio Brasil de Economia - PBE 2024.
- Resolução nº 2.168, de 27 de agosto de 2024 - Altera dispositivos na Resolução nº 2.119, de 19 de setembro de 2022, que dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritas no Sistema Cofecon/Corecon.
- Resolução nº 2.169, de 05 de setembro de 2024 - Decreta a intervenção no Conselho Regional de Economia da 27ª Região - Corecon-RR e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.079, de 27 de agosto de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 734ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.080, de 27 de agosto de 2024 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia e regulamenta seus respectivos campos de atuação profissional, e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.081, de 27 de agosto de 2024 - Homologa os processos contábeis apreciados na 734ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.082, de 2 de setembro de 2024 - Aprova a aplicação da intervenção no Conselho Regional de Economia da 27ª Região - Corecon-RR.

735ª Sessão Plenária Extraordinária do Cofecon

Realizada nos dias 30 de setembro, em formato virtual

- Resolução nº 2.170, de 1º de outubro de 2024 - Estabelece os valores exatos das anuidades, das multas e dos preços de serviços a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2025, e dá outras providências.
- Resolução nº 2.171, de 4 de outubro de 2024 - Prorroga o prazo para o 3º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2024, previsto na Resolução nº 2.165/2024.
- Deliberação nº 5.083, de 4 de outubro de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 735ª Sessão Plenária Extraordinária Virtual do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.084, de 8 de outubro de 2024 - Homologa os resultados do XXX Prêmio Brasil de Economia 2024.
- Deliberação nº 5.085, de 10 de outubro de 2024 - Homologa o resultado do 9º Desafio Quero Ser Economista 2024.

736ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon

Realizada no dia 19 de outubro, em formato híbrido

- Resolução nº 2.172, de 24 de outubro de 2024 - Altera dispositivos na Resolução nº 1.880, de 26 de outubro de 2012, que aprova o Normativo de Procedimentos para Registro de Pessoas Jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Economia, e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.086, de 23 de outubro de 2024 - Extingui os cargos e as ocupações efetivas de Técnico em Contabilidade e de Contador, previstos na Deliberação nº 4.769, de 15 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salário - PCS do Conselho Federal de Economia - Cofecon, e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.087, de 23 de outubro de 2024 - Homologa o resultado da XIII Gincana Nacional de Economia 2024.
- Deliberação nº 5.088, de 23 de outubro de 2024 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia e regulamenta seus respectivos campos de atuação profissional, e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.089, de 23 de outubro de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 736ª Sessão Plenária Ampliada Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.090, de 23 de outubro de 2024 - Homologa os processos contábeis apreciados na 736ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

737ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada no dia 29 e 30 de novembro, em formato híbrido

- Resolução nº 2.173, de 3 de dezembro de 2024 - Determina a fusão do Conselho Regional de Economia da 27ª Região - Corecon-RR ao Conselho Regional de Economia da 13ª Região - Corecon-AM e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.091, de 2 de dezembro de 2024 - Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao pleito de 2024.
- Deliberação nº 5.093, de 10 de dezembro de 2024 - Homologa os processos contábeis apreciados na 737ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.094, de 10 de dezembro de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 737ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.095, de 10 de dezembro de 2024 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em

Economia e regulamenta seus respectivos campos de atuação profissional, e dá outras providências.

- Deliberação nº 5.096, de 10 de dezembro de 2024 - Homologa os resultados das Premiações de 2024.

738ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 13 e 14 de dezembro, em formato híbrido

- Resolução nº 2.174, de 19 de dezembro de 2024 - Inclui dispositivo no Normativo de Procedimentos para Registro de Pessoas Jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.880, de 26 de outubro de 2012.
- Resolução nº 2.175, de 23 de dezembro de 2024 - Decreta a intervenção no Conselho Regional de Economia da 23ª Região - Corecon-AC e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.097, de 16 de dezembro de 2024 - Homologa o resultado do 3º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas-2024.
- Deliberação nº 5.098, de 17 de dezembro de 2024 - Homologa os processos contábeis apreciados na 738ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.099, de 17 de dezembro de 2024 - Homologa os processos administrativos apreciados na 738ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional

O Cofecon não executa despesas diretamente relacionadas à fiscalização do exercício profissional, considerando que esta atribuição é delegada pela Lei nº 1.411/1951 aos Conselhos Regionais de Economia. Compete ao Cofecon organizar, coordenar e orientar os Corecons no processo de fiscalização de aproximadamente 230 mil bacharéis em economia brasileiros. As despesas relacionadas com estas atividades relacionam-se com os diversos tópicos do programa de trabalho do Cofecon e estão demonstradas em itens específicos deste relatório.

2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas

AUXÍLIOS E DOAÇÕES AOS CONSELHOS

Foram concedidos auxílios financeiros aos Corecons e terceiros no valor total de R\$ **289.954,50** (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme a seguir relacionado.

Quadro 4: Auxílios e doações aos Conselhos Regionais de Economia e Entidades

Interessado	Assunto	Sessão Plenária	Valor Concedido
Corecon-DF	Quarto Workshop Internacional	731	R\$ 6.500,00
Corecon-PB	XXXII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE 2024)	731	R\$ 6.500,00
Corecon-PB	XIII Prêmio Paraíba de Economia Professor Celso Furtado	732	R\$ 3.000,00
Corecon-MG	IV Seminário dos estudantes de Economia de Minas Gerais	732	R\$ 3.000,00
Corecon-SC	XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE)	732	R\$ 65.000,00
Corecon-PE	XVIII Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa	733	R\$ 3.000,00
ANGE	XXXIX Congresso da ANGE - 2024	733	R\$ 16.000,00

Interessado	Assunto	Sessão Plenária	Valor Concedido
Eneco	XLVII Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (Eneco)	733	R\$ 7.660,10
Corecon-SE	XXIII Prêmio Sergipe de Economia “Prof. José Aloísio de Campos”	733	R\$ 3.000,00
Corecon-DF	XXVIII Prêmio de Monografia 2024	733	R\$ 3.000,00
Corecon-SE	Reforma de sede	733	R\$ 6.333,83
Corecon-MG	II Seminário Mulher Economista	733	R\$ 12.000,00
Corecon-MA	Prêmio Maranhão de Economia 2024	734	R\$ 3.000,00
Corecon-AL	XII Prêmio de Estímulo ao Estudante de Economia 2024	734	R\$ 4.000,00
Corecon-ES	XXIX Prêmio Espírito Santo de Economia	734	R\$ 5.096,00
Corecon-PA/AP	Prêmio de Monografia “Prof. Armando Corrêa Pinto” 2024	734	R\$ 3.000,00
Corecon-GO	XVII Prêmio de Monografia Corecon-GO 2024	734	R\$ 3.000,00
Corecon-AM	Auxílio Financeiro: XVII Prêmio Amazonas de Monografia e TCC 2024	734	R\$ 2.000,00
Corecon-DF	XIV Encontro de Economistas do Centro-Oeste - Eneoste	734	R\$ 7.660,10
Corecon-DF	12º Fórum de Economia da UnB	734	R\$ 6.128,08
Ass. Keynesiana	XVII Encontro AKB	734	R\$ 6.128,08
Corecon-RS	28º Encontro de Economistas da Região Sul - Enesul	724	R\$ 5.000,00
Corecon-MG	XX Semana de Economia Unimontes	724	R\$ 6.128,08
Corecon-SC	XVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - SINCE 2024	735	R\$ 65.221,70
Corecon-SC	XIII Gincana Nacional de Economia 2024	735	R\$ 34.470,45
ABPHE	XII Encontro de Pós-graduação em Histórica Econômica	736	R\$ 6.128,08
Total			R\$ 289.954,50

Quadro 5: Despesas com as principais atividades finalísticas

Atividade	Despesas para execução das atividades
Sessões Plenárias	R\$ 703.695,93
Solenidade de Posse	R\$ 211.558,14
Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 78.724,95
Pagamento de premiação: 9º Desafio Quero Ser Economista-2024, XIII Gincana Nacional de Economia; XXX Prêmio Brasil de Economia, 3º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2024	R\$ 24.500,00
Publicações DOU (9º Desafio Quero Ser Economista- 2024, XIII Gincana Nacional de Economia; XXX Prêmio Brasil de Economia, Prêmio Mulher Economista, Prêmio Mulher Transformadora, Prêmio Mulher Economista, 3º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2024)	R\$ 14.711,80
Encontro Regionais (passagens aéreas e diárias)	R\$ 46.246,14
Seminários de Economia (passagens aéreas e diárias)	R\$ 39.971,87
Despesas com a XII Gincana Nacional de Economia	R\$ 34.470,45
Eleições no Sistema Cofecon/Corecons e Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 114.640,40
Auditoria Processo eleitoral Sistema Cofecon/Corecons, eleição de presidente e vice do Cofecon	R\$ 18.215,00

Atividade	Despesas para execução das atividades
Assinatura plataforma <i>zoom</i> para reuniões virtuais	R\$ 2.880,00
Impulsionamento e anúncios em redes sociais	R\$ 5.000,00
Banco de Imagens	R\$ 1.852,00
Publicações e Impressos	R\$ 46.373,35
Honorarias - Comissão de Educação	R\$ 22.524,35
Revista Economistas (plataforma <i>Isend</i> e impressões)	R\$ 40.000,00
Outras despesas relacionadas à comunicação	R\$ 15.949,20

2.7. Despesas com indenizações a conselheiros

Em 2024 foram emitidas 609 (seiscentos e nove) passagens aéreas, totalizando R\$ 691.896,85 (seiscentos e noventa e um mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), foram pagas 736 (setecentos e trinta e seis) diárias, totalizando R\$ 764.734,50 (setecentos e sessenta e quatro mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos

Tendo em vista as características institucionais do Cofecon, a experiência tem demonstrado que o melhor método a ser utilizado para o acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos consiste na divisão de tarefas entre as Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho que integram a estrutura organizacional da Autarquia.

Dessa forma, o planejamento, execução e acompanhamento das atividades é feito de forma participativa envolvendo todos os conselheiros federais, membros de comissões, grupos de trabalhos e funcionários do Cofecon.

Em todas as Sessões Plenárias são apresentados os informes do andamento dos projetos estratégicos pelos respectivos coordenadores. Ao término do exercício é realizado um balanço das ações com vistas a subsidiar a elaboração do programa de trabalho da próxima gestão.

CAPÍTULO 3

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

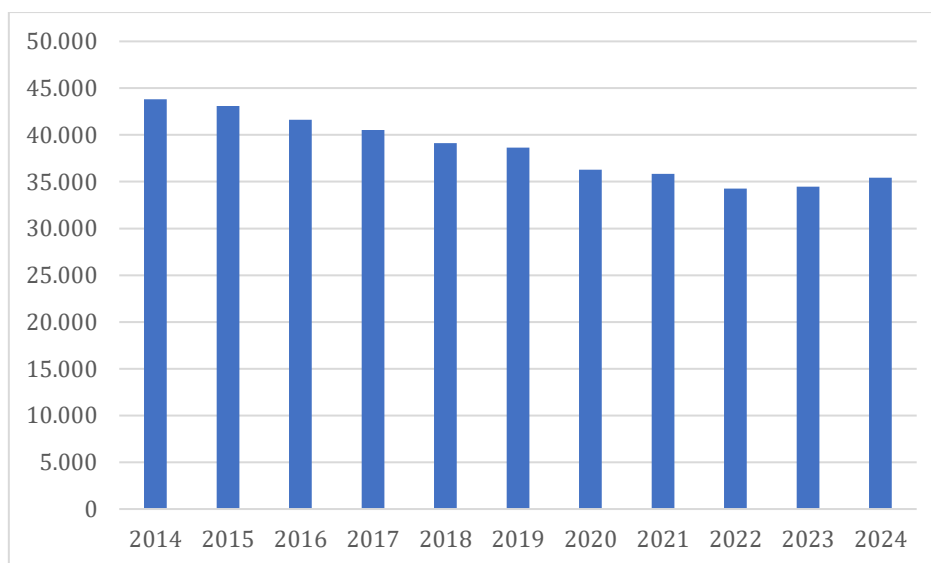
3.1 Principais riscos

1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;
2. Projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;
4. Tendência nos setores público e privado a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;
8. Perda da sustentabilidade;
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de Economia.

3.2. Indicadores de desempenho

As receitas do Cofecon são provenientes, em sua quase totalidade, de um quinto (20%) das anuidades pagas pelos economistas e empresas registrados nos Corecons. O número de Economistas em Condição de Voto (ECV), que são aqueles profissionais ativos e adimplentes, vinha numa tendência de queda desde 2012. Após apresentar um ponto de inflexão em 2022, o indicador vem apresentando alta desde então.

Gráfico 1: Economistas em Condição de Voto



2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
43.807	43.103	41.622	40.526	39.117	38.636	36.291	35.821	34.247	34.485	35.440

3.3. Gestão de Riscos e Controles

No processo de elaboração do planejamento estratégico, a direção e os atores envolvidos identificaram os principais riscos da gestão. No quadro a seguir, destacam-se os principais riscos identificados e sua respectiva mitigação.

Quadro 6: Gestão de riscos e controles

Principais Riscos	Mitigação
1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;	Promover a atualização da Lei nº 1.411/1951. As próximas gestões deverão avaliar o momento mais propício para retomar a iniciativa junto ao parlamento.
2. Combate aos projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;	Por meio de uma ampla mobilização coordenada pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), com apoio do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia, todos os projetos que envolvam desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades são acompanhados.
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;	Atuar junto aos Conselhos Federais de Administração, Contabilidade e Engenharia com vistas a delimitar as atribuições privativas e as compartilhadas de cada uma das profissões.
4. Tendência nos setores públicos e privados a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;	Realizar campanhas de comunicação visando esclarecer e conscientizar a sociedade em geral da importância da atuação do economista para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;	Apoiar os Corecons na execução de projetos de retenção dos economistas registrados, a exemplo de cursos de capacitação profissional, realização de convênios que forneçam pacotes de benefícios e/ou descontos em serviços para os profissionais em condição de regularidade perante o Conselho Profissional.
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;	Promover ampla divulgação das atividades desenvolvidas pelo Sistema Cofecon/Corecons em prol dos economistas e da sociedade.
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;	Promover ampla divulgação da profissão do economista.
8. Perda da sustentabilidade;	Promover mecanismos para aumentar a arrecadação, seja por meio de cobrança de débitos, fiscalização e autuação do exercício ilegal da profissão. Analisar e implementar ações de redução das despesas da Autarquia.
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;	Realizar projetos voltados para estudantes de nível médio e para estudantes de graduação em Ciências Econômicas. Aproximação com as Instituições de Ensino Superior e com as Escolas de Nível Médio.
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de economia.	Atuar junto ao Concla - Comissão Nacional de Classificação e ao Conselhão - Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

3.4. Oportunidades e Perspectivas

1. Surgimento de novos nichos de mercado em função do dinamismo do ambiente econômico;
2. Presença massiva e cotidiana do tema econômico na mídia;
3. Interlocução com outros Conselhos Profissionais (Fórum dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional);
4. Revisão da regulamentação interna da Profissão do Economista (Consolidação);
5. Demanda por mão de obra qualificada no mercado;
6. Consolidação do Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil;
7. Realização do XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, em Balneário Camboriú - SC.

3.5. Controles Internos

Os controles internos são realizados pela Comissão de Tomada de Contas (CTC). Podem ser realizados de forma preventiva, com visitas da Comissão aos Conselhos Regionais de Economia e elaboração de ofícios com informações e recomendações, ou quando a CTC analisa as peças contábeis, tais como propostas orçamentárias, balancetes trimestrais e prestações de contas anuais.

Foram trabalhados, no exercício de 2024, os processos a seguir relacionados:

Quadro 7: Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas 2024

Processos Contábeis Cofecon/Corecons 2024							
Processos relatados	Sessão Plenária						
Assunto	731	732	733	734	736	737	738
Prestação de contas	2	15	9	-	-	-	2
Proposta e Reformulações Orçamentárias	4	2	5	3	1	24	10
Balancetes Trimestrais	8	3	22	18	14	16	12
Prestação de contas de Auxílio Financeiro	3	6	1	5	1	4	3
Diligência	-	-	1	1	-	-	-
Reprovação	-	-	9	-	-	-	2

CAPÍTULO 4

4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Resultados da área-fim

Os Conselhos de fiscalização profissional, além de exercerem atividades típicas de Estado, são entidades criadas por lei federal para prestação de serviços públicos, detentoras do poder de polícia, com a finalidade de fiscalizar o exercício da profissão em defesa da sociedade. Para tanto, possuem competência para habilitar os profissionais para o exercício da profissão, por meio da concessão do registro profissional; habilitar legalmente as empresas para a exploração das atividades profissionais; normatizar os limites de atuação profissional; fiscalizar o seu adequado exercício, dentro dos padrões éticos e técnicos definidos; cobrar anuidades e aplicar e cobrar multas; executar débitos; aplicar o código de ética profissional; suspender e cassar registros; dentre outras atividades típicas de Estado, uma vez que atua em seu nome.

Assim, consoante entendimento exposto pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU) quando da prolação do Acórdão nº 1925/2019/Plenário no âmbito do Processo nº 036.608/2016-5, outras competências estão relacionadas com as citadas funções típicas de Estado, delegadas pela União para os Conselhos, as quais podem ser agrupadas em cinco funções principais, quais sejam: registro, normatização, fiscalização, julgamento e orientação.

A Lei nº 1.411/1951, que dispõe sobre a profissão de Economista, em seus artigos 7º e 10º, respectivamente, tratam das atribuições do Cofecon e dos Corecons. De tais dispositivos, observa-se que as atividades relacionadas à efetivação do registro profissional, à fiscalização, à aplicação de penalidades e à arrecadação são atribuições inerentes aos Conselhos Regionais de Economia.

Com relação ao Conselho Federal de Economia, a este compete orientar e disciplinar o exercício da profissão, bem como apreciar e julgar os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelos Conselhos Regionais de Economia. Além de tais atividades, destacam-se as de elaborar programa de atividades que servirá de base para todos os Regionais, assim como a de organizar os Corecons, fixando-lhes a composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros. Em outras palavras, dentre as principais atribuições do Cofecon inserem-se a de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, bem como de julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos Corecons, exercendo, assim, papel central e superior no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Diante desse cenário, especialmente considerando que são os Corecons que exercem as atividades voltadas à fiscalização, ao registro profissional, à aplicação de sanção e à arrecadação, tem-se que este Cofecon não possui e tampouco faz gestão sobre as informações referentes às atividades desempenhadas pelos Corecons, inclusive sobre o número total de fiscalizações realizadas, o número de denúncias recebidas, o número total de profissionais fiscalizados e o quantitativo de processos instaurados e julgados, com detalhamento das sanções aplicadas, entre outros.

Todavia, restrito às competências do Cofecon, insta consignar que no exercício de 2024 foram analisados e julgados 104 processos/recursos, sendo 25 envolvendo remissão de débitos; 52 cancelamentos de registro profissional; 17 sobre obrigatoriedade de registro; 7 relativo ao exercício ilegal da profissão; 1 sobre suspensão de registro e 2 relacionados a tratamento especial em função da idade.

4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões

eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Registro, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

Atualmente, o setor encontra-se com equipe composta pelo Procurador-Geral, um Assessor e uma estagiária, de modo que restam sem preenchimento 1 (uma) vaga de estagiário e 2 (duas) de advogado.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o exercício de 2024, vale ressaltar que a Procuradoria Jurídica do Cofecon esteve envolvida, direta ou indiretamente, em diversas situações que envolvessem o processo de tomadas de decisões no âmbito das Comissões e Grupos de Trabalho do Cofecon, em especial para que normativos e atos internos do Sistema Cofecon/Corecon fossem ajustados e aperfeiçoados.

Além disso, destacam-se a atuação em processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instância da Justiça Federal e Trabalhista.

Na seara trabalhista, o Cofecon foi subsidiariamente demandado por ex-funcionária de empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza no âmbito do Cofecon, cujo pleito buscado é o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e o pagamento remuneratório referente à insalubridade em seu grau máximo, com valor da causa em R\$ 29.195,47. Houve sentença reconhecendo parcialmente o direito da reclamante, ao passo que o Conselho Federal de Economia foi condenado subsidiariamente a pagar R\$ 3.450,00, somente pelos direitos trabalhistas referentes à rescisão indireta. O Cofecon manejou o Recurso Ordinário para que a sentença seja revista e o Cofecon seja isento de tal encargo trabalhista, uma vez que não há relação direta do Cofecon com a reclamante. Recurso pendente de julgamento.

Quanto às demandas de origem interna do Cofecon, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto aqueles que envolvem licitações e contratos da Autarquia, quanto processos administrativos em geral (cancelamento de registro, remissão e parcelamento de débitos, exercício ilegal da profissão, auxílio financeiro, processo ético-disciplinar, dossiês eleitorais, auxílios financeiros, reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado, registros de egressos de cursos conexos, entre outros).

Desta maneira, tem-se que o setor, com mais um ano de muito empenho, conseguiu atuar de maneira satisfatória, com dedicação e sucesso, agindo sempre em corrente alinhamento com a missão, visão e valores deste Conselho na busca da defesa e garantia dos direitos e deveres dos profissionais economistas e do Sistema Cofecon/Corecons.

4.3. Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro 8: Evolução das receitas e despesas do Cofecon - 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Total	5.711.878,59	6.116.290,12	6.826.143,19	7.488.455,36	7.720.807,20
Despesas Correntes	4.957.658,31	5.558.635,10	6.827.160,26	7.466.251,62	7.774.713,85
1. Pessoal e encargos	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27	3.746.540,63
2. Manutenção da Sede	46.368,47	-	138.507,95	226.668,79	615.644,19
3. Material de Consumo	22.764,89	40.004,41	62.629,16	36.539,66	28.486,09
4. Telefonia, Internet e Correios	150.483,25	95.278,08	88.357,31	61.677,34	59.351,94
5. Manutenção Programas Informática	678.253,92	1.043.955,92	781.556,39	840.787,23	1.020.817,93
6. Despesas bancárias	2.841,38	3.367,86	4.802,64	45.003,13	12.427,63
7. Diárias	123.242,70	123.961,35	581.752,87	683.172,19	778.294,42
8. Passagens aéreas	177.561,26	103.330,03	604.278,71	774.274,07	685.791,68
9. Serviço Gráfico e Publicidade	142.760,04	24.145,82	222.867,15	261.256,28	130.293,25

	2020	2021	2022	2023	2024
10. Assessoria Parlamentar	-	-	-	-	-
11. Despesas com Sessões Plenárias	14.040,86	14.083,90	92.280,34	163.578,41	145.212,70
12. Premiações	11.250,00	72.236,80	202.815,00	32.500,00	43.500,00
13. Transferências para os Regionais	22.500,00	147.921,16	336.270,07	318.325,66	378.403,98
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	132.771,16	122.415,50	166.800,00	18.215,00	35.000,00
15. Impressão de Carteira profissional	71.376,35	85.947,35	93.448,36	67.424,08	82.000,43
16. Outras despesas	479.147,17	8.932,00	28.367,94	129.504,51	12.948,98
Saldo Orçamentário Parcial	-	-	-	-	-
Despesas de capital	9.701,00	5.859,76	8.173,96	24.869,10	117.635,59
17. Obras e Instalações	-	-	2.800,00	-	6.980,00
18. Equipamento material permanente	9.701,00	-	8.173,96	24.869,10	110.655,59
Despesas Total	4.967.359,31	5.564.494,86	6.835.334,22	7.491.120,72	7.892.349,44
Saldo Orçamentário Final	744.519,28	435.505,14	-9.191,03	-2.665,36	-171.542,24
Resultado Extra Orçamentário	-	152.556,43	-15.748,66	38.498,42	23.498,70
Saldo Financeiro	1.948.013,76	2.652.365,45	2.627.425,76	2.663.258,82	2.515.215,58

4.4. Gestão de Pessoas

Os empregados do Conselho Federal de Economia são regidos pelo regime celetista. Porém a autarquia também possui normativos internos referentes às normas de pessoal quais sejam a Deliberação nº 4.769, de 15 de setembro de 2012 a qual altera o Plano de Cargos e Salários - PCS do Conselho Federal de Economia - Cofecon e a Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016 a qual institui novo Normativo de Pessoal: Cargos e Funções de Livre Provedimento do Conselho Federal de Economia.

Além destes, a Portaria nº 26, de 30 de agosto de 2024, autoriza empregados Ana Claudia Ramos Pinto e Danielle Costa Barbosa Giroto a praticar atos referentes ao Departamento de Pessoal, tais como assinar Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos funcionários do Conselho Federal de Economia e atos quando houver necessidade de admissão, demissão e atualização das referidas carteiras.

Ao longo do ano de 2024 o Conselho contou com 16 empregados e 7 estagiários atuando para o bom desempenho da autarquia.

Quadro 9: Detalhamento das despesas de pessoal, diárias e passagens

Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoal	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27	3.746.540,63
Diárias	123.242,70	123.961,35	573.748,76	683.172,19	778.294,42
Passagens	177.561,26	103.330,03	685.448,37	774.274,07	685.791,68

4.5. Gestão de Licitações e Contratos

O setor de licitação é responsável por realizar as fases internas e externas de todas as licitações do Cofecon em suas diversas modalidades, garantindo economicidade para os cofres da Autarquia. Através de estudo dos objetos demandados aliados à devida observância legal, o setor de licitação se empenha em alcançar o melhor custo-benefício para atender plenamente às necessidades da entidade. Em 2024 houve redução na quantidade de licitações, uma vez que os prestadores contratados mantiveram interesse em aditar os contratos e, conseqüentemente, houve diversas renovações. Ademais, a maioria das necessidades do Cofecon puderam ser atendidas por meio de dispensas de licitação, uma vez que o aumento do limite de valor para dispensas de licitação foi atualizado pelo Decreto nº 11.871/2021, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, atualizou o valor do art. 75, II para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos).

A Portaria nº 1, de 4 de janeiro de 2024, publicada no DOU nº 10, de 15 de janeiro de 2024, Seção 2, Página 71, designou as empregadas Ana Claudia Ramos Pinto e Lilian de Souza Barbosa como Pregoeiras Oficiais do Cofecon, para a condução e realização dos processos licitatórios na modalidade Pregão, bem como designou como Equipe de Apoio os empregados Ana Claudia Ramos Pinto, Lilian

de Souza Barbosa, Rielisson Barbosa de Moura, Jane Lopes da Silva e Danielle Costa Barbosa Giroto. Designou, ainda, as empregadas Ana Claudia Ramos Pinto, Lilian de Souza Barbosa e Danielle Costa Barbosa Giroto, para a condução dos procedimentos relativos às Dispensas Eletrônicas, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica - ferramenta informatizada integrada do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet 4.0), disponibilizada pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

Dentre os processos licitatórios de 2024, destacam-se as contratações relativas aos serviços terceirizados de recepção e limpeza e, principalmente, a contratação relativa ao sistema eleitoral. Esta última viabilizou a consolidação dos processos eleitorais do Sistema Cofecon/Corecons, bem como a integração do sistema às ferramentas de marketing para divulgação de campanhas vinculadas ao procedimento eleitoral.

Ao longo de 2024, foram realizados dois Pregões Eletrônicos, 74 dispensas e uma inexigibilidade de licitação, que visaram estabelecer a continuidade dos trabalhos rotineiros, assim como atender às novas demandas decorrentes da atuação da Autarquia. Ressalte-se que o ano de 2024 marca o segundo ano relativo à transição do antigo diploma legal de licitação para a adoção efetiva da Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o que tem demandado estudos específicos quanto à forma de contratação das novas demandas e as suas respectivas adequações à lei e alterações dela derivadas.

4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A Comissão Permanente de Controle Patrimonial do Cofecon foi criada pela Portaria nº 23, de 27 de maio de 2023 e é composta pelos empregados: Ana Claudia Ramos Pinto, Edna Barroso Machado, Danielle Costa Barbosa Giroto e Rielisson Barbosa de Moura.

A comissão instituída tem como atribuições elaborar a proposta de manual de controle patrimonial de acordo com as regras aplicadas ao setor público; reavaliar os valores dos bens móveis e imóveis; verificar e relacionar os bens inservíveis, ociosos ou inúteis para baixa; e efetuar a nova numeração dos bens móveis e imóveis.

Em 2024 foi realizada uma pequena reforma na sede do 5º andar do Cofecon e aquisição de equipamentos para o parque tecnológico, assim sendo os investimentos de capital no exercício de 2024 somaram R\$ 117.635,59, sendo: Benfeitorias R\$ 6.980,00, Móveis e utensílios R\$ 53.749,64, e Hardware e periféricos R\$ 56.905,95.

4.7. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2024, o Setor de Tecnologia da Informação do Cofecon, composto por 3 empregados e 2 estagiários, realizou 650 atendimentos internos, bem como promoveu avanços significativos na modernização, segurança e eficiência dos sistemas internos. As ações englobaram melhorias em infraestrutura, automação de rotinas, reforço na segurança da informação, atualização de equipamentos e reorganização de serviços essenciais. Destacam-se também iniciativas voltadas à transparência institucional, suporte a eventos e ampliação da capacidade de armazenamento e monitoramento. Essas medidas visaram proporcionar maior estabilidade operacional, otimização de recursos e melhor atendimento às demandas do Conselho.

4.8. Gestão dos Custos

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia, conforme previsto na Lei nº 1.411/1951.

No exercício de 2024 não houve a gestão dos recursos através de centros de custos, porém todas as despesas foram realizadas em estrita observância dos objetivos estratégicos da Autarquia.

Quadro 10: Gestão de Custos

Discriminação	Somatório por Grupo	Percentual da Despesa
Despesas com Pessoal e Encargos	3.120.166,59	39,53%
Benefícios a Pessoal	626.374,04	7,94%
Material de Consumo	28.486,09	0,36%
Serviços de Pessoas Físicas	867.304,51	10,99%
Outros Serviços e Encargos	2.710.478,64	34,34%
Transferências Correntes	421.903,98	5,35%
Despesas de Capital	117.635,59	1,49%
Total	7.892.349,44	100%

4.9. Sustentabilidade Ambiental

No ano de 2024 a Autarquia continuou o processo de redução consciente do quantitativo de materiais impressos, sendo priorizada a tramitação eletrônica/digitalizada de documentos. Ao longo do ano, o Cofecon passou a implantar nos Conselho Regionais de Economia o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4ª) e cedido a diversos órgãos.

O primeiro Regional a adotar a ferramenta foi o Corecon-RS, em abril. Ao longo do ano, ela também passou a ser usada no Distrito Federal, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Pernambuco, Pará/Amapá, Maranhão, Piauí, Acre, Rondônia, Roraima, Bahia, Sergipe e São Paulo.

CAPÍTULO 5

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Declaração dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
Setor Comercial Sul Quadra 2, Bloco B, 12º Andar, Ed. Palácio do Comércio - Bairro Asa Sul - Brasília - DF
CEP 70318-900 - www.cofecon.org.br

DECLARAÇÃO

Dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa IN nº 84/2020 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva IN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Conselho Federal de Economia, o relatório foi construído de forma a atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Brasília-DF, data da assinatura digital.

Econ. Paulo Dantas da Costa
Presidente do Cofecon

Econ. Aline Tales Ferreira
Superintendente do Cofecon



Documento assinado eletronicamente por **Aline Tales Ferreira, Superintendente**, em 27/05/2025, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Dantas da Costa, Presidente**, em 27/05/2025, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0087106** e o código CRC **7ACED4E9**.

5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes

Notas explicativas da Prestação de Contas do exercício de 2024

Informações e avaliações sobre os fatos contábeis e financeiros mais relevantes e impactantes nos resultados e de forma estão expressas nos demonstrativos contábeis e nas principais contas:

Comportamento das receitas no exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023

Exercício	2023	2024
Receita prevista	7.700.000,00	7.916.000,00
Arrecadação	7.488.455,36	7.720.807,20
Saldo orçamentário	211.544,64	195.192,80

Comportamento das despesas no exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023

Exercício	2023	2024
Despesa autorizada	7.700.000,00	7.916.000,00
Despesa realizada	7.488.455,36	7.720.807,20
Saldo orçamentário	211.544,64	195.192,80

Dos exames procedidos nas contas que integram o Balanço da Entidade destacamos as seguintes:

Receitas - Comportamento em 2024 em relação a 2023:

No exercício de 2023, o total das receitas realizadas foi de R\$ 7.448.455,36. Em 2024, esse montante alcançou R\$ 7.720.807,20, o que representa um acréscimo nominal de R\$ 272.351,84, correspondente a um crescimento aproximado de 3,66%.

Despesas - Comportamento em 2024 em relação a 2023:

As despesas realizadas em 2023 totalizaram R\$ 7.466.251,62. No exercício de 2024, esse valor aumentou para R\$ 7.892.349,44, indicando um acréscimo nominal de R\$ 426.097,82, equivalente a um aumento percentual de aproximadamente 5,71%.

Resultado Orçamentário do Exercício de 2024:

Considerando o total de receitas (R\$ 7.720.807,20) e de despesas (R\$ 7.892.349,44) no exercício de 2024, apurou-se um déficit orçamentário de R\$ 171.542,24.

Saldo Financeiro do Exercício de 2024:

O saldo financeiro disponível ao final do exercício de 2024 foi de R\$ 2.515.215,28.

Quadro 11: Variação receitas e despesas do Cofecon

	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Total	5.711.878,59	6.116.290,12	6.826.143,19	7.488.455,36	7.720.807,20
Despesas Correntes	4.957.658,31	5.558.635,10	6.827.160,26	7.466.251,62	7.774.713,85
1. Pessoal e encargos	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27	3.746.540,63
2. Manutenção da Sede	46.368,47	-	138.507,95	226.668,79	615.644,19
3. Material de Consumo	22.764,89	40.004,41	62.629,16	36.539,66	28.486,09
4. Telefonia, Internet e Correios	150.483,25	95.278,08	88.357,31	61.677,34	59.351,94
5. Manutenção Programas Informática	678.253,92	1.043.955,92	781.556,39	840.787,23	1.020.817,93
6. Despesas bancárias	2.841,38	3.367,86	4.802,64	45.003,13	12.427,63
7. Diárias	123.242,70	123.961,35	581.752,87	683.172,19	778.294,42
8. Passagens aéreas	177.561,26	103.330,03	604.278,71	774.274,07	685.791,68
9. Serviço Gráfico e Publicidade	142.760,04	24.145,82	222.867,15	261.256,28	130.293,25
10. Assessoria Parlamentar	-	-	-	-	-
11. Despesas com Sessões Plenárias	14.040,86	14.083,90	92.280,34	163.578,41	145.212,70
12. Premiações	11.250,00	72.236,80	202.815,00	32.500,00	43.500,00
13. Transferências para os Regionais	22.500,00	147.921,16	336.270,07	318.325,66	378.403,98
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	132.771,16	122.415,50	166.800,00	18.215,00	35.000,00
15. Impressão de Carteira profissional	71.376,35	85.947,35	93.448,36	67.424,08	82.000,43
16. Outras despesas	479.147,17	8.932,00	28.367,94	129.504,51	12.948,98
Saldo Orçamentário Parcial	-	-	-	-	-
Despesas de capital	9.701,00	5.859,76	8.173,96	24.869,10	117.635,59
17. Obras e Instalações	-	-	2.800,00	-	6.980,00
18. Equipamento material permanente	9.701,00	-	8.173,96	24.869,10	110.655,59
Despesas Total	4.967.359,31	5.564.494,86	6.835.334,22	7.491.120,72	7.892.349,44
Saldo Orçamentário Final	744.519,28	435.505,14	-9.191,03	-2.665,36	-171.542,24
Resultado Extra Orçamentário	-	152.556,43	-15.748,66	38.498,42	23.498,70
Saldo Financeiro	1.948.013,76	2.652.365,45	2.627.425,76	2.663.258,82	2.515.215,58

5.3. Balanço Orçamentário

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	Receitas Correntes Previstas	7.600.000,00	7.916.000,00	7.720.807,20	195.192,80
6.2.1.1	Contribuições	6.440.000,00	6.756.000,00	6.269.380,89	486.619,11
6.2.1.2	Exploração de bens e serviços	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00
6.2.1.3	Financeiras	300.000,00	300.000,00	363.778,37	-63.778,37

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1.9	Outras receitas correntes	800.000,00	800.000,00	1.087.647,94	-287.647,94
	Total das receitas:	7.600.000,00	7.916.000,00	7.720.807,20	195.192,80
	Déficit			190.870,95	
	Total geral:			7.911.678,15	

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	Despesas correntes	7.550.000,00	7.797.797,00	7.794.042,56	7.774.713,85	3.754,44
6.3.1.1	Pessoal e encargos	4.344.000,00	3.768.083,39	3.765.869,34	3.746.540,63	2.214,05
6.3.1.3	Uso de bens e serviços	2.906.000,00	3.607.709,45	3.606.269,24	3.606.269,24	1.440,21
6.3.1.5	Transferências correntes	300.000,00	422.004,16	421.903,98	421.903,98	100,18
6.3.2	Despesas de capital crédito disponível	50.000,00	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
6.3.2.1	Investimentos	50.000,00	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
	Total das despesas:	7.600.000,00	7.916.000,00	7.911.678,15	7.892.349,44	4.321,85
	Total geral:			7.911.678,15		

5.4. Balanço Patrimonial

Ano do Exercício: 2024		Período: 01/01/2024 até 31/12/2024	
Número Conta	Descrição	Valor Atual	
1	Ativo	4.574.224,16	
1.1	Ativo circulante	2.644.810,33	
1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.515.215,28	
1.1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.515.215,28	
1.1.3	Demais créditos e valores de curto prazo	129.595,05	
1.1.3.1	Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	78.300,90	
1.1.3.4	Créditos por danos ao patrimônio	42.585,39	
1.1.3.6	Outros créditos e valores de curto prazo a receber	8.708,76	
1.2	Ativo não-circulante	1.929.413,83	
1.2.2	Investimentos, imobilizado e intangível	1.929.413,83	
1.2.2.2	Imobilizado	1.929.413,83	
2	Passivo e patrimônio líquido	4.574.224,16	
2.1	Passivo circulante	225.406,94	
2.1.1	Obrigações trabalhistas e previdenciárias a pagar	58.797,34	
2.1.1.1	Pessoal a pagar	-4.706,42	
2.1.1.2	Encargos sociais a pagar	63.503,76	
2.1.2	Obrigações de curto prazo	166.609,60	
2.1.2.1	Obrigações de curto prazo	166.609,60	
2.3	Patrimônio líquido	4.348.817,22	
2.3.1	Patrimônio líquido	4.348.817,22	
2.3.1.1	Patrimônio líquido	4.348.817,22	

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
Ativo financeiro	2.644.810,33	Passivo financeiro	225.406,94
Ativo permanente	1.929.413,83	Passivo permanente	0,00
Saldo patrimonial			4.348.817,22

Compensações			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro			
Superávit Financeiro			Valor Atual
			2.419.403,39

5.5. Balanço Financeiro

Ano do Exercício: 2024		Período: 01/01/2024 até 31/12/2024	
Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
Receita orçamentaria	7.720.807,20	Despesa orçamentaria	7.892.349,44
Receitas correntes realizada	7.720.807,20	Despesas correntes liquidadas	7.774.713,85
Receitas de capital realizadas	0,00	Despesas de capital liquidadas	117.635,59
Receita extra-orçamentária	9.027.663,74	Despesa extra-orçamentária	9.004.165,04
Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	324.964,59	Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	363.622,48
Pessoal a pagar	2.407.334,44	Pessoal a pagar	2.410.246,76
Encargos sociais a pagar	752.800,80	Encargos sociais a pagar	757.519,00
Obrigações de curto prazo	5.542.563,91	Obrigações de curto prazo	5.472.776,80
Disponível do exercício anterior	2.663.258,82	Disponível para o exercício seguinte	2.515.215,28
Total geral	19.411.729,76	Total geral	19.411.729,76

5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2023/2024

Ano do Exercício: 2024				Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Val. Anterior
1	Ativo	4.574.224,16	4.565.974,22	2	Passivo e patrimônio líquido	4.574.224,16	4.565.974,22
1.1	Ativo circulante	2.644.810,33	2.754.195,98	2.1	Passivo circulante	225.406,94	163.250,35
1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.515.215,28	2.663.258,82	2.1.1	Obrigações trabalhistas e previdenciárias a pagar	58.797,34	66.427,86
1.1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.515.215,28	2.663.258,82	2.1.1.1	Pessoal a pagar	-4.706,42	-1.794,10
1.1.1.1.01	Caixa	0,00	0,00	2.1.1.1.01	Pessoal a pagar	-4.706,42	-1.794,10
1.1.1.1.02	Fundo fixo de caixa	0,00	0,00	2.1.1.2	Encargos sociais a pagar	63.503,76	68.221,96
1.1.1.1.03	Bancos conta movimento	11.135,89	23.299,40	2.1.1.2.01	Encargos sociais a pagar	63.503,76	68.221,96
1.1.1.1.04	Bancos conta arrecadação	14.032,76	21.336,54	2.1.2	Obrigações de curto prazo	166.609,60	96.822,49
1.1.1.1.05	Disponível vinculado em c/c bancária	2.490.046,63	2.618.622,88	2.1.2.1	Obrigações de curto prazo	166.609,60	96.822,49
1.1.1.1.06	Disponível vinculado em c/c bancária	0,00	0,00	2.1.2.1.01	Obrigações fiscais de curto prazo	31.886,99	21.345,40
1.1.1.1.07	Responsável por suprimento	0,00	0,00	2.1.2.1.02	Depósitos consignáveis	94.730,43	72.477,09
1.1.2	Créditos de curto prazo	0,00	0,00	2.1.2.1.03	Fornecedores/prestadores de serviços	39.992,18	3.000,00
1.1.3	Demais créditos e valores de curto prazo	129.595,05	90.937,16	2.1.3.2.01	Transferências legais	0,00	0,00
1.1.3.1	Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	78.300,90	39.643,01	2.1.3.3	Valores em trânsito	0,00	0,00
1.1.3.1.01	Adiantamentos a pessoal	57.049,98	31.254,13	2.1.3.3.01	Valores em trânsito	0,00	0,00
1.1.3.1.02	Devedores da entidade	21.250,92	8.388,88	2.1.3.4	Outras obrigações	0,00	0,00
1.1.3.4	Créditos por danos ao patrimônio	42.585,39	42.585,39	2.1.4.2.01	Provisões trabalhistas (p)	0,00	0,00
1.1.3.4.01	Créditos por danos ao patrimônio	42.585,39	42.585,39	2.1.5	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
1.1.3.6	Outros créditos e valores de curto prazo a receber	8.708,76	8.708,76	2.1.5.2	Empréstimos concedidos	0,00	0,00
1.1.3.6.03	Despesas a regularizar	8.708,76	8.708,76	2.1.5.3.01	Empréstimos a pagar	0,00	0,00
1.2	Ativo não-circulante	1.929.413,83	1.811.778,24	2.2	Passivo não-circulante	0,00	0,00

Ano do Exercício: 2024				Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Val. Anterior
1.2.2	Investimentos, imobilizado e intangível	1.929.413,83	1.811.778,24				
1.2.2.2	Imobilizado	1.929.413,83	1.811.778,24				
1.2.2.2.01	Bens móveis	893.049,74	782.394,15				
1.2.2.2.02	Bens imóveis	1.029.384,09	1.029.384,09				
1.2.2.2.03	Depreciação acumulada (-)	6.980,00	0,00				
				2.3	Patrimônio líquido	4.348.817,22	4.402.723,87
				2.3.1	Patrimônio líquido	4.348.817,22	4.402.723,87
				2.3.1.1	Patrimônio líquido	4.348.817,22	4.402.723,87
				2.3.1.1.01	Patrimônio social	4.348.817,22	4.402.723,87
				2.3.1.1.01.01	Resultados acumulados	4.348.817,22	4.402.723,87
				2.3.1.1.01.01001	Do exercício	-53.906,65	0,00
				2.3.1.1.01.01002	De exercícios anteriores	4.402.723,87	4.402.723,87

Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
Ativo financeiro	2.644.810,33	2.754.195,98	Passivo financeiro	225.406,94	163.250,35
Ativo permanente	1.929.413,83	1.811.778,24	Passivo permanente	0,00	0,00
Saldo patrimonial				4.348.817,22	4.402.723,87

Comparações					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
Controles credores	0,00	0,00	Controles credores	0,00	0,00
Execução dos atos potenciais	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais	0,00	0,00
Atos potenciais ativos	0,00	0,00	Atos potenciais passivos	0,00	0,00
Atos potenciais ativos a executar	0,00	0,00	Atos potenciais passivos a executar	0,00	0,00
Empréstimos obtidos a executar	0,00	0,00	Empréstimos concedidos a executar	0,00	0,00
Execução de responsabilidades de terceiros por valores, títulos e bens	0,00	0,00	Obrigações conveniadas a executar	0,00	0,00
Direitos contratuais a executar	0,00	0,00	Obrigações contratuais a executar	0,00	0,00
Direitos em comodatos a executar	0,00	0,00	Obrigações em comodatos a executar	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos a executar	0,00	0,00	Outros atos potenciais passivos a executar	0,00	0,00
Atos potenciais ativos executados	0,00	0,00	Atos potenciais passivos executados	0,00	0,00
Empréstimos obtidos executados	0,00	0,00	Empréstimos concedidos executados	0,00	0,00
Direitos conveniados executados	0,00	0,00			
Direitos contratuais executados	0,00	0,00	Obrigações contratuais executadas	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos executados	0,00	0,00			

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro		
	Valor Atual	Valor Anterior
Superávit Financeiro	2.419.403,39	2.590.945,63

5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2024

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1	Receitas Correntes Previstas	7.916.000,00	7.720.807,20	7.720.807,20	195.192,80
6.2.1.1	Contribuições	6.756.000,00	6.269.380,89	6.269.380,89	486.619,11
6.2.1.1.02	Cota Parte	6.756.000,00	6.269.380,89	6.269.380,89	486.619,11
6.2.1.1.02.01	Cota Parte	6.756.000,00	6.269.380,89	6.269.380,89	486.619,11
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.540.000,00	1.011.678,82	1.011.678,82	528.321,18
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	2.116.000,00	2.260.646,61	2.260.646,61	-144.646,61
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3ª Região - PE	165.000,00	78.899,00	78.899,00	86.101,00
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4ª Região - RS	340.000,00	282.566,84	282.566,84	57.433,16
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5ª Região - BA	220.000,00	200.318,48	200.318,48	19.681,52
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6ª Região - PR	350.000,00	325.301,60	325.301,60	24.698,40

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7ª Região - SC	150.000,00	154.761,73	154.761,73	-4.761,73
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8ª Região - CE	100.000,00	114.541,06	114.541,06	-14.541,06
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9ª Região - PA	150.000,00	130.259,13	130.259,13	19.740,87
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10ª Região - MG	350.000,00	428.799,92	428.799,92	-78.799,92
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11ª Região - DF	300.000,00	270.474,06	270.474,06	29.525,94
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12ª Região - AL	45.000,00	40.391,79	40.391,79	4.608,21
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13ª Região - AM	150.000,00	201.675,76	201.675,76	-51.675,76
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14ª Região - MT	130.000,00	114.858,28	114.858,28	15.141,72
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15ª Região - MA	70.000,00	40.571,09	40.571,09	29.428,91
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16ª Região - SE	40.000,00	59.580,07	59.580,07	-19.580,07
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17ª Região - ES	80.000,00	104.142,81	104.142,81	-24.142,81
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18ª Região - GO	110.000,00	114.143,93	114.143,93	-4.143,93
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19ª Região - RN	70.000,00	79.835,76	79.835,76	-9.835,76
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20ª Região - MS	60.000,00	30.363,30	30.363,30	29.636,70
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21ª Região - PB	50.000,00	40.512,77	40.512,77	9.487,23
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22ª Região - PI	50.000,00	55.954,28	55.954,28	-5.954,28
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23ª Região - AC	20.000,00	16.192,26	16.192,26	3.807,74
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24ª Região - RO	40.000,00	51.904,71	51.904,71	-11.904,71
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25ª Região - TO	40.000,00	40.171,29	40.171,29	-171,29
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27ª Região - RR	20.000,00	20.835,54	20.835,54	-835,54
6.2.1.2	Exploração de Bens e Serviços	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.2.01	Receita Patrimonial	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.2.01.01	Receitas Imobiliárias	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.2.01.01.001	Aluguéis	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.3	Financeiras	300.000,00	363.778,37	363.778,37	-63.778,37
6.2.1.3.05	Remuneração de Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	300.000,00	363.778,37	363.778,37	-63.778,37
6.2.1.3.05.01	Rendimentos de Aplicação	300.000,00	363.778,37	363.778,37	-63.778,37
6.2.1.3.05.01.002	Títulos de Renda Fixa	295.000,00	363.340,38	363.340,38	-68.340,38
6.2.1.3.05.01.003	Poupança	5.000,00	437,99	437,99	4.562,01
6.2.1.9	Outras Receitas Correntes	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
6.2.1.9.09	Receitas Diversas	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
6.2.1.9.09.01	Receitas Diversas	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
Total:		7.916.000,00	7.720.807,20	7.720.807,20	195.192,80

5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2023

Ano do Exercício: 2023			Período: 01/01/2023 até 31/12/2023		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1	Despesas correntes	7.671.000,00	7.466.251,62	7.466.251,62	204.748,38
6.3.1.1	Pessoal e encargos	3.924.700,00	3.821.804,10	3.821.804,10	102.895,90
6.3.1.1.01	Pessoal e encargos	3.924.700,00	3.821.804,10	3.821.804,10	102.895,90
6.3.1.1.01.01	Remuneração pessoal	2.447.500,00	2.409.711,63	2.409.711,63	37.788,37
6.3.1.1.01.01.001	Salário	1.665.000,00	1.652.919,51	1.652.919,51	12.080,49
6.3.1.1.01.01.002	Função/cargo gratificado	508.500,00	508.428,65	508.428,65	71,35
6.3.1.1.01.01.004	13º salário	194.000,00	188.418,20	188.418,20	5.581,80
6.3.1.1.01.01.006	Abono pecuniário de férias	80.000,00	59.945,27	59.945,27	20.054,73
6.3.1.1.01.02	Encargos patronais	726.500,00	715.726,01	715.726,01	10.773,99
6.3.1.1.01.02.001	INSS entidade	501.000,00	500.532,89	500.532,89	467,11
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	202.500,00	193.269,88	193.269,88	9.230,12
6.3.1.1.01.02.003	PIS sobre folha de pagamento	23.000,00	21.923,24	21.923,24	1.076,76
6.3.1.1.01.03	Benefícios a pessoal	750.700,00	696.366,46	696.366,46	54.333,54
6.3.1.1.01.03.001	Auxílio transporte/alimentação e creche	266.500,00	254.772,21	254.772,21	11.727,79
6.3.1.1.01.03.002	Serviço médico e odontológico	484.200,00	441.594,25	441.594,25	42.605,75
6.3.1.3	Uso de bens e serviços	3.389.800,00	3.293.621,86	3.293.621,86	96.178,14
6.3.1.3.01	Material de consumo	38.600,00	36.539,66	36.539,66	2.060,34
6.3.1.3.01.01	Material de consumo	38.600,00	36.539,66	36.539,66	2.060,34
6.3.1.3.01.01.001	Materiais expediente, copa e limpeza	31.100,00	29.482,56	29.482,56	1.617,44
6.3.1.3.01.01.025	Outros materiais de consumo	7.500,00	7.057,10	7.057,10	442,90
6.3.1.3.03	Serviços de pessoas físicas	800.100,00	792.138,18	792.138,18	7.961,82
6.3.1.3.03.01	Serviços de pessoas físicas	111.300,00	108.965,99	108.965,99	2.334,01
6.3.1.3.03.01.001	Remuneração de serviços pessoais	47.500,00	45.873,80	45.873,80	1.626,20
6.3.1.3.03.01.004	Bolsa/estágio	63.800,00	63.092,19	63.092,19	707,81
6.3.1.3.03.03	Diárias	688.800,00	683.172,19	683.172,19	5.627,81
6.3.1.3.03.03.001	Diárias	688.800,00	683.172,19	683.172,19	5.627,81
6.3.1.3.04	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	2.551.100,00	2.464.944,02	2.464.944,02	86.155,98
6.3.1.3.04.01	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	2.551.100,00	2.464.944,02	2.464.944,02	86.155,98

Ano do Exercício: 2023			Período: 01/01/2023 até 31/12/2023		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1.3.04.01.002	Serviço de passagens aérea, terrestre e transporte	784.500,00	774.274,07	774.274,07	10.225,93
6.3.1.3.04.01.005	Energia elétrica	48.000,00	46.773,53	46.773,53	1.226,47
6.3.1.3.04.01.006	Conservação e manutenção de bens móveis e imóveis	133.500,00	124.216,41	124.216,41	9.283,59
6.3.1.3.04.01.007	Serviço de impressão e publicação	270.000,00	261.256,28	261.256,28	8.743,72
6.3.1.3.04.01.011	Serviço de assistência à saúde	0,00	-14.478,83	-14.478,83	14.478,83
6.3.1.3.04.01.014	Serviço de internet, site, domínio e telefone	38.800,00	35.581,07	35.581,07	3.218,93
6.3.1.3.04.01.015	Serviço de postagem	30.200,00	26.096,27	26.096,27	4.103,73
6.3.1.3.04.01.016	Taxa de condomínio	54.000,00	52.849,56	52.849,56	1.150,44
6.3.1.3.04.01.017	Seguro	3.000,00	2.829,29	2.829,29	170,71
6.3.1.3.04.01.021	Tarifa, taxa, pedágio e outro	14.600,00	11.743,96	11.743,96	2.856,04
6.3.1.3.04.01.023	Software (aluguel, manutenção e outro)	845.700,00	840.787,23	840.787,23	4.912,77
6.3.1.3.04.01.031	Despesas com eleição	20.800,00	18.215,00	18.215,00	2.585,00
6.3.1.3.04.01.040	Indenizações e restituições	4.300,00	4.282,51	4.282,51	17,49
6.3.1.3.04.01.043	Assessoria contábil	14.000,00	14.000,00	14.000,00	0,00
6.3.1.3.04.01.045	Despesas c/cartão corporativo	35.000,00	33.259,17	33.259,17	1.740,83
6.3.1.3.04.01.047	Cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional	72.100,00	67.424,08	67.424,08	4.675,92
6.3.1.3.04.01.057	Emolumentos e custas processuais	11.000,00	2.256,01	2.256,01	8.743,99
6.3.1.5	Transferências correntes	356.500,00	350.825,66	350.825,66	5.674,34
6.3.1.5.01	Transferências correntes	356.500,00	350.825,66	350.825,66	5.674,34
6.3.1.5.01.01	Transferências financeiras	356.500,00	350.825,66	350.825,66	5.674,34
6.3.1.5.01.01.001	Auxílio financeiro	322.000,00	318.325,66	318.325,66	3.674,34
6.3.1.5.01.01.002	Prêmio	34.500,00	32.500,00	32.500,00	2.000,00
6.3.2	Despesas de capital crédito disponível	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1	Investimentos	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1.01	Investimentos	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1.01.03	Equipamentos e materiais permanentes	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1.01.03.001	Móveis e utensílios	26.000,00	21.920,10	21.920,10	4.079,90
6.3.2.1.01.03.002	Hardware e periféricos	3.000,00	2.949,00	2.949,00	51,00
Total:		7.700.000,00	7.491.120,72	7.491.120,72	208.879,28

5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2024

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1	Despesas Correntes	7.797.797,00	7.774.713,85	7.774.713,85	23.083,15
6.3.1.1	Pessoal e Encargos	3.768.083,39	3.746.540,63	3.746.540,63	21.542,76
6.3.1.1.01	Pessoal e Encargos	3.768.083,39	3.746.540,63	3.746.540,63	21.542,76
6.3.1.1.01.01	Remuneração Pessoal	2.368.233,00	2.367.365,79	2.367.365,79	867,21
6.3.1.1.01.01.001	Salário	1.517.311,00	1.516.882,07	1.516.882,07	428,93
6.3.1.1.01.01.002	Função/Cargo Gratificado	404.186,00	403.783,66	403.783,66	402,34
6.3.1.1.01.01.004	13º Salário	187.050,00	187.014,73	187.014,73	35,27
6.3.1.1.01.01.006	Abono Pecuniário de Férias	259.686,00	259.685,33	259.685,33	0,67
6.3.1.1.01.02	Encargos Patronais	753.829,39	752.800,80	752.800,80	1.028,59
6.3.1.1.01.02.001	INSS Entidade	551.000,00	550.690,17	550.690,17	309,83
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	181.328,00	181.034,42	181.034,42	293,58
6.3.1.1.01.02.003	PIS sobre Folha de Pagamento	21.501,39	21.076,21	21.076,21	425,18
6.3.1.1.01.03	Benefícios a Pessoal	646.021,00	626.374,04	626.374,04	19.646,96
6.3.1.1.01.03.001	Auxílio Transporte/Alimentação e Creche	249.410,00	249.376,73	249.376,73	33,27
6.3.1.1.01.03.002	Serviço Médico e Odontológico	396.611,00	376.997,31	376.997,31	19.613,69
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços	3.607.709,45	3.606.269,24	3.606.269,24	1.440,21
6.3.1.3.01	Material de Consumo	28.500,00	28.486,09	28.486,09	13,91
6.3.1.3.01.01	Material de Consumo	28.500,00	28.486,09	28.486,09	13,91
6.3.1.3.01.01.001	Materiais Expediente, Copa e Limpeza	28.500,00	28.486,09	28.486,09	13,91
6.3.1.3.03	Serviços de pessoas físicas	867.722,00	867.304,51	867.304,51	417,49
6.3.1.3.03.01	Serviços de pessoas físicas	89.427,00	89.010,09	89.010,09	416,91
6.3.1.3.03.01.001	Remuneração de serviços pessoais	700,00	500,00	500,00	200,00
6.3.1.3.03.01.004	Bolsa/estágio	88.727,00	88.510,09	88.510,09	216,91
6.3.1.3.03.03	Diárias	778.295,00	778.294,42	778.294,42	0,58
6.3.1.3.03.03.001	Diárias	778.295,00	778.294,42	778.294,42	0,58
6.3.1.3.04	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	2.711.487,45	2.710.478,64	2.710.478,64	1.008,81

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1.3.04.01	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	2.711.487,45	2.710.478,64	2.710.478,64	1.008,81
6.3.1.3.04.01.002	Serviço de passagens aérea, terrestre e transporte	685.800,00	685.791,68	685.791,68	8,32
6.3.1.3.04.01.005	Energia elétrica	54.590,00	54.586,56	54.586,56	3,44
6.3.1.3.04.01.006	Conservação e manutenção de bens móveis e imóveis	218.105,84	217.980,20	217.980,20	125,64
6.3.1.3.04.01.007	Serviço de impressão e publicação	212.300,00	212.293,68	212.293,68	6,32
6.3.1.3.04.01.014	Serviço de internet, site, domínio e telefone	36.100,00	36.048,77	36.048,77	51,23
6.3.1.3.04.01.015	Serviço de postagem	23.500,00	23.303,17	23.303,17	196,83
6.3.1.3.04.01.016	Taxa de condomínio	76.767,61	76.605,72	76.605,72	161,89
6.3.1.3.04.01.017	Seguro	2.689,00	2.575,60	2.575,60	113,40
6.3.1.3.04.01.021	Tarifa, taxa, pedágio e outro	12.552,00	12.427,63	12.427,63	124,37
6.3.1.3.04.01.023	Software (aluguel, manutenção e outro)	1.020.907,00	1.020.817,93	1.020.817,93	89,07
6.3.1.3.04.01.027	Despesas com sessão plenária e eventos	145.273,00	145.212,70	145.212,70	60,30
6.3.1.3.04.01.031	Despesas com eleição	35.015,00	35.000,00	35.000,00	15,00
6.3.1.3.04.01.043	Assessoria contábil	98.065,00	98.064,52	98.064,52	0,48
6.3.1.3.04.01.045	Despesas c/cartão corporativo	76.823,00	76.821,50	76.821,50	1,50
6.3.1.3.04.01.047	Cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional	13.000,00	12.948,98	12.948,98	51,02
6.3.1.5	Transferências correntes	422.004,16	421.903,98	421.903,98	100,18
6.3.1.5.01	Transferências correntes	422.004,16	421.903,98	421.903,98	100,18
6.3.1.5.01.01	Transferências financeiras	422.004,16	421.903,98	421.903,98	100,18
6.3.1.5.01.01.001	Auxílio financeiro	378.404,16	378.403,98	378.403,98	0,18
6.3.1.5.01.01.002	Prêmio	43.600,00	43.500,00	43.500,00	100,00
6.3.2	Despesas de capital crédito disponível	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
6.3.2.1	Investimentos	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
6.3.2.1.01	Investimentos	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
6.3.2.1.01.01	Obras, instalações	7.000,00	6.980,00	6.980,00	20,00
6.3.2.1.01.01.002	Benfeitorias	7.000,00	6.980,00	6.980,00	20,00
6.3.2.1.01.03	Equipamentos e materiais permanentes	111.203,00	110.655,59	110.655,59	547,41
6.3.2.1.01.03.001	Móveis e utensílios	54.000,00	53.749,64	53.749,64	250,36
6.3.2.1.01.03.002	Hardware e periféricos	57.203,00	56.905,95	56.905,95	297,05
Total:		7.916.000,00	7.892.349,44	7.892.349,44	23.650,56

5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2023

Ano do Exercício: 2023			Período: 01/01/2023 até 31/12/2023		
Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1	Receitas correntes previstas	7.700.000,00	7.488.455,36	7.488.455,36	211.544,64
6.2.1.1	Contribuições	6.259.000,00	6.021.605,33	6.021.605,33	237.394,67
6.2.1.1.02	Cota parte	6.259.000,00	6.021.605,33	6.021.605,33	237.394,67
6.2.1.1.02.01	Cota parte	6.259.000,00	6.021.605,33	6.021.605,33	237.394,67
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.540.000,00	1.122.298,95	1.122.298,95	417.701,05
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	1.760.000,00	2.128.484,10	2.128.484,10	-368.484,10
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3ª Região - PE	165.000,00	79.191,02	79.191,02	85.808,98
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4ª Região - RS	330.000,00	292.434,90	292.434,90	37.565,10
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5ª Região - BA	220.000,00	162.761,97	162.761,97	57.238,03
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6ª Região - PR	319.000,00	309.221,78	309.221,78	9.778,22
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7ª Região - SC	143.000,00	156.785,79	156.785,79	-13.785,79
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8ª Região - CE	99.000,00	98.681,79	98.681,79	318,21
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9ª Região - PA	143.000,00	115.926,97	115.926,97	27.073,03
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10ª Região - MG	341.000,00	343.374,47	343.374,47	-2.374,47
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11ª Região - DF	264.000,00	256.870,30	256.870,30	7.129,70
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12ª Região - AL	44.000,00	32.897,80	32.897,80	11.102,20
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13ª Região - AM	132.000,00	212.697,93	212.697,93	-80.697,93
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14ª Região - MT	121.000,00	124.030,02	124.030,02	-3.030,02
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15ª Região - MA	60.500,00	46.436,23	46.436,23	14.063,77
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16ª Região - SE	49.500,00	40.863,28	40.863,28	8.636,72
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17ª Região - ES	77.000,00	86.111,96	86.111,96	-9.111,96
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18ª Região - GO	110.000,00	106.826,84	106.826,84	3.173,16
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19ª Região - RN	66.000,00	68.943,01	68.943,01	-2.943,01
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20ª Região - MS	66.000,00	29.026,33	29.026,33	36.973,67
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21ª Região - PB	49.500,00	45.434,59	45.434,59	4.065,41

Ano do Exercício: 2023			Período: 01/01/2023 até 31/12/2023		
Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Variação
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22ª Região - PI	49.500,00	50.652,02	50.652,02	-1.152,02
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23ª Região - AC	22.000,00	18.584,84	18.584,84	3.415,16
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24ª Região - RO	33.000,00	33.797,29	33.797,29	-797,29
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25ª Região - TO	33.000,00	41.768,35	41.768,35	-8.768,35
6.2.1.1.02.01.026	Corecon 26ª Região - AP	0,00	34,00	34,00	-34,00
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27ª Região - RR	22.000,00	17.468,80	17.468,80	4.531,20
6.2.1.2	Exploração de bens e serviços	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.2.01	Receita patrimonial	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.2.01.01	Receitas imobiliárias	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.2.01.01.001	Aluguéis	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.3	Financeiras	231.000,00	476.987,72	476.987,72	-245.987,72
6.2.1.3.05	Remuneração de dep. banc. e aplicações financeiras	231.000,00	476.987,72	476.987,72	-245.987,72
6.2.1.3.05.01	Rendimentos de aplicação	231.000,00	476.987,72	476.987,72	-245.987,72
6.2.1.3.05.01.002	Títulos de renda fixa	226.000,00	476.523,26	476.523,26	-250.523,26
6.2.1.3.05.01.003	Poupança	5.000,00	464,46	464,46	4.535,54
6.2.1.9	Outras receitas correntes	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
6.2.1.9.09	Receitas diversas	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
6.2.1.9.09.01	Receitas diversas	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
Total:		7.700.000,00	7.488.455,36	7.488.455,36	211.544,64

5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2024				Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	Variação patrimonial aumentativa	7.720.807,20	7.523.514,45	3	Variação patrimonial diminutiva	7.774.713,85	7.463.334,34
4.1	Contribuições	6.269.474,28	6.021.605,33	3.1	Pessoal e encargos	3.342.436,71	3.355.552,49
4.1.1	Contribuições	6.269.474,28	6.021.605,33	3.1.1	Pessoal e encargos	3.342.436,71	3.355.552,49
4.1.1.1	Contribuições	6.269.474,28	6.021.605,33	3.1.1.1	Pessoal e encargos	3.342.436,71	3.355.552,49
4.2	Exploração de bens e serviços	1.087.554,55	989.862,31	3.2	Benefícios assistenciais	0,00	0,00
4.2.1	Exploração de bens e serviços	1.087.554,55	989.862,31	3.2.1	Benefícios assistenciais	0,00	0,00
4.2.1.1	Exploração de bens e serviços	1.087.554,55	989.862,31	3.2.1.1	Benefícios assistenciais	0,00	0,00
4.3	Financeiras	363.778,37	476.987,72	3.3	Uso de bens e serviços	4.010.373,16	3.759.873,47
4.3.1	Financeiras	363.778,37	476.987,72	3.3.1	Uso de bens e serviços	4.010.373,16	3.759.873,47
4.3.1.1	Financeiras	363.778,37	476.987,72	3.3.1.1	Uso de bens e serviços	4.010.373,16	3.759.873,47
4.4	Transferências	0,00	0,00	3.4	Financeiras	0,00	0,00
4.4.1	Transferências	0,00	0,00	3.4.1	Financeiras	0,00	0,00
4.4.1.1	Transferências	0,00	0,00	3.4.1.1	Financeiras	0,00	0,00
4.5	Valorização e ganhos com ativos	0,00	0,00	3.5	Transferências	421.903,98	350.825,66
4.5.1	valorização e ganhos com ativos	0,00	0,00	3.5.1	Transferências	421.903,98	350.825,66
4.5.1.1	Valorização e ganhos com ativos	0,00	0,00	3.5.1.1	Transferências	421.903,98	350.825,66
				3.6.1	Tributárias contributivas e	0,00	0,00
				3.6.1.1	Tributárias contributivas e	0,00	0,00
				3.7	Desvalorização e perda de ativos	0,00	0,00
				3.7.1	Desvalorização e perda de ativos	0,00	0,00
				3.7.1.1	Desvalorização e perda de ativos	0,00	0,00
4.9	Outras variações patrimoniais aumentativas	0,00	35.059,09	3.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	0,00	-2.917,28
4.9.1	Outras variações patrimoniais aumentativas	0,00	35.059,09	3.9.1	Outras variações patrimoniais diminutivas	0,00	-2.917,28
4.9.1.1	Outras variações patrimoniais aumentativas	0,00	35.059,09	3.9.1.1	Outras variações patrimoniais diminutivas	0,00	-2.917,28

Ano do Exercício: 2024				Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
	Déficit	-53.906,65			Superavit		60.180,11
Total:		7.774.713,85		Total:			7.523.514,45

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
Investimentos	117.635,59	24.869,10	Alienações de bens	0,00	0,00
Investimentos	117.635,59	24.869,10	Alienações de bens móveis	0,00	0,00
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	Alienações de bens imóveis	0,00	0,00
Aquisição de imóveis	0,00	0,00	Amortização de empréstimos concedidos	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Amortização de empréstimos concedidos	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00			
Inversões financeiras	0,00	0,00			

Incorporação de passivos			Desincorporação de passivos		
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
Operações de crédito internas	0,00	0,00	Amortizações de empréstimos	0,00	0,00
Operações de crédito internas	0,00	0,00	Amortizações de empréstimos	0,00	0,00

5.12. Declaração do Contador



CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
Setor Comercial Sul Quadra 2, Bloco B, 12º Andar, Ed. Palácio do Comércio - Bairro Asa Sul - Brasília - DF
CEP 70318-900 - www.cofecon.org.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis Balanços Orçamentários, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Economia no exercício de 2024.

A metodologia adotada pelo Conselho Federal de Economia é a prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, data da assinatura digital.

Daniel dos Passos Soares
CPF: 031.878.331-28
CRC: DF 030110/O-2



Documento assinado eletronicamente por **Daniel dos Passos Soares**, Contador, em 26/05/2025, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0087100 e o código CRC 5606A410.

Nota oficial: Em defesa da Petrobras! 16 de março de 2024

Nos últimos dias, o Brasil vem assistindo a uma verdadeira cruzada, por parte de agentes do mercado e de veículos de mídia, de ácidas e infundadas críticas à principal empresa brasileira, a Petrobras. Tais críticas decorrem do fato de a empresa ter se limitado a distribuir os dividendos ordinários, retendo, respaldada na legislação, a distribuição de dividendos extraordinários.

A Petrobras é uma sociedade de economia mista (sob controle acionário estatal). Conforme o Artigo 173 da CF, “a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo”. É precisamente o caso da Petrobras, que tem enorme responsabilidade no suprimento do mercado interno de derivados de petróleo e gás e na promoção do desenvolvimento econômico de nosso país.

Embora tenha ações negociadas no mercado de ações, a prioridade da Petrobras deve ser o atendimento das necessidades das empresas e da população, e não o atendimento das expectativas de superlucros por parte de seus acionistas privados.

As críticas à gestão da Petrobras são questionáveis. Os resultados operacionais da empresa em 2023 foram excelentes. Houve uma expansão da produção de petróleo e gás da ordem de 15% e a receita da empresa (R\$ 515 bilhões) foi recorde. O lucro líquido (R\$ 124,6 bilhões) foi o 2º maior de sua história e o 2º maior entre as maiores petroleiras mundiais, abaixo apenas do lucro apurado pela Exxon. A queda de 34% em relação ao apurado em 2022 (R\$ 188,3 bilhões) decorreu da mudança do preço do petróleo no mercado global e esteve em linha com a queda verificada nas “cinco grandes” corporações de petróleo (Exxon, Shell, BP, Total e Chevron), que variou entre 30% e 36%.

O desempenho da Petrobras em 2023 ficou muito acima da média apresentada por tais empresas. Para uma receita líquida de US\$ 105,76 bilhões, o lucro líquido da Petrobras foi de US\$ 25,74 bilhões (24,3% sobre a receita líquida), muito acima da média das “cinco grandes” (8,71%), considerando lucro líquido de US\$ 22,67 bilhões e receita líquida de US\$ 260,14 bilhões.

Também a distribuição de dividendos pela Petrobras foi bem acima do realizado pelas “cinco grandes”. Enquanto a Petrobras distribuiu R\$ 98,1 bilhões (US\$ 20,28 bilhões) de dividendos (78,8% de seu lucro líquido), as “cinco grandes” distribuíram em média 41,5% (US\$ 9,40 bilhões de dividendos e lucro líquido de US\$ 22,67 bilhões).

A insatisfação do mercado decorre do fato de que, em 2022, a gestão anterior ter decidido distribuir dividendos em níveis sem precedentes (R\$ 194,8 bilhões ou US\$ 37,3 bilhões), muito superior ao distribuído em 2021 (R\$ 72,7 bilhões) e acima até mesmo do lucro líquido apurado. Tal ação configurou um enorme contraste com os baixos investimentos realizados (US\$ 4,79 bilhões).

A Petrobras distribuiu entre 2021 e 2023 a quantia de R\$ 365,6 bilhões a seus acionistas. Como a União detém 37% de suas ações, R\$ 135,3 bilhões foram para seus cofres, ao passo que nada menos que R\$ 230,3 bilhões (63%) foram distribuídos para os acionistas privados, em sua maioria, de grande porte e residentes no exterior. Acrescente-se que esses agentes recolheram zero de imposto de renda, visto que o Brasil é um dos poucos países do planeta que não tributa lucros e dividendos distribuídos.

A atual gestão da Petrobras acerta em limitar a distribuição de dividendos e focar nos investimentos e na redução da dívida financeira da empresa. É fato que houve uma perda momentânea no valor de mercado da sua cotação em bolsa, enfatizado pela mídia como se a empresa tivesse ficado R\$ 55 bilhões mais “pobre”, o que não é verdade, já que essas variações são normais e em ambas as direções, tanto negativa como positiva. De 14 de dezembro de 2022 a 16 de fevereiro de 2024, por exemplo, o valor de mercado da Petrobras subiu de R\$ 301 bilhões para R\$ 569 bilhões, valorização de R\$ 268 bilhões, infelizmente “esquecido” de ser divulgado pela mídia. O mais importante é compreender que tais movimentos não afetam o fluxo de caixa da empresa no curto prazo.

A Petrobras vive uma fase de transição, evoluindo de uma empresa petrolífera para uma empresa de energia. Seu sucesso terá grande importância para a nova política industrial sustentável,

para o Plano de Transição Energética, para o Novo PAC, enfim, para o pleno desenvolvimento brasileiro.

Sistema Cofecon/Corecons

Nota oficial: Reforma Tributária Progressiva e Redução das Desigualdades no Brasil

17 de agosto de 2024

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), o Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) e a Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis), com o apoio de várias entidades da sociedade civil, realizaram, no dia 15 de agosto de 2024, o seminário “Reforma Tributária Progressiva e Redução das Desigualdades no Brasil”, nas dependências da Câmara dos Deputados. O título é muito expressivo, num momento em que o Congresso Nacional discute a regulamentação da Reforma decorrente da Emenda Constitucional nº 132, de 2023. Essa deve ser a primeira parte de uma reforma mais ampla: percebe-se que o foco maior agora deve ser tornar o Sistema Tributário mais progressivo, isto é, mais justo, e convertê-lo num instrumento de promoção de maior justiça social, num dos países mais desiguais do mundo atual.

Em vários setores da sociedade brasileira, há uma certa desconfiança e um certo ceticismo de que os próximos passos sejam dados pelo Congresso brasileiro. Nesta 1ª fase, nosso Legislativo acelerou as etapas de tramitação das proposições que promovem a simplificação da legislação, maior racionalidade ao Sistema, que vai desde a redução do número de tributos e sua fusão, até a eliminação de exigências administrativas, burocráticas, diminuindo os custos de apuração e controle, o que fez com que o empresariado, sobretudo, aderisse à proposta e se engajasse na luta pela sua aprovação.

A 2ª etapa da Reforma é a mais difícil de ser implementada, porque ela trata especialmente da tributação da renda e do patrimônio, que são sabidamente questões mais sensíveis, mais diretamente pessoais e familiares, onde as distorções são mais flagrantes do que a incidência sobre o consumo, em que se concentraram as atenções e os esforços da 1ª etapa.

Os números da regressividade do Sistema Tributário Brasileiro são bastante conhecidos e estruturalmente estabelecidos, mas vale lembrar algumas questões. Por conta de desonerações sobre distribuição de lucros e dividendos, a alíquota efetiva do imposto de renda aumenta conforme a renda até certo ponto, enquanto decresce a partir das rendas mais elevadas. Os tributos sobre patrimônio no Brasil são diminutos não apenas com respeito ao total de tributos arrecadados no Brasil, mas também na comparação internacional. As medidas de planejamento tributário, nome recatado para práticas aparentemente legais de redução da tributação, são amplamente utilizadas para desoneração de grandes fortunas e rendas pessoais, distribuídas, por exemplo, em fundos especiais, ou remetidas ao exterior, além também dos lucros de grandes empresas.

A atual composição do Congresso Nacional pressupõe resistências muito maiores a quaisquer tentativas de aperfeiçoamento do sistema tributário. Enquanto a incidência sobre o consumo é mais velada, a da renda e do patrimônio é mais personalizada; é por onde mais claramente se traduzem os critérios da universalidade, da generalidade e da progressividade, conceitos cristalizados na nossa Constituição e que tratam como exceção a exclusão de tipos de rendimentos e de categorias de contribuintes, tendo como regra a equidade horizontal e vertical, ou, em outras palavras, tratam de taxar as pessoas segundo a sua capacidade econômica e de eximir da obrigação os que sejam efetivamente hipossuficientes. Somente uma tributação progressiva sobre a renda e o patrimônio permitirá uma redução da alíquota do IVA.

Entre as maiores iniquidades de nosso Sistema, vale a máxima de que paga menos - ou não paga - o que pode mais, e paga mais o que pode menos. O grande desafio é justamente combater essa tendência secular de aliviar os ricos e sobrecarregar a classe média e os pobres, de conceder privilégios a quem não precisaria deles, e sobretaxar justamente os que mais precisariam do Estado, colocando ênfase justamente no contraponto entre a tributação e o orçamento.

Mais do que nunca, é fundamental o papel cívico dos economistas, dos auditores da receita e da despesa, e dos consultores legislativos e de orçamento na formulação e materialização das políticas públicas que constituem os pilares do Estado democrático.

Sistema Cofecon/Corecons

XXVIII Simpósio Nacional dos Conselhos Regionais de Economia - Carta de Santa Catarina - Estrutura e Conjuntura Econômica, Política e Social do Brasil 19 de outubro de 2024

As entidades representativas dos economistas no Brasil, Sistema Cofecon/Corecons, reunidas em Balneário Camboriú-SC, manifestam-se à sociedade.

O desempenho econômico atual do Brasil confirma uma retomada de crescimento mais robusto com o início do processo de recuperação das atividades em 2021. De acordo com o último Relatório Trimestral de Inflação (setembro de 2024), divulgado pelo Banco Central, o PIB brasileiro deve crescer 3,2% em 2024.

Tal resultado está baseado em um conjunto de importantes avanços como: (i) redução da taxa de desemprego, atualmente em 6,6%, a mais baixa desde 2012; (ii) perspectiva de inflação dentro do intervalo da meta; (iii) crescimento das exportações, refletindo no saldo positivo da balança comercial; (iv) manutenção de vultosas reservas internacionais; (v) avanços da reforma tributária, com a simplificação dos tributos e segurança jurídica; (vi) revisão dos gastos tributários; (vii) retomada de políticas públicas de inclusão social, retomando os financiamentos sociais.

Apesar dos avanços, o Brasil enfrenta grandes desafios estruturais como: (i) o da redução das desigualdades regionais e de renda, fortalecendo e integrando planos de desenvolvimentos regionais, a fim de mitigar as demandas socioeconômica e fomentar as estruturas produtivas locais; (ii) o da adoção de uma política industrial, com foco na melhoria da produtividade e competitividade que permita impulsionar a neointustrialização e a realização de investimentos em diferentes cadeias produtivas; (iii) o da melhoria da infraestrutura, apresentando soluções para os gargalos em transporte, logística, energia e conectividade digital que podem impedir o aumento da produtividade e competitividade, essenciais para atender à demanda crescente; (iv) o da implementação de um modelo tributário progressivo, tributando mais a renda e a riqueza dos mais ricos e reduzindo a tributação que incide sobre a classe trabalhadora e a classe média.

O Brasil também enfrenta desafios conjunturais importantes relacionados a: (i) questões fiscais, como controle dos gastos públicos, visando por um lado a sustentabilidade intertemporal da dívida pública e por outro lado a garantia do fortalecimento de recursos, para áreas prioritárias de atuação do Estado, como por exemplo saúde, educação, infraestrutura e programas sociais; (ii) questões monetárias e creditícias, como a redução estrutural da taxa Selic e melhoria das condições de acesso ao crédito as pessoas físicas e jurídicas; (iii) mercado de trabalho, aperfeiçoando a regulamentação das novas formas de trabalho, incluindo acesso a seguridade social e melhores condições de trabalho; além de busca pelo pleno emprego e redução da informalidade no mercado de trabalho; (iv) poupança e endividamento das famílias, que estão sendo afetadas pela falta de controle orçamentário e de conhecimento em educação financeira; (v) vícios em jogos de azar (Bets), resultando impactos na economia real.

Nas questões regionais, o panorama industrial brasileiro, especialmente no Sudeste, revela sinais de desindustrialização, exigindo uma reestruturação que integre manufatura e serviços modernos para maior competitividade e sustentabilidade. No Centro-Oeste e no Norte, apesar da riqueza em recursos naturais, persistem problemas relacionados à infraestrutura, informalidade, segurança jurídica e elevada taxa de desmatamento. O Nordeste, por sua vez, busca superar limitações socioeconômicas, com foco no desenvolvimento territorial, especialmente em energias renováveis, turismo e integração com cadeias globais de valor. A região Sul enfrentou desafios climáticos em 2024, reforçando a necessidade de investimentos para lidar com crises ambientais, exigindo uma atuação conjunta entre o setor privado e o Estado.

Quanto às questões ambientais ainda são necessárias a construção de um plano de emergências climáticas e a criação de um fundo de emergência. O Brasil deve protagonizar a elaboração de políticas públicas capazes de mitigar os danos ambientais, adaptar o meio rural e urbano para o enfrentamento da crise climática e ainda gerar oportunidades para o desenvolvimento científico, de infraestrutura resiliente e de geração de emprego e renda. Acelerar o código ambiental e buscar legislação e fiscalização mais rígidas para entidades poluidoras e que causem impactos socioambientais.

Por fim ressaltamos o papel do economista para enfrentamento dos desafios apresentados, pois suas contribuições podem melhor orientar as decisões econômicas, públicas e privadas, otimizando o uso de recursos limitados e impactando diretamente o desenvolvimento que leve em consideração os pilares econômicos, sociais e ambientais.

Portanto, urge que o Brasil avance em direção a um projeto de nação que priorize a geração de emprego e renda, o aumento do PIB, a melhoria dos níveis de poupança e investimento nos diversos setores da economia, com vistas a promover um futuro mais justo e promissor para todos os brasileiros.

Sistema Cofecon/Corecons

Nota Oficial do Cofecon: O pacote fiscal de 28 de novembro 30 de novembro de 2024

O ministro Fernando Haddad anunciou um conjunto de medidas econômicas com o objetivo de cortar os gastos do Governo Federal em R\$ 70 bilhões em 2025 e 2026. O objetivo das medidas é reduzir o déficit primário, estabilizar a relação dívida/PIB e, conseqüentemente, reduzir a pressão exercida pelo mercado financeiro.

O “pacote”, pendente de aprovação pelo Congresso Nacional, inclui medidas absolutamente necessárias, como o combate aos supersalários no funcionalismo público, limitando-os ao teto constitucional de R\$ 44.008,00; a limitação de diversos gastos, como as emendas parlamentares e o Fundo Constitucional do DF conforme previsto no Arcabouço Fiscal; a não concessão de novos benefícios fiscais e isenções tributárias enquanto houver déficit primário; a ampliação da “aposentadoria” dos militares de 50 para 55 anos, uma contribuição desses de 3,5% e o fim da “morte ficta”, etc.

O “pacote” prevê ainda a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda das pessoas com rendimento mensal de até R\$ 2.269,00 para R\$ 5.000,00. Nesse caso, a redução de receita seria compensada por uma sobretaxação das pessoas com rendimento acima de R\$ 50.000,00 mensais. Faltando ser divulgada a progressividade da cobrança de IRPF nas faixas de renda entre R\$5,01 mil e R\$50 mil.

Mas o “pacote” contém também medidas que impactam negativamente a população mais pobre, como as novas regras para a concessão do Abono Salarial (reduzindo o direito ao benefício, hoje contemplando pessoas com rendimento até dois salários mínimos para 1,5 salário mínimo); para a concessão do Benefício da Prestação Continuada (BPC) e para a correção do salário mínimo (hoje considerando a inflação do ano anterior e a variação do PIB do ano precedente para um percentual limitado pelo arcabouço fiscal).

Ocorre que o corte das despesas de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos não satisfaz o “mercado financeiro”. Esse exigia superávits primários maiores e a redução da relação dívida/PIB. A resposta veio com a subida do dólar para o patamar acima de R\$ 6,00, com a pressão para um aumento mais acentuado na taxa básica de juros (Selic) e com a elevação dos juros futuros.

Para o mercado financeiro, o problema é que a economia poderá crescer acima do PIB potencial e trazer pressões inflacionárias. Também é ponto de preocupação o déficit primário de R\$ 105 bilhões acumulado até setembro, enquanto a meta para 2024 estabelece R\$ 69 bilhões, demonstrando um aumento da dívida do setor público neste ano. Vale ressaltar que o aumento da dívida do setor público está vinculado ao déficit nominal, que alcançou R\$ 1,09 trilhão, no qual inclui gastos com os juros da dívida pública, daí a importância de se estabilizar a relação dívida/PIB. Porém essas

informações não constam nos relatórios dos agentes do mercado financeiro, no qual avaliou o pacote como insuficiente para recuperar a confiança dos agentes econômicos.

Com relação ao déficit primário acima do estipulado é explicado por pagamentos de precatórios represados no governo anterior e gastos extraordinários referentes à tragédia que assolou o Rio Grande do Sul no primeiro semestre do ano. Há uma expectativa de déficit zero em 2025, com possibilidade de gerar um pequeno superávit fiscal em 2026.

É previsto que na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), mediante o Boletim Focus (expectativa do mercado financeiro) um aumento de 0,75 ponto percentual na taxa Selic (para 12%) ou mesmo 1 ponto percentual (para 12,25%), seguido de novo aumento na reunião do Copom de 28 de janeiro de 2025 em mais 1 ponto percentual. Estes aumentos na taxa básica de juros (cada 1 p. p.) resultam em aumento dos gastos com juros da dívida pública em R\$ 50 bilhões, o que significa que em dois meses o mercado anulará o esforço fiscal feito agora pelo governo e que a elevação da dívida/PIB elevará a pressão por novos aumentos nos juros.

No que tange a elevação da cotação do dólar de R\$ 5,01 em março para o patamar de R\$ 6,00 após o anúncio do conjunto de medidas econômicas revela a contribuição do mercado financeiro para a elevação da inflação, nesse caso com mais uma forte contribuição da direção do Banco Central, que se recusa a aplicar os instrumentos de política monetária para conter a alta do dólar.

Desta forma, podemos concluir que não há existência de colapso fiscal, uma vez que as contas externas estão equilibradas, embora existam déficits eventuais e fugas de capitais em momentos de crescente incerteza, como o atual. As reservas internacionais foram ampliadas para US\$ 380 bilhões; o déficit primário é administrável e a uma perspectiva de zerar em 2025; a inflação está sob controle; a taxa de desemprego está caindo e o País, pelo quarto ano consecutivo, crescerá acima de 3%. O ponto de atenção que precisa melhorar são os gastos com juros da dívida pública que deverão somar R\$ 900 bilhões em 2024; os incentivos fiscais e isenções tributárias, segundo a Fenafisco, somam R\$ 600 bilhões/ano, sendo que R\$ 300 bilhões sem qualquer retorno econômico ou social; a evasão e elisão fiscal totalizam R\$ 200 bilhões/ano e a renúncia fiscal com a não tributação de lucros e dividendos distribuídos às pessoas físicas superam os R\$ 100 bilhões/ano.

Sistema Cofecon/Corecons

Nota Oficial do Cofecon: Governança Econômica Global 2 de dezembro de 2024

No dia 28 de novembro de 2024, diversas entidades da sociedade civil, em parceria com o Cofecon, o Corecon-DF e a Aslegis, realizaram um seminário nas dependências da Câmara dos Deputados, com o objetivo de discutir o tema “Governança Econômica Global”. O evento foi marcado por uma série de palestras e debates, reunindo especialistas renomados que abordaram questões cruciais sobre a governança global e sua relação com a economia mundial.

A mesa de abertura foi composta por importantes representantes do setor econômico e legislativo, como Paulo Dantas da Costa, presidente do Cofecon; Luciana Acioly da Silva, presidente do Corecon-DF; Heric Santos Hossoé, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon; Roberto Bocaccio Piscitelli, coordenador da Comissão de Política Econômica do Corecon-DF; Pedro Garrido da Costa Lima, presidente da Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis); e Luiz Humberto Veiga, coordenador na Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

As palestras ficaram a cargo de grandes nomes como Stephany Griffith-Jones, Paulo Nogueira Batista Jr., Antonio Corrêa de Lacerda e Marcio Pochmann, que exploraram as diversas dimensões da governança econômica global e seus desafios.

A governança econômica global é caracterizada por um esforço cooperativo entre governos e outros atores, tanto governamentais quanto não estatais, com destaque para a coordenação dentro das Nações Unidas. Um ponto central desse modelo de governança é a busca por políticas que coloquem as necessidades humanas no centro da tomada de decisões. Além disso, é notável a participação de atores não estatais, como movimentos de libertação nacional, organizações não

governamentais (ONGs), companhias multinacionais e organizações intergovernamentais, que desempenham papéis decisivos na formação das políticas globais. Entre as principais instituições que fazem parte dessa governança global, destacam-se a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No entanto, a governança global enfrenta desafios significativos, especialmente devido à falta de dados precisos e à escassez de incentivos para a implementação de políticas, o que é mais pronunciado em países e regiões menos desenvolvidas. Isso dificulta a coordenação eficaz entre os países e a implementação de estratégias que possam garantir o desenvolvimento econômico global de maneira equitativa.

Por sua vez, a governança financeira, que é um aspecto fundamental dentro da governança global, envolve um conjunto de políticas, regulamentações e práticas voltadas para a organização, administração, fiscalização e desenvolvimento dos sistemas financeiros. Nos fóruns internacionais, são constantes as discussões sobre as inter-relações entre os países e sobre o futuro dos sistemas monetários e financeiros. Essas discussões impactam diretamente a economia global e, por conseguinte, os mercados financeiros.

No contexto brasileiro, o Banco Central desempenha um papel crucial ao monitorar os impactos das políticas econômicas internacionais sobre a economia do país. Esse acompanhamento é fundamental para garantir a melhor condução da política econômica interna e manter o Brasil alinhado com as principais questões da economia global, adaptando-se às mudanças e aos desafios impostos pela governança econômica global.

Esse seminário, promovido pelo Cofecon, Corecon-DF e Aslegis trouxe à tona a importância da cooperação internacional e da implementação de políticas financeiras e econômicas eficazes para enfrentar os desafios globais. A discussão sobre governança econômica global e seus impactos é vital para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade financeira internacional.

Sistema Cofecon/Corecons

ANEXO II: PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO COFECON, ECON. PAULO DANTAS DA COSTA, EM EVENTOS 2024

31/1/2024: Participou com a superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, de reunião com o Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego, Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, para tratar da atualização da Lei nº 1411/1951, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Economista.

14/3/2024: No dia 14 de março, o presidente do Cofecon juntamente com o conselheiro federal Júlio Miragaya e a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira participaram de reunião na Secretaria de Patrimônio da União do Distrito Federal.

30/4/2024: No dia 30 de abril, juntamente com a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira participaram da 105ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF.

23 a 25/5/2024: No período de 23 a 25 de maio, participou de reunião administrativa com os presidentes e conselheiros federais da região nordeste e do XXXIII Encontro de Entidades dos Economistas da Região Nordeste, na cidade de João Pessoa-PB.

12/6/2024: No dia 12 de junho, participou da abertura do IV Workshop Internacional do Grupo de Pesquisa Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, no auditório da Universidade de Brasília.

13/6/2024: No dia 13 de junho, participou da abertura do Ciclo de Seminário de Economia, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília.

4/7/2024: No dia 4 de julho, recebeu visita do subsecretário da Subsecretaria de Articulação com Estados e Municípios do Ministério de Planejamento e Orçamento, Sr. Geraldo Júnior, na sede do Cofecon, em Brasília-DF.

12/7/2024: No dia 12 de julho, participou de reunião virtual com o Bastonário da Ordem dos Economista de Portugal, António Augusto da Ascensão Mendonça. A reunião contou com a participação do conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda.

07/8/2024: No dia 7 de agosto, participou da abertura do 28º Encontro de Economistas da Região Sul, evento organizado pelo Corecon-RS, em formato virtual.

13/8/2024: No dia 13 de agosto, participou juntamente com a vice-presidente Flávia Vinhaes Santos do debate com o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, sobre o tema: “Novo Desenvolvimentismo: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política, eventos comemorativos ao Dia do Economista, organizado pelo Cofecon, em formato virtual”.

13/8/2024: No dia 13 de agosto, participou de mesa de abertura em comemoração aos 59 anos do Corecon-MG, evento organizado pelo Corecon-MG, em Belo Horizonte-MG.

15/8/2024: No dia 15 de agosto, participou de debate do Ciclo de Seminários de Economia, com o tema: “Reforma Tributária Progressiva e Redução das Desigualdades no Brasil”, evento organizado pelo Cofecon, Corecon-DF e Aslegis, na câmara dos deputados, em Brasília-DF.

26 e 27/9/2024: Nos dias 26 e 27 de setembro, proferiu palestra no 2º Fórum do Economistas da ALECON - Associação Lusófona de Economia, em Lisboa-Portugal.

26/11/2024: No dia 26 de novembro, participou de reunião com parlamentares afim de buscar apoio ao projeto de Lei nº 3.178/2024, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

26/11/2024: No dia 26 de novembro, participou de encontro com o deputado Daniel Almeida e posterior reunião com o deputado André Figueiredo, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

27/11/2024: No dia 27 de novembro, participou de reunião com o Diretor do Departamento de Gestão de Benefícios, da Secretaria do Trabalho, João Paulo Ferreira Machado, no ministério do trabalho e emprego, em Brasília-DF.

27/11/2024: No dia 27 de novembro, participou do 3º Seminário do Ciclo de Economia, com o tema central: “Governança Econômica Global”, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

12/12/2024: No dia 12 de dezembro, participou da mesa de abertura no Seminário e debater o tema: O Novo Arcabouço Fiscal e o Pacote de Cortes de Gastos: Impactos na saúde, educação, seguridade social e direitos trabalhistas”, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

ANEXO III: PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES EM EVENTOS 2024

7/2/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do comitê nacional do movimento de combate à corrupção eleitoral, em formato virtual.

08/2/2024: a conselheira Kerssia Preda Kamenach participou da solenidade de posse da nova diretoria do Corecon-GO, no auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

21/02/2024: a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira participou da solenidade de posse dos Conselheiros (2024-2027) e do Conselho Diretor (2024-2025), do Conselho Federal de Contabilidade, no centro de eventos e convenções Brasil 21, em Brasília-DF.

27/2/2024: a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira e o procurador do Cofecon Paulo Roberto Samuel Alves Júnior participaram da 103ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF.

5/3/2024: o economista Róridan Penido Duarte participou da cerimônia de outorga do “Diploma de Mérito Coaf”, edição 2024, evento organizado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras, em Brasília-DF.

7/3/2024: a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira participou seminário “iESGo: Governança, Sustentabilidade e Inovação”, organizado pelo Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF.

13/3/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do comitê nacional do movimento de combate à corrupção eleitoral, em formato virtual.

13/3/2024: o conselheiro federal Júlio Miragaya participou da cerimônia de posse da Diretoria e do Conselho da Aslegis, evento organizado pela Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento da Câmara dos Deputados.

26/3/2024: a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira e o procurador geral do Cofecon Fábio Ronan Miranda Alves participaram da 104ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF.

4/4/2024: a conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou da reunião do Fórum de Debate Econômico do Distrito Federal, evento organizado pelo Corecon-DF, em Brasília-DF.

10/4/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do comitê nacional do movimento de combate à corrupção eleitoral, em formato virtual.

19/4/2024: o conselheiro federal Lauro Chaves Neto ministrou a Palestra “Desafios do Desenvolvimento Regional”, para alunos e professores do Curso de Economia e Finanças na UFPG, na cidade de Campina Grande-PB.

26/4/2024: a conselheira federal Tania Cristina Teixeira participou da abertura do IV Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais, na PUC-MG.

27/4/2024: o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou da mesa redonda como debatedor do tema “Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico: políticas de incentivo fiscal para atrair investimentos e estimular o crescimento da economia de Minas Gerais”, na AFFEMG, na cidade de Belo Horizonte-MG.

8/5/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do comitê nacional do movimento de combate à corrupção eleitoral, em formato virtual.

23 a 25/5/2024: a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira trabalhou na realização da reunião administrativa com os presidentes e conselheiros federais da região nordeste e participou do XXXIII Encontro de Entidades dos Economistas da Região Nordeste, na cidade de João Pessoa-PB.

28/5/2024: o procurador chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou da 106ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF.

7/6/2024: presidente do Corecon-PE, Econ. Poema Isis Andrade de Souza, participou como debatedora na Mesa de Diálogo “O Complexo Econômico-Industrial da Saúde como Oportunidade para o Desenvolvimento do Nordeste”, evento organizado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro - IDENE, em Salvador-BA.

11/6/2024: de junho, a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira participou Lançamento oficial da obra “Centro de Governo” do Instituto Latino Americano de Governança e Compliance Público - IGCP, em Brasília-DF.

18/6/2024: de junho, o procurador chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou da 107ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF.

3/7/2024: de julho, a conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva, participou do 9º Fórum do Desenvolvimento, com o tema: Reforma Tributária e Reformas Econômicas, evento organizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) em conjunto com a Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento ao Desenvolvimento (FPSNF), o evento ocorreu em Brasília-DF.

9 a 11/7/2024: o conselheiro federal Júlio Miragaya, participou do evento “Transformar Juntos 2024”, evento organizado pelo Sebrae Nacional, em Brasília-DF.

10/7/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, participou da reunião do movimento de combate à corrupção eleitoral - MCCE, em formato virtual.

10/7/2024: a vice-presidente do Cofecon, Flávia Vinhaes Santos, proferiu palestra em comemoração aos 10 anos do Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas, em Manaus-AM.

17/7/2024: o procurador chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou reunião referentes aos alinhamentos do GT-PNPC/TCU - Conselhos Federais quanto a avaliação do nível de suscetibilidade a fraudes e corrupção nos conselhos e aderência às boas práticas de integridade, organizado pelo Tribunal de Contas da União, em formato virtual.

7/8/2024: a conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva, participou de homenagem à economista Maria da Conceição Tavares, evento organizado pelo grupo de trabalho mulher economista do Corecon-DF, em Brasília-DF.

9/8/2024: a conselheira federal Tania Cristina Teixeira participou do 28º Encontro de Economistas da Região Sul, evento organizado pelo Corecon-RS, em formato virtual.

12 e 13/9/2024:, as conselheiras federais Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Josélia Souza de Brito, Kerssia Preda Kamenach, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Tania Cristina de Araújo e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participaram do II Seminário da Mulher Economista e Diversidade, na cidade de Belo Horizonte-MG.

13/8/2024: a conselheira federal Kerssia Prada Kamenach participou da solenidade em comemoração ao Dia do Economista, evento organizado pelo Corecon-GO, em Goiânia-GO.

15/8/2024: o conselheiro federal Eduardo Reis Araújo participou da cerimônia do XXIX Prêmio Espírito Santo de Economia, evento organizado pelo Corecon-ES, em Vitória-ES.

No dia 11 de setembro, a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do movimento de combate à Corrupção Eleitoral.

17 a 19/9/2024: os conselheiros federais Tania Cristina de Araújo, Heric Santos Hossoé e Kerssia Preda Kamenach, participaram do XIV Eneoste 2024 - Encontro de Economistas do Centro-Oeste.

24/9/2024: o procurador geral do Cofecon Fábio Ronan Miranda Alves, participou da 109ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

27/9/2024: o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou do 2º Fórum do Economistas da ALECON - Associação Lusófona de Economia, evento organizado pela UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, na cidade de Lisboa Portugal.

1º/10/2024: a conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou da solenidade de posse dos conselheiros federais do Conselho Federal de Medicina.

7/10/2024: o conselheiro Gustavo Casseb Pessoti participou da mesa de abertura da XXIII Semana de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

9/10/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do movimento de combate à Corrupção Eleitoral.

17/10/2024: de outubro, o conselheiro federal Evaldo da Silva participou da solenidade de Posse da Reitoria da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso.

29/10/2024: de outubro, a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira participou da 110ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no plenário do CFC, em Brasília-DF.

30/10 e 1º/11/2024: os conselheiros federais Claudemir Galvani e Heric Santos Hossoé participaram do 39º Congresso da Associação Nacional dos cursos de graduação em ciências econômicas, realizado na PUC, São Paulo-SP.

6/11/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do movimento de combate à Corrupção Eleitoral.

No período de 5 a 8 de novembro, a conselheira federal Kéressia Preda Kamanech participou de oficina com os discentes de empresa júnior de economia da UFMA e Corecon Acadêmico, bem como proferir palestra na aula inaugural do curso de economia da Universidade Federal do Maranhão, em São Luiz-MA.

13/11/2024: a conselheira federal Maria de Fátima Miranda representou o Cofecon na solenidade de comemoração dos 60 anos do Corecon-PR, em Curitiba-PR.

21/11/2024: o conselheiro federal Paulo Hermance Paiva participou da solenidade de entrega das premiações do XIII Prêmio Monografia, na Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande-PB.

25/11/2024: a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira e o procurador geral do Cofecon Fábio Ronan Miranda Alves participaram da 111ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no plenário do CFC, em Brasília-DF.

26 e 27/11/2024: a superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves e a coordenadora do Cofecon, Ana Claudia Ramos Pinto, participaram do encontro dos conselhos de profissões regulamentadas, em Brasília-DF.

4/12/2024: a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do movimento de combate à Corrupção Eleitoral.

ANEXO IV: MATÉRIAS E ENTREVISTAS, PRESIDENTE PAULO DANTAS DA COSTA

5/1/2024: Imposto de renda defasado faz trabalhadores pagarem mais em 2023

Em entrevista à RadioWeb, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, comenta a questão tributária no País.

7/2/2024: Presidente do Cofecon comenta aumento da arrecadação federal em 2022

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, falou ao portal Brasil 61 sobre o resultado da arrecadação federal em 2022. As receitas foram da ordem de 2,218 trilhões de reais.

13/12/2024: A Modernização da Profissão de Economista e os Objetivos do PL nº 3178/2024

Texto publicado originalmente no portal Brazil Journal como pedido de resposta do Cofecon.

ANEXO V: MATÉRIAS E ENTREVISTAS DE COLABORADORES

2/1/2024: Róridan e Pagnussat esperam crescimento acima de 2% em 2024 - Ex-conselheiros federais foram ouvidos em matéria publicada pela agência chinesa Xinhua e comentaram indicadores que permitem olhar com otimismo para o novo ano.

2/1/2024: Bancos terão que adotar medidas de educação financeira para clientes - Conselheiro federal Eduardo Reis Araújo falou ao programa Revista Brasil sobre a medida e discutiu questões como inadimplência, crédito consignado e outras políticas públicas.

2/1/2024: Lauro Chaves Neto comenta crescimento do PIB - Conselheiro atribui bom momento econômico a uma série de fatores. Reforma tributária, transferências de renda e programas como o Desenrola estão entre eles. Matéria foi veiculada na RIT TV.

2/1/2024: Eduardo Araújo comenta dívidas do cartão de crédito - “Se a pessoa optar por pagar o valor mínimo, ela está, sem saber, contratando um empréstimo”, explicou o conselheiro federal, em matéria veiculada no telejornal Bom Dia ES sobre o limite dos juros do cartão.

8/1/2024: Eduardo Araújo comenta dívidas do cartão de crédito - “Se a pessoa optar por pagar o valor mínimo, ela está, sem saber, contratando um empréstimo”, explicou o conselheiro federal, em matéria veiculada no telejornal Bom Dia ES sobre o limite dos juros do cartão.

8/1/2024: 2023: o ano da reforma tributária - Artigo de opinião pelo conselheiro federal Lauro Chaves Neto, publicado originalmente no jornal O Povo.

11/1/2024: Conselheiro federal explica alta do arroz e feijão no ES - Entenda as razões por trás do aumento nos preços dos alimentos tradicionais consumidos pelos brasileiros. Para o conselheiro federal Eduardo Araújo, em entrevista ao jornal A Gazeta, a alta nos preços do arroz teve influência de fatores como o aumento das restrições nos embarques de arroz pela Índia, o principal exportador global, na tentativa de conter sua própria inflação, e problemas na safra da Tailândia, o segundo maior exportador.

12/1/2024: Economia e turismo - Para ex-conselheiro federal Fernando de Aquino, mesmo com a diminuição dos feriados prologados, o setor de turismo deve continuar em crescimento.

12/1/2024: PIB 2024: “expectativa de melhora nas condições de emprego e renda” - O conselheiro federal Eduardo Araujo falou ao Bom Dia Amazônia sobre o tema.

12//2024: Lançamento do Euro como moeda ocorria há 25 anos - Ex-conselheiro federal Róridan Duarte falou sobre o tema no podcast Estação História.

12/1/2024: Petróleo, gás e carvão: a última palavra é do Capital - Artigo de opinião por Júlio Miragaya, originalmente veiculado no portal Brasília Capital.

16/1/2024: Petróleo, gás e carvão: a última palavra é do Capital - Artigo de opinião por Júlio Miragaya, originalmente veiculado no portal Brasília Capital.

17/1/2024: Lacerda prevê desempenho econômico de 2024 superando as previsões - Em entrevista ao ICL Notícias, economista afirmou que o ano “terá desafios”, mas prevê que os resultados serão melhores do que as previsões, tal como ocorreu em 2023.

18/1/2024: Ana Claudia Arruda comenta redução dos juros do consignado para aposentados - Para a conselheira federal, que falou sobre o assunto à rádio Band News FM, a estratégia é interessante, mas ainda tímida levando em conta a inflação projetada para 2024.

19/1/2024: Miragaya critica relatório do TCU que aponta déficit de R\$ 55 bilhões no orçamento de 2024 - Fala do conselheiro federal foi destacada em matéria da BandNews FM. Ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que estimativa de receitas foi entregue quando ainda havia votações não finalizadas no Congresso Nacional.

22/2/2024: Em entrevista à TV Aparecida, vice-presidente do Cofecon falou sobre conceitos, programas e situações práticas e mencionou o trabalho do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social.

15/3/2024: Massa de rendimentos do trabalho cresce 11,7% em 2023; Lacerda comenta - Para o conselheiro federal, as políticas sociais, combinadas ao cenário macroeconômico, têm favorecido a melhora da renda e do emprego. Matéria originalmente publicada no portal da Agência Sindical.

15/3/2024: Lacerda comenta reindustrialização e transição climática - Conselheiro federal falou à Rádio Câmara no dia 15/3/2024 e tratou dos incentivos à indústria, do papel do Estado, da transição climática e do novo PAC.

18/3/2024: Acordo de R\$ 1 bilhão para o ES: o papel dos consultores do Tesouro Estadual - Artigo de opinião assinado pelo conselheiro federal Eduardo Araujo, publicado originalmente no portal A Gazeta.

21/3/2024: Mulher Transformadora de 2022 é destaque em matéria da Folha - Joice Marques é fundadora e gestora da casa Akotirene e recebeu a premiação do Cofecon. Texto sobre o trabalho da instituição foi publicado em 15/3/2024.

21/3/2024: Conselheiro comenta possível fim do saque-aniversário do FGTS - O conselheiro federal Eduardo Reis Araujo falou sobre o assunto ao jornal A Tribuna. Para ele, o governo crê que o saque-aniversário desincentiva a poupança de longo prazo, “pois os trabalhadores tendem a gastar o dinheiro rapidamente”.

28/3/2024: Nova Indústria Brasil - estamos de volta ao jogo! - Artigo de opinião assinado pelo conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, publicado originalmente no Jornal dos Economistas.

28/3/2024: Ana Claudia Arruda critica baixa remuneração do FGTS - Em debate promovido pela Rádio Jornal, de Recife, conselheira federal questionou o uso de recursos do Fundo para o consumo e defendeu que a remuneração seja revista.

28/3/2024: Claudemir Galvani comenta preços dos produtos de Páscoa. - O conselheiro federal Claudemir Galvani falou à Agência Radioweb sobre os preços dos produtos de Páscoa. Pesquisa divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) mostra que, neste ano, os bombons tiveram alta de 11,14% nos preços, enquanto os ovos de chocolate subiram 10,33%.

1º/4/2024: Reverter a desindustrialização brasileira - artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves publicado originalmente no jornal O Povo.

11/4/2024: Lauro Chaves critica sistema tributário brasileiro - O conselheiro federal Lauro Chaves Neto falou ao portal O Otimista sobre o modelo tributário praticado no Brasil. Na visão do economista, nosso sistema tributário é injusto, a carga é alta e complexa, mas recai pouco sobre a renda, patrimônio, lucro e herança.

17/4/2024: Conflito no oriente médio eleva preços do petróleo e do dólar; Eduardo Araujo comenta. Em matéria publicada pelo portal Tribuna Online, conselheiro federal Eduardo Reis Araujo falou sobre os efeitos econômicos do ataque iraniano: pode gerar inflação e aumentar a arrecadação pública no Brasil.

17/4/2024: Ana Cláudia Arruda fala sobre alta nas projeções da Selic - Há 15 semanas, analistas apontavam para uma taxa de juros encerrando o ano em 9% - mas, na última terça-feira, a projeção subiu para 9,13%. Conselheira federal falou à Agência Brasil sobre as causas.

22/4/2024: Impactos econômicos do conflito entre Irã e Israel - O conselheiro federal Claudemir Galvani e o conselheiro regional Gelton Pinto Coelho falaram ao jornal Correio Braziliense sobre os impactos econômicos do conflito entre Irã e Israel.

2/5/2024: Lacerda: “Reforma tributária sobre a renda é possível, mas não será obra do acaso” - Em entrevista ao programa Faixa Livre, conselheiro federal discutiu desoneração da folha, arcabouço fiscal, subsídios e a necessidade de enfrentar a segunda fase da reforma tributária.

3/5/2024: Conselheiro Eduardo Araujo comenta números do desemprego - PNAD Contínua mostrou uma taxa de 7,9% no primeiro trimestre de 2024 - a menor desde 2014 para um período de janeiro a março. Caged revela mais de 700 mil empregos criados no mesmo período. O conselheiro federal Eduardo Reis Araujo comentou este cenário em matéria pelo portal UOL.

10/5/2024: Juros, reoneração, pacote de 50 bilhões: Lacerda comenta notícias no Jornal da Cultura - Conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou da bancada do telejornal no dia 9/5/2024. Entre as notícias comentadas estão a reoneração de 17 setores da economia, o pacote de 50 bilhões em apoio ao Rio Grande do Sul e a redução da taxa Selic.

10/5/2024: Artigo: Reforma tributária é a chance para o Espírito Santo reinventar seu modelo de crescimento - Por Eduardo Reis Araujo, mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Oxford, consultor do Tesouro Estadual na Sefaz-ES e conselheiro do Conselho Federal de Economia.

22/5/2024: Denise Kassama: “Privatização do BEA reduziu crédito e serviços bancários” - A conselheira federal Denise Kassama foi ouvida pelo portal Real Time 1 para falar sobre a privatização do Banco do Estado do Amazonas (BEA), ocorrida no ano de 2002.

24/5/2024: Artigo: G7, G20 e BRICS - Por Júlio Miragaya, economista, doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável, conselheiro do Conselho Federal de Economia e ex-presidente da Codeplan. Texto publicado originalmente no portal Brasília Capital.

4/6/2024: Lacerda: “O mercado somos todos nós” - Economista esteve na bancada do Jornal da Cultura no dia 3/6/2024 e comentou notícias sobre a aprovação de pautas econômicas, as projeções do Focus, impactos da catástrofe climática e o vale-refeição.

6/6/2024: Conselheiros analisam queda da atividade industrial em abril - Os conselheiros federais Lauro Chaves Neto e Ana Cláudia Arruda foram ouvidos pelo portal Brasil 61 para comentar o resultado da produção industrial do Brasil.

7/6/2024: Conselheiros avaliam os impactos da Taxação das Compras Internacionais Conselheiros Eduardo Araújo e Claudeci Pereira Neto analisam projeto, aprovado na Câmara e no Senado, que estabelece uma cobrança de 20% de imposto sobre compras internacionais.

15/6/2024: Ana Cláudia Arruda analisa mudança na correção do FGTS - “Decisão do STF vem no sentido de minimizar as perdas financeiras que os trabalhadores tinham”, afirmou conselheira federal ao portal Brasil 61.

17/6/2024: IBC-Br teve alta de 0,01% em abril; Júlio Miragaya comenta - Conselheiro federal apontou que outros índices projetam um crescimento entre 2% e 2,5% no ano de 2024.

20/6/2024: Fernando de Aquino comenta isenção de tributos para óleo e farelo de milho - Para o integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon, benefício só seria justificável com aumento satisfatório no emprego ou na produtividade.

24/6/2024: Cidades Inteligentes e Desenvolvimento Local - artigo de opinião por Lauro Chaves Neto, conselheiro Federal.

26/6/2024: O quadro econômico e a sabotagem do BC - artigo de opinião por Júlio Miragaya, conselheiro Federal.

8/7/2024: Pix terá transações por aproximação em 2025; Eduardo Araujo comenta - Conselheiro federal falou ao portal Brasil 61. Ele vê a consolidação do pix como positiva, reduzindo os custos e favorecendo o controle financeiro das famílias.

8/7/2024: Lacerda: “Crescimento não é espetacular, mas cria ambiente mais favorável” - Conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda concedeu entrevistas ao programa Jornal Despertador, da TV Democracia, e ao Fechamento, da CartaCapital, e abordou temas de destaque no noticiário econômico.

16/7/2024: Enchentes no Rio Grande do Sul podem ter impacto entre 0,2 e 0,5 ponto no PIB; Fernando de Aquino comenta - Ao Correio da Paraíba, integrante da Comissão de Política Econômica apontou que enchentes causaram destruição na infraestrutura agropecuária e perda de capacidade produtiva.

16/7/2024: “Agro demanda profissionais qualificados”, afirma Oliveira Junior - Integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon falou em matéria publicada pelo portal InfoMoney sobre as profissões em alta no agronegócio.

16/7/2024: FMI eleva previsão de crescimento do Brasil no médio prazo; Eduardo Araujo comenta - Conselheiro falou ao portal Brasil 61 e apontou que este crescimento deve ser desigual entre regiões e municípios. Conselheiro regional Gelton Coelho (Corecon-MG) também comentou o assunto.

19/7/2024: A caixa de ferramentas do Banco Central - Por Fernando de Aquino, economista. Membro da Comissão de Política Econômica do Cofecon. Publicado originalmente no portal GGN.

22/7/2024: A gestão financeira e saúde dos negócios - Artigo de opinião por Lauro Chaves Neto, conselheiro federal, publicado originalmente no jornal O Povo.

26/7/2024: Receita divulga arrecadação com alta real de 9,08% no primeiro semestre; Roberto Piscitelli comenta - Para o integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon, resultado é muito importante em função da projeção de déficit primário e da preocupação com o arcabouço fiscal.

30/7/2024: Emprego no comércio supera nível pré-pandemia; Claudemir Galvani e Denise Kassama comentam - Conselheiros federais apontam que a recuperação do emprego no comércio reflete a retomada do nível de atividade econômica.

2/8/2024: Desemprego cai para 6,9%; Aquino comenta - O economista Fernando de Aquino Fonseca Neto, integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon, aponta que as pesquisas sobre mercado de trabalho devem ser avaliadas por duas perspectivas: o comportamento nos últimos anos e a distância em relação a países desenvolvidos.

13/8/2024: O Economista e a sociedade, artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto.

19/8/2024: Lacerda: IVA é um grande avanço e cria ambiente favorável aos investimentos - Conselheiro federal falou à CNN Brasil em matéria abordando medidas econômicas aprovadas no Congresso que melhoram economia e imagem do Brasil.

22/8/2024: Queda recorde no desemprego e o desafio de sustentar o crescimento no ES - A política fiscal contracíclica em âmbito nacional também desempenhou um papel significativo na redução do desemprego, embora traga consigo desafios. Artigo de opinião, por *Eduardo Araujo, conselheiro federal, publicado originalmente no portal ES Brasil.

23/8/2024: Eduardo Araujo fala sobre investimentos no Renda+, do Tesouro Direto - Conselheiro federal foi ouvido pelo portal Folha Vitória e abordou diferenças e semelhanças com a previdência privada, destacando a segurança como uma das principais vantagens.

27/8/2024: Denise Kassama participou de debate sobre seca e desenvolvimento da Amazônia - Economista falou ao programa Nova Economia, que foi ao ar no dia 22 de agosto e pode ser assistido no YouTube. Estiagem neste ano pode ser a mais severa em duas décadas.

27/8/2024: No Jornal da Cultura, economista critica subsídios sem retorno para a sociedade - Conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda comentou as notícias veiculadas no telejornal em 21 de agosto. Temas passaram pela reforma tributária, energia, indústria e reajustes de servidores.

30/8/2024: Antonio Corrêa de Lacerda comenta indicação de Gabriel Galípolo à presidência do BC - Conselheiro federal, que foi professor do economista na PUC/SP, expressou suas percepções no programa TV GGN 20H, que vai ao ar pelo YouTube.

9/9/2024: Conselheiro fala à CNN sobre impactos dos juros altos - Entre os efeitos adversos, Antonio Corrêa de Lacerda citou restrição do crescimento, estrangulamento dos devedores, valorização artificial do câmbio e aumento do custo da dívida.

10/9/2024: Artigo de opinião - Espírito Santo: lições de gestão fiscal responsável - Gestão fiscal responsável não significa apenas cortar gastos, mas aplicá-los de forma eficiente e estratégica, Artigo de opinião por Eduardo Araújo*, publicado originalmente na revista ES Brasil.

19/9/2024: Lacerda: “Pressão por elevação dos juros carece de fundamentos” - Economista falou ao Correio Braziliense em matéria publicada na última segunda-feira (16). Nesta quarta (18) o Banco Central subiu a taxa de juros para 10,75%.

19/9/2024: Conselheiro comenta alta dos juros: visão equivocada de crescimento acima do potencial - Conselheiro federal falou em matéria publicada nesta quarta-feira (18) pela CNN Brasil, antes do Copom anunciar a elevação dos juros para 10,75%.

24/9/2024: Lacerda: “Crédito ficará mais caro e escasso” - Conselheiro federal falou à CNN Brasil sobre a elevação dos juros promovida pelo Copom na última semana e criticou o “consenso de mercado”.

2/10/2024: Aquino comenta alta dos juros: “existe a perspectiva de aumentos adicionais” - Integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon falou ao portal R7. Na reunião dos dias 17 e 18 de setembro Copom elevou Selic de 10,50% para 10,75%.

15/10/2024: Preço da gasolina sobe em Manaus; Denise Kassama comenta - Conselheira federal critica o fato de refino no Amazonas estar nas mãos de um monopólio privado.

24/10/2024: Quais são as lições do Nobel de Economia para o Brasil? - A relevância dessa teoria para o Brasil é imediata e profunda. Nosso país, rico em recursos e potencial humano, ainda luta para alcançar níveis de desenvolvimento compatíveis com suas aspirações. A pergunta que ecoa é: por quê? Artigo de opinião por Eduardo Araújo*, publicado originalmente no jornal A Gazeta.

29/10/2024: Lacerda: é ilusório tentar obter equilíbrio fiscal cortando gastos e investimentos - Para o conselheiro federal, não há justificativa concreta para elevar os juros e que cada elevação amplia o custo de rolagem da dívida - que foi de R\$ 800 bilhões nos últimos 12 meses.

1º/11/2024: Reforma tributária, big techs e outros temas: Lacerda participa do Jornal da Cultura - Os gastos dos candidatos com publicidade em mídias sociais também foram tema de uma matéria veiculada no noticiário - e Lacerda chamou a atenção para a influência das grandes empresas de tecnologia.

1º/11/2024: Quanto valeria a herança de 32 milhões de cruzados? Conselheiro calcula - Para Eduardo Reis Araujo, levando em conta apenas a inflação do período, valor atualizado seria próximo a 23,6 milhões - e consideravelmente maior se houvesse sido investido.

19/11/2024: Tributar ricos e controlar preços estratégicos para destravar economia, por Fernando de Aquino - Artigo de opinião por Fernando de Aquino, membro da Comissão de Política Econômica do Cofecon.

20/11/2024: Lacerda, sobre mudanças na globalização: “insumo mais caro é o que você não tem” - Em entrevista ao podcast Conversar, o economista destacou o papel do BNDES no fortalecimento da política industrial e as oportunidades do Brasil no cenário pós-pandemia.

20/11/2024: Nota A+: o que significa a nova classificação fiscal conquistada pelo ES? - Artigo de opinião escrito pelo economista e conselheiro federal Eduardo Araujo, publicado originalmente no A Gazeta.

20/11/2024: ESG: Valor agregado e washing! - Artigo de opinião escrito pelo economista e conselheiro federal Lauro Chaves Neto, publicado originalmente no jornal O Povo.

21/11/2024: “Desenvolvimento do Nordeste se reveste de prioridade”, afirma Lacerda - Conselheiro federal esteve na Paraíba e falou ao jornal A União sobre a retomada do papel do BNDES (onde é assessor da presidência) como banco de fomento.

3/12/2024: O que fazer com o 13º salário? Ana Cláudia Arruda comenta - Conselheira federal foi ouvida pela Agência Brasil em reportagem sobre o assunto. Quitação de dívidas, planejamento de gastos e investimentos são algumas das dicas.

3/12/2024: Emendas Pix: o desafio além da transparência - Artigo de opinião escrito pelo economista e conselheiro federal Eduardo Araújo, publicado originalmente no Tribuna Online.

4/12/2024: Com alta do PIB, ajuste pode se dar pela receita, afirma Róridan - Integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon foi ouvido pelo portal UOL em matéria sobre ajuste fiscal. Despesas de consumo da administração pública cresceram 0,8% no terceiro trimestre.

4/12/2024: Ana Cláudia Arruda alerta para o impacto das altas taxas de juros no crescimento - PIB cresceu 0,9% no terceiro trimestre e acumula 3,1% em 12 meses, mas conselheira alerta que altas taxas de juros impactam negativamente esta trajetória.

17/12/2024: Ex-presidente do Corecon-MG, Tania Teixeira, vai presidir o Cofecon - Com uma trajetória marcada por liderança e compromisso, ela foi presidente do Corecon-MG entre 2020 e 2022. Matéria publicada originalmente no portal Diário do Comércio.



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br